Colorado Tem
gelaboca
SORVETES
viva a delícia da simplicidade
3323-2885
Av. Brasil, 505 - Sala 2 - Centro

O REGIONAL JORNAL 59 anos
BI-SEMANAL
Diretor: Edemar Del Grossi
www.oregionaljornal.com.br
Nova Esperança, Quarta-feira, 12 de Junho de 2019

NOVA ESPERANÇA
Fundado em 03/04/60 - Ano 59 ..... Nº 3082
Rua Lord Lovat nº 500 - Telefax (44) 3252-1177
Telefone (44) 99111-1871

COLORADO
Fundado em 25/12/76 - Ano 43 ..... Nº 2169
Rua Dep. Branco Mendes nº 549
Telefone - (44) 99111-1871 - (44) 99823-7917
contato@oregionaljornal.com.br

Nesta edição: 18 páginas

Em torno de 1.800 atletas e dirigentes devem chegar a Nova Esperança para disputar a primeira fase regional dos Jogos Escolares do Paraná (JEPs). O cerimonial de abertura do evento acontecerá na sexta-feira, dia 14 de junho, a partir das 19 horas, no Ginásio de Esportes Severino Ramos Bezerra (O Capelão)

De 14 a 19 de junho, Nova Esperança sediará a primeira fase dos Jogos Escolares do Paraná

Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) implanta Pólo de Educação a Distância em Itaguajé

O município de Itaguajé ganha o Pólo de Apoio Presencial EAD da Unoeste, implantado pela Leal Educação, empresa privada de assessoria e consultoria universitária há mais de cinco anos no mercado. Será recebido por representantes de diferentes segmentos da comunidade e região como um marco histórico do município de 7 mil habitantes.

O Pólo em fase de conclusão dos espaços físicos, oferecerá os seguintes cursos de graduação todos reconhecidos pelo MEC: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia de Software; serão ofertados também os cursos de Licenciatura como Pedagogia e Química, além de cursos superiores tecnológicos com duração de 4 semestres, entre eles se destacam Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing , Processos Gerenciais, Gestão da Tecnologia da Informação, Design Gráfico entre outros. Também oferecerá mais de 70 cursos de pós-graduação, extensão e aperfeiçoamento.

A Leal Educação é uma empresa familiar liderada por sua coordenadora geral Irenilde Leal que tem ainda Carlos Leal como diretor presidente. "A educação é o caminho para transformar as pessoas, as famílias e a sociedade. As oportunidades de estudo devem estar ao alcance de todos, até mesmo dos menos favorecidos, independente de condições sociais. O Pólo da Unoeste em Itaguajé é realização de mais um sonho. É a oportunidade de muita gente fazer um curso superior aqui na própria cidade e visando o crescimento econômico do município e região", disse Irenilde, natural de Itaguajé, sobre o pólo a ser inaugurado em breve.

Empresários e familiares de futuros alunos, definiram que a chegada da UNOESTE, vinda por mãos da iniciativa privada é como um marco para a história da cidade, uma oportunidade de estudo para muitas pessoas que não conseguem encerrar suas atividades de trabalho às 16h para viajar (130 Km) e estudar à noite em Presidente Prudente ou Londrina, Maringá e Paranavaí.

Servidores municipais de Paranacity buscando melhor **atender ao Cidadão**

Excelência no Serviço Público foi o tema abordado pelo palestrante Plínio Fernando Ribeiro Eng de Curitiba que conduziu um workshop de 3 horas e meia neste dia 07/06 aos funcionários públicos de Paranacity que atuam diretamente com atendimento ao cidadão.

O trabalho girou em torno do S.A.C. que no serviço público dever ser traduzido como SERVIÇO, ATENÇÃO e CARINHO.

- **Serviço** no sentido de empenhar a competência para solucionar o problema do cidadão;

- **Atenção** para que todos os recursos disponíveis sejam empenhados para que não seja necessário o retrabalho

- **Carinho** para que seja feito um atendimento humanizado, ouvindo e compreendendo as necessidades do cidadão e lhe dando um retorno adequado, ainda que não seja possível atender o pedido.

Com algumas dinâmicas fixadas na excelência do atendimento, foi possível demonstrar aos funcionários que o que pode ser claro e simples para ele não o é para o cidadão, e por este motivo é preciso gerar empatia e ouvir atentamente, bem como buscar formas diferentes para se comunicar com o munícipe.

Para se alcançar a excelência no serviço público é preciso além de investimento em obras também investir em pessoas, esta é a busca do município de Paranacity.

Castelo de Maringá vai realizar festa Julina

Saiba como participar

FOTO: SUELY SANCHES

O Mosteiro dos Arautos do Evangelho, em Maringá, vai realizar uma festa julina. O evento terá dois dias; sábado, dia 6 de julho, e domingo, 7. O convite custa $ 30,00 por pessoa e o valor será revertido em consumação no local.

Crianças menores de 12 anos não pagam. No sábado, haverá hasteamento da bandeira de São Pedro e São João, às 17 horas, e logo em seguida é dado início à festa no castelo. No domingo, haverá missa às 16h30 e na seqüência a festa é aberta novamente. Será uma tradicional festa julina, com barracas de comidas, bebidas e de brincadeiras.

O convite pode ser adquirido na hora do evento ou antecipadamente no próprio mosteiro (Estrada Morangueira, 3140) ou no colégio na Rua Santa Joaquina de Vedruna,2950.

Os convites ainda não estão sendo comercializados, mas devem ser disponibilizados em breve. Mais informações pelos telefones (44) 3028-6596 ou 999.701.017 – 991.021.568.

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO
ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27/2019

Súmula: Dispõe sobre as Contas Municipais, relativas do exercício financeiro de 2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam desaprovadas as contas do Executivo Municipal de Colorado referente ao exercício financeiro de 2014, conforme razões expostas no parecer anexo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos onze dias de junho de 2019.

Marcelo Marcos Higino
Presidente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIADO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Rua Cambuy, 209- Fone/Fax: (44) 3342-1156
CNPJ/MF - 97.486.294/0001-45 - CEP: 87.680-000 - PARANAPOEMA - PARANÁ
E-Mail – samaeparanapoema@uol.com.br

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

Considerando a solicitação formulada pelo setor administrativo, considerando a necessidade da aquisição de", 02 AMORTECEDORES DIANTEIROS,02 KITS SUSPENSÃO DIANTEIRA,02 PIVO SUSPENSÃO, 01 BARRA DIREÇÃO BD 2903,02 HOMOCINÉTICA RODA,04 BUCHA BANDEJA,02 AMORTECEDOR TRASEIRO NK,02 KITS DE SUSPENSÃO TRASEIRA,01 KIT ROLAMENTO TRASEIRO,02 BUCHA EIXO TRASEIRO,02 MOLAS TRASEIRA,05 BORRACHA ESCAPE,01 TAMPA DISTRIBUIDOR,01 ROTOR DISTRIBUIDOR,01 JOGO DE VELAS IGNIÇÃO,01 MANGUEIRA BOCAL COMBUSTÍVEL, 01 CORREIA DENTADA AP, 01 TENSIONADOR CORREIA,03 RETENTOR DIANTEIRO MOTOR,01 TAMPA DO OLEO,01 LONA DE FREIO TRASEIRA,04 LITROS DE OLEO 20W50,01 FILTRO LUBRIFICANTE,01 FILTRO DE COMBUSTÍVEL,01 SERVO FREIO,01 CELINDRO MESTRE E 01 FLUIDO FREIO DOT3 E MÃO DE OBRA.

considerando a cotação de preços feita pelo órgão solicitante, devidamente constante em certidão, e considerando que a prestação dos serviços, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, DISPENSO A LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 24, caput, II da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R$ 3.156,00(Tres mil Cento e Cinquenta e Seis reais), em favor da empresa AUTO MECANICA OLIANO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ do MF sob nº 01.326.424.0001-03, com endereço na Av. Paranapanema ,nº 209 no Município de Paranapoema, Estado do Paraná, CEP 87680-000, cuja situação fiscal em relação à Seguridade Social está regular.

Fica a dispensa devidamente RATIFICADA e APROVADA em todos os seus termos e atos.

Paranapoema/PR, 05 junho de 2019.

ADELMO SOARES
Diretor Administrativo do SAMAE

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2019 – (RP)
PROCESSO Nº. 165/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E DEMAIS DEPARTAMNETOS, (conforme descrito no edital e anexo);
Data e Horário de protocolo das empresas, até às 13:15 horas do dia 28/06/2019;
Data e Horário de abertura às 13:15 horas do dia 28/06/2019;
Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná;
Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguaçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguaçu, 05 de junho de 2019.

Anito Rocha de Oliveira
Dir. Administrativo

Câmara Municipal de Paranacity
ESTADO DO PARANÁ
Rua Pedro Paulo Venério, 973 - CEP 87660-000 - Fone: (44) 3463-2029(44) 3463-1577
CNPJ 01.590.290/0001-33
Site: http://cmprcity.pr.gov.br/e-mail: camaracity@bol.com.br

EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Paranacity/PR;
CONTRATADO: Milena Mayumi Tamimori – EI, CNPJ nº 33.654.459/0001-68;
MODALIDADE: Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93;
OBJETO: Prestação de Serviços de Encadernação;
VALOR GLOBAL: R$ 2.800,00 (dois mil re oitocentos reais);
DOTAÇÃO: 01.01.2.001.3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiro, pessoa jurídica;
PRAZO: 12 (doze) meses
DATA: 04/06/2019

Jorge Alves Farias
Presidente da Câmara Municipal

AUTORIZAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Paranacity, no uso de suas atribuições autoriza e ratifica a Contratação Direta por meio de Dispensa de Licitação, como segue:

Contratante: Câmara Municipal de Paranacity/PR;
Contratada: Milena Mayumi Tamimori – ME, CNPJ nº 33.654.459/0001-68
Objeto do Contrato: Prestação de Serviço de Encadernação;
Recursos: 01.01.2.001.3.3.90.39.99 – Outros serviços de terceiro, pessoa jurídica;
Prazo para execução: 12 (doze) meses;
Valor Total da Contratação: R$ 2.800,00 (dois mil re oitocentos reais)
Dispensa de Licitação nº 03/2019; Solicitação 03/2019;
Motivação: Em atenção as Justificativas apontadas na solicitação de compra/serviço.
Legalidade: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Paranacity/PR, 04 de junho de 2019.

Jorge Alves Farias
Presidente da Câmara Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO PÚBLICO Nº. 002/2019-PMSF

I. OBJETO: Leilão Público para alienação de **BENS INSERVÍVEIS** da Administração Pública do Município de Santa Fé – PR, conforme descrito no Edital.
II. CREDENCIAMENTO: dia **09 de julho de 2019** das 08h15min às 08h45min, no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.
III. REALIZAÇÃO: Dia **09 de julho de 2019** às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy 717.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: tipo "maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação".
Demais informações pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br

Santa Fé, 11 de junho de 2019.

Rodrigo Camurra
Pregoeiro Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO DE PARANACITY
ESTADO DO PARANÁ
Rua Mário Xavier de Souza, 1242 – Fone/Fax: (44) 3463.1125 – CEP: 87660-000
E-mail: educacao@paranacity.pr.gov.br

Oficio Nº 22/2019 — Paranacity, 11 de junho de 2019.

A Exmª. Srª.
Sueli Terezinha Wanderbrook
Prefeita Municipal
Paranacity – Pr.

Excelentíssima Senhora:

Informo que as crianças que estavam aguardando a vaga nos CMEIS do município até a presente data foram todas atendidas de acordo com a demanda e as vagas existentes.

Atenciosamente,

Tânia Cristina Tomiasi
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo.
Decreto 006/2017 de 02/01/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORAÍ
ESTADO DO PARANÁ
RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº177, CENTRO, CEP 87.185-000, FLORAÍ - PR | CNPJ: 00.868.608/0001-32

PORTARIA Nº 04/2019

O Sr. **Michel Marcos**, Presidente da Câmara Municipal de Floraí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada para o cargo de Assessor Jurídico, símbolo CC-1, do quadro de provimento em comissão da Câmara Municipal de Floraí-PR, a Srª. Fátima Aparecida Muniz Nocchi, portadora da Cédula de Identidade nº 5.867.164-9 SSP/PR, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-PR sob o nº 62637, conforme art. 7º da Resolução 02/2003 anexo I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2019.

Câmara Municipal de Floraí/PR, aos 03 dias do mês de junho de 2019.

MICHEL MARCOS
PRESIDENTE DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 78.279.975/0001-62

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019
TIPO: MENOR PREÇO

A Pregoeira do Município de UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ, no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme abaixo especificado:

Objeto– Aquisição de veículo Ambulância Tipo A - Simples Remoção, para o Departamento de Saúde do Município de Uniflor, Estado do Paraná, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital Completo.

Valor Máximo: R$ 175.000,00 (Cento e Setenta e Cinco Mil Reais).

Abertura: 27 de junho de 2019, ás 09h30min.

Recebimento dos Envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços: Até o dia 27 de Junho de 2019, até às 09h00min, no setor de protocolo geral, sito à Avenida das Flores, nº 118 – Uniflor, Estado do Paraná.O presente Edital de Pregão Presencial estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação. A retirada do mesmo poderá ser feita nos dias úteis, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, mediante assinatura de recebimento, ou pelo endereço eletrônico do Município: www.uniflor.pr.gov.br–na aba portal da transparência.

Uniflor(Pr), 10 de Junho de 2019.

Gabriela M. Grandizoli
Pregoeira

Câmara Municipal de Santa Fé
CNPJ 01.583.490/0001-69

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.583.490/0001-69, neste ato representado pelo seu Presidente Joao Mauro Simardi, em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a INEXIGIBILIDADE de licitação nº007/2019, nos termos do Artigo 25 caput, inciso II, respectivamente, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 007/2019

CONTRATADA: UNIÃO DE CAMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ - UVEPAR

CNPJ: n.º 81.395.232/0001-41

OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa para realização de curso de capacitação com o tema 5º CONGRESSO INTERESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA VEREANÇA.

VALOR TOTAL – R$ 3.450,00

VENCIMENTO: 31/12/2019

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 01.001.01.031.0001.2.001.33.90.39.00.00 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Foro: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Santa Fé, aos 10 dias do mês de junho de 2019.

JOAO MAURO SIMARDE
Presidente da Câmara

Prefeitura do Município de Mandaguaçu
Estado do Paraná
Paço Municipal Hiro Vieira
Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX (44)3245-8400
FAX (44)3245-8418 CNPJ 76.285.329/0001-08
e-mail:adm@mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 6951/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu - Pr, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art.1º - Designar para comporem o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE MANDAGUAÇU**, os seguintes membros:

Representantes Governamentais:

Departamento de Assistência Social
Titular: Cybelli Marina Bazza
Suplente: Sabrina Chiciuc Souza

Departamento da Fazenda
Titular: Sonia Regina Oliveira de Souza
Suplente: Maria Regina Giroto

Departamento de Saúde
Titular: Maria Lucia Bruneri Scarpin
Suplente: Maria Lucia Sant'Anna Zaparoli

Departamento de Educação e Cultura.
Titular: Renata Bazaqui
Suplente: Simone Afonso Correa Pizollim

Representantes Não Governamentais:

Entidade de Atendimento ao Idoso em Abrigo - Asilo São Vicente de Paulo
Titular: Rosangela Batista Marchetti
Suplente: Patricia Bergantin Gentilin Ferreira

Entidades de Atendimento ou Defesa do Idoso - Associação de Pessoas da Terceira Idade.
Titular: Leonor Areal Cazeloto
Suplente: Sonia Maria Zacardi Mulinari

Usuário da Política de Assistência Social
Titular: Regina Célia Zacardi
Suplente: Maria Antonia Veridiano

Associação Civil Comunitária
Titular: Aparecida Gomes de Matos da Silva
Suplente: Adelice de Souza

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 6847/2019

art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Mandaguaçu, 05 de junho de 2019.

MAURICIO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

RINE
REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA
Danusa Maria de Camargo Dias Araújo
Oficial
Elio Duarte Dias Neto - Escrevente Substituto
Adliz Emilia Cancian Lopes - Escrevente Juramentada
Av. 14 de dezembro 876, sala 01
Nova Esperança-PR Fone: 44 32525054

Danusa Maria de Camargo Dias Araujo, Oficial do Registro de Imóveis, do Foro Regional de Nova Esperança, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR, faz saber que **Cícero Vicente da Silva**, inscrito no CPF/MF sob nº 198.756.819-20, e sua esposa **Severina Galdino da Silva**, inscrita no CPF/MF sob nº 944.192.569-15, brasileiros, agricultores, casados sob o regime da comunhão de bens, residentes e domiciliados na Rodovia 464, KM 03 (Chácara Paraná), nesta cidade de Nova Esperança-PR, requereram o Georreferenciamento do imóvel rural denominado Lote de terras nº 177-A, coma a área de 2,00 alqueires, Gleba Patrimônio Nova Esperança, nesta cidade de Nova Esperança-PR, de sua titularidade, processado nos termos do artigo 9º, §5º do Decreto 4.4492/02. Devido a falta de anuência expressa dos titulares do imóvel confrontante de matrícula 3.515,LV 02-RG, denominado Lote 177, Gleba Patrimônio Nova Esperança, ficam o seus titulares o Sr. **LUIS SEIKITI INAFUKU**, inscrito no CPF/MF sob nº 771.393.309-30, casado com **AURORA TSUHAKO INAFUKU**, bem como o Sr. **LUCIO SEISHO INAFUKO**, inscrito no CPF/MF nº 859.319.699-34, **NOTIFICADOS** do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados neste Cartório, podendo, nos termos do §2º do Artigo 213 da Lei 6.015/73, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos no prazo de 15 dias. A falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência dos confrontantes. Ficam os notificados possibilitados de: 1)Impugnar fundamentadamente; 2)Anuir expressamente, assinando a declaração de anuência; 3)Deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente. Esclareço, finalmente, que eventuais falhas que venham a ser constatadas no futuro não vinculam a pessoa que anuiu nos presentes trabalhos, estando resguardados seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (artigo 213, parágrafo 14º e Artigo 214, §5º da Lei 6.015/73). Decorrido o prazo legal sem impugnações, contato da primeira publicação deste edital que será publicado duas vezes, poderá ser deferido o Georreferenciamento pretendido. Eu, [illegible], Danusa Maria de Camargo Dias Araujo, oficial, digitei e assino.

Av. 14 de Dezembro, nº 876, Sala 01 – CEP 87600-000 – Tel e Fax: (44) 32525054
Nova Esperança – PR
e-mail certidões.nesp@gmail.com

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 025/2019-PMSF

I. OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS HIDRÁULICOS, BRITA E FERRAMENTAS**, em quaisquer quantidades, podendo ou não atingir a totalidade licitada, conforme quantidades e especificações do Anexo I que é parte integrante do presente edital.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: dia **27 de junho de 2019**, das 08h15min às 08h45min, no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.
III. REALIZAÇÃO: Dia **27 de Junho de 2019** às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy 717.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: tipo "menor preço por lote"
Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente.

Santa Fé, 07 de junho de 2019.

Rodrigo Camurra
Pregoeiro Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO ENTRE A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA – FÉ – FNAS – REMANESCENTE E O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ - PR.

Justifica-se a Inexigibilidade do Chamamento Público com fundamentação legal na Lei Federal nº. 13.019 de 2014, atualizada pela Lei 13.204 de 2015, artigo 31, ***"será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica".***

Ainda, conforme fundamentação legal na Lei Municipal 2.084 de 23 de maio de 2019, artigo 1º, ***"fica o Município de Santa Fé autorizado a firmar parceria com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé, no exercício de 2019, com a finalidade de promover os repasses de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) até o valor de R$ 3.933,42 (três mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos)".***

Considerando que o Plano de Trabalho da Entidade foi aprovado pela concedente e analisado pela Comissão de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação, considerando que a Entidade é a única no município destinada ao desenvolvimento das atividades para pessoa com deficiência física e/ou múltiplas na área de Habilitação e Reabilitação, **DECLARO INEXIGIVEL O CHAMAMENTO PÚBLICO**, para a formalização do **TERMO DE FOMENTO,** por absoluta inviabilidade de competição em razão do fato de que a natureza singular do objeto e as metas previstas só podem ser atingidas por uma única entidade, **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SANTA – FÉ – FNAS - REMANESCENTE,** pessoa Jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 80.890.825/0001-68, com o endereço Chácara Novo Amanhecer – Rodovia PR 458, Km 18, Santa Fé Estado do Paraná.

Santa Fé – PR, 10 de junho de 2019.

Fernando Brambilla
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ

-HOMOLOGAÇÃO-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Pelo presente termo, fica HOMOLOGADO o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 10.520/02 a Lei Federal nº 8.666/93.
Fica HOMOLOGADA, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pela Comissão.
Empresas vencedoras: S.C. COMERCIAL EIRELI ME, com o valor de R$ 4.340,00 (quatro mil, trezentos e quarenta reais).
JMF COMERCIO E IMPORTADORA DE MAQUINAS LTDA, com o valor de R$ 6.190,00 (seis mil cento e noventa reais).
LETICIA CAMOLESI BAGÃO SILVA ME, com o valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

Florida, 07 de junho de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

Empresas que incentivam a leitura e a informação
Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos

Ângulo
Panificadora União
Atalaia
G&G Móveis
Auto Posto Flórida
Colorado
Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte
Auto Posto A Jato
Livraria do Tio
Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado
Supermercado Ramos - Jardim Cairi
Distrito de Alto Alegre
SuperMercado Casquinha
Cruzeiro do Sul
Hotel e Restaurante Eliana
Floraí
Auto Posto E1
Fran's Doces e Salgados
Auto Posto Floraí
Inajá
Panificadora e Confeitaria União
Farmácia Santa Inês
Panificadora e Confeitaria Nossa Senhora
Itaguajé
Supermercado Pontal
Quitanda do Marreta
Jardim Olinda
Panificadora Doce Sabor
Nova Esperança
A Churrascaria
Panificadora Pão de Mel
Auto Posto Sede Alvorada II
Bar Líder
Ourizona
Mercado Bandeirantes
Panificadora e Confeitaria Doce Pão
Mercado Vieira
Mercearia Nossa Senhora Aparecida
Paranacity
Lanchonete do Roberto
Paranapoema
Auto Posto Paraná
Panificadora Evangelista
Michel Cabeleireiro
Panificadora 2 Irmãos
Presidente Castelo Branco
Loterias Faraoni
Santa Inês
Auto Posto Santa Inês
Panificadora Cantinho do Pão
São Jorge do Ivaí
Farmácia Popular
Auto Posto Forini
Studio Mec Foto e Vídeo
Farmácia Farmadin
Uniflor
Mercado Mineiro
Distrito de Fiorópolis
Venda do José Baixinho

JORNAL REGIONAL BI-SEMANAL

Editado por: Del Grossi & Cia Ltda - EPP
CNPJ/MF 79.989.505/0001-80
DATA DE FUNDAÇÃO
03/04/1960
Administração, Redação, Publicidade
Rua Lord Lovat, nº 500 (sede própria), SL 1
Telefone: 9.9111-1871 - Tefefax: (44) 3252-1177
E-mail: **contato@oregionaljornal.com.br**
CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná
SUCURSAL EM COLORADO
Rua Deputado Branco Mendes, nº 549
1º Andar (sede própria)
Telefax: (44) 3323-2543
CEP 86.690.000 - Colorado – Paraná
Diretor: Edemar Del Grossi

Conselho Editorial:
Darlene Siqueira, Antonia Donata
Diretores de Redação:
Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes, Maria Gomes
Colaboradores:
Alcidio Odair Polo - Colorado
Antonio Vitoretti - Nova Esperança
Projeto Gráfico:
Raul Siqueira Del Grossi
Tiragem: 3.000 exemplares
É permitida a reprodução de qualquer matéria veiculada, sem previa autorização da direção, desde que conste a fonte: "Jornal o Regional".
Artigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de resposta.

Conferência Municipal do Idoso de Paranacity discute desafios de envelhecer e papel das políticas públicas

O evento realizado na quinta-feira (06/06) no Salão de Eventos do Sindicato Rural Patronal com o tema proposto para IV Conferência Municipal do Idoso foi **'Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas'.**

O evento foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (COMDI) com apoio da prefeitura e câmara de vereadores e teve por objetivo propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas e dos espaços de participação, bem como a forma como está sendo realizada a gestão da Política de Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa no Município. As atividades tiveram início as 12h30, com o credenciamento dos participantes.

Após a execução do hino nacional a prefeita Sueli Terezinha Wanderbrook agradeceu a presença da comunidade, ressaltando a importância da participação dos munícipes para efetivação das políticas publicas. Em seguida a presidente do COMDI Maria Senerine Bertoni declarou aberto os trabalhos da IV conferência.

A programação seguiu com leitura e aprovação do regimento interno seguida da palestra central ministrada por Plínio Fernando Ribeiro Eng, renomado palestrante e consultor, o mesmo atuou na implantação do Programa Estadual Família Paranaense. Na seqüência, ocorreram as discussões em grupos e, após, as deliberações das propostas Plínio Eng conduziu um Talk Show com as idosas que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos todas as quintas feiras das 13:00h as 16:30h no CRAS de Paranacity, a entrevista foi um momento impar de descontração em que todos interagiram.

A Conferência foi dividida em quatro eixos temáticos:

- Direitos Fundamentais na Construção/Efetivação das Políticas Públicas - Saúde, Assistência Social, Previdência, Moradia, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer; -

- Educação: assegurando direitos e emancipação humana;

- Enfrentamento da Violação dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa;

- Os Conselhos de Direitos: seu papel na efetivação do controle social na geração e implementação das políticas públicas.

"De acordo com a Secretária de Assistência Social este é o fórum legítimo e democrático para as discussões das ações voltadas à pessoa idosa. É a instância máxima de deliberação para definir as prioridades que devem ser levadas em conta no momento da elaboração e da aplicação das políticas públicas no Município".

As propostas aprovadas no encontro municipal serão levadas para a Conferência Estadual do Idoso, que acontecerá nos dias 14, 15 e 16 de agosto em Curitiba.

A conferência foi finalizada com a eleição de 01 delegado idoso, representante da sociedade civil que representará Paranacity no evento estadual.

RCP Day: Nova Esperança receberá pela primeira vez o evento de capacitação da população para procedimentos de reanimação cardíaca

O RCP Day é um dia voltado à capacitação da população para procedimentos de reanimação cardíaca. Em Nova Esperança a equipe do SAMU ofertará a capacitação gratuita sobre procedimentos de socorros, neste sábado, dia 15, em frente ao Estádio Municipal, das 9h às 12 horas e todos podem participar.

A cada minuto em que uma pessoa em parada cardiorrespiratória não recebe o auxílio correto, a chance de morte cresce em 10%. Mas é preciso saber ajudá-la até a chegada dos socorristas. Com essa preocupação, a equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) dedicará um dia a capacitação de leigos.

O objetivo do RCP Day é instruir a população sobre como agir nestes casos e conduzi-los ao aprendizado dos procedimentos de primeiros socorros por meio de explicações, simulações e exercícios práticos em manequins para ensino da massagem cardíaca. Sabendo fazer o mínimo, como o reconhecimento dos sinais da parada cardíaca, que correspondem à falta de pulso e respiração, além da reanimação, o cidadão consegue dar maior chance de sobrevida à vítima e facilitar a tomada de decisões do médico regulador que recebe o pedido de socorro por telefone.

Acionando socorro

Em caso de urgência ou emergência, mesmo diante de uma situação assustadora é importante manter a calma e acionar as equipes de socorro pelos números (192 – SAMU) ou (193 – Bombeiros) que farão as primeiras orientações por telefone.

É fundamental que a pessoa que se dispôs a ligar mantenha a calma e forneça o máximo de informações para que o médico mediador consiga tomar as decisões corretas e chegar ao local do ocorrido com maior precisão de tempo.

Infelizmente os trotes ainda são muito comuns e preocupam as equipes. Uma ligação de trote pode prejudicar o andamento de uma real situação de emergência, além de aumentar os gastos com os veículos. Para quem faz ligações de trote, com informações falsas, a pena pode chegar de 1 a 6 meses de prisão e multa. ASCOM

A 212ª Junta do Serviço Militar de Cruzeiro do Sul, informa:

Devem-se alistar em 2019 os nascidos em 2001 e do sexo masculino.

Mais informações ou dúvidas procurar a Junta Militar na Prefeitura Municipal ou através dos telefones: (44) 3465-1299 ou 3465-1608.

SANTO INÁCIO

"Não podemos acrescentar dias a nossa vida, mas podemos acrescentar vida aos nossos dias"

Com estas palavras, o Município de Santo Inácio através da Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso realizou no Centro de Convivência neste dia 06 de Junho, a 1 Conferência Municipal dos Direitos do Idoso.

Com o tema 'Os desafios de envelhecer do século XXI e o Papel das Políticas Públicas' a Conferência contou com a presença de mais de 60 pessoas, dentre elas Secretários Municipais, Vereadores, idosos e representantes de segmentos ligados aos idosos do município, presentes também , Silvana Arruda chefe do Escritório Regional de Maringá acompanhada das técnicas Rosalina e Meire.

A abertura da Conferência foi brilhantemente realizada por idosos e crianças do Grupo de Música do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, que tocaram flauta e violão apresentando a música Asa Branca de Luiz Gonzaga, e durante a conferência a Juíza da Comarca de Colorado Maria de Lourdes Araújo Cavalcanti Mundim abrilhantou o evento com a palestra central.

Este foi um passo muito importante na formulação da política pública e na defesa dos direitos dos idosos do município, o espaço da conferência foi utilizado para discussões e principalmente para pensar o futuro e ações que possam melhorar a qualidade de vida dos idosos do município, ainda na ocasião foi lançado oficialmente pela Secretária Municipal de Assistência Social Marina do Nascimento Gonçalves, o Projeto Capoterapia, "Este projeto de capoeira será mais forma de garantir aos nossos idosos o direito de fazer atividade física gratuita de qualidade, juntamente com a sociabilização, que é muito importante nesta fase da vida."

Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO 60/2019

Súmula: Convoca a I Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Prefeita Municipal de Paranapoema, Leurides Sampaio Ferreira Navarro, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Município.

DECRETA:

Art. 1° Fica convocada a I Conferência Municipal Segurança Alimentar e Nutricional, a ser realizada no dia 17 de Junho de 2019, tendo como tema central: "Comida no Campo e na Cidade: O que temos e o que queremos".

Art. 2° As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Paranapoema, Estado do Paraná, em 05 de Junho de 2019.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

Santo Inácio — Uma Nova História
CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 19/2019

Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor por Superávit Financeiro, autorizado pela Lei nº 1208/2018.

O PREFEITO DE SANTO INACIO – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES AUTORIZADAS POR LEI:

D E C R E T A,

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 48.550,79 (quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais e setenta e nove centavos)**, para a suplementação da seguinte dotação do orçamento em vigor da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, assim discriminado:

I - SUPLEMENTAÇÃO

07 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
001 – DIVISÃO DE ENSINO
12.361.0007.6023 – Manutenção do Ensino Fundamental – Escola Omar de Oliveira
01121 3.3.90.32.00.00 107 Salário Educação - Material, Bem ou Serviço para Distribuição 48.550,79

TOTAL **R$ 48.550,79**

Art. 2° - Para dar cobertura ao presente Crédito Adicional Suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do **Superávit Financeiro do Exercício de 2018** na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64, e Artigo 4º, inciso IV da Lei 1208/2018 (Lei Orçamentária 2019), para a fonte de recurso especificada a seguir, no seguinte valore:

Recursos Vinculados:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
107	Salário-Educação	48.550,79
TOTAL		48.550,79

Art. 3° - Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso do Exercício Financeiro de 2019, na respectiva fonte de recurso e valor citado a seguir:

Recursos Vinculados:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
107	Salário-Educação	48.550,79
TOTAL		48.550,79

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de junho de 2019.

Santo Inácio, 05 de junho 2019.

JÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS
Prefeito de Santo Inácio

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro
Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000
CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2019
ID – CONTRATO Nº 1004

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 35/2019
CERTAME: DISPENSA 18/2019
CONTRATO: 48/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTRATADA: ELIZEU BORDIN - DIVICOL

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA INSTALAÇÃO NAS SALAS DO PRÉDIO MUNICIPAL

DO VALOR TOTAL; R$ 4.103,77 **(quatro mil e cento e três reais e setenta e sete centavos)**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
03.002.04.122.0003.2036.3.3.90.30.00.00 – 01000 – MATERIAL DE CONSUMO

DA VIGÊNCIA;
Vigência até 07 de setembro de 2019 contados a partir de 07 de junho de 2019.

DO FORO;
Foro da Comarca de Paranacity – PR

Lucimara de Souza Morais
Prefeita Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 6963/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 10 de junho de 2019, no Cargo de Provimento em Comissão, Assessor Executivo II, o (a) Senhor (a) **TAMARA CRISTINA DE OLIVEIRA PAZIM**.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6961/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 06 de junho de 2019, no Cargo de Professor de Educação Infantil, tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2019, o (a) Servidor (a) a baixo discriminado (a):
JOSILEIA ANDRADE DE OLIVEIRA

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

CONVENIADO COM A F. N. S. - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PRAÇA SANTA CRUZ, 300 - Centro- Fone (44) 3243-1901
CEP:87190- 000- CNPJ:04.301.515/0001– 82-SÃO JORGE DO IVAI
ESTADO DO PARANA

ESTADO DO PARANÁ SAMAE-SERV.AUT.MUN.AGUA ESGOTO SAO JORGE DO IVAI	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2019 - PR
CNPJ: 04.301.515/0001-82 RUA VISCONDE DE RIO BRANCO C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivai - PR	Processo Administrativo: 6/2019 Processo de Licitação: 6/2019 Data do Processo: 22/03/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Do Samae, JOSÉ QUIRINO DOS SANTOS,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 6/2019
b) Licitação Nr.: 1/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/04/2019
e) Data da Adjudicação: 18/04/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECANICOS PARA VEICULOS DA LINHA LEVE, PARA ATENDER A FROTO DO SAMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Qtde de Itens	Média Desc/to (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 000095 - BALBINO & COVALTCHUK LTDA- ME	1	0,0000	22.800,00
	1		22.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.302.3.3.90.39.00.00.00.00 (19)

São Jorge do Ivaí, 18 de Abril de 2019.

JOSÉ QUIRINO DOS SANTOS
DIRETOR DO SAMAE

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 6960/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 05 de junho de 2019, no Cargo de Professor de Ensino Fundamental, tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2019, o (a) Servidor (a) a baixo discriminado (a):
ADRIANA CANDIOTTO

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6959/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados (as) a partir de 04 de junho de 2019, no Cargo de Professor de Ensino Fundamental, tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2019, os (as) Servidores (as) a baixo discriminados (as):
ANA PAULA CARDOSO VIANA
ALINE CLAUDIA SISTI CRUBELATI BIDURIN

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6958/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 03 de junho de 2019, no Cargo de Professor de Ensino Fundamental, tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2019, o (a) Servidor (a) a baixo discriminado (a):
JUCELE PAULA ARSELLI DA SILVA

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6957/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 07 de junho de 2019, no Cargo de provimento em Comissão, Diretor da Divisão de Tributação, o (a) Senhor (a) **MARIA REGINA GUIROTTO**.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6956/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 07 de junho de 2019, no Cargo de provimento em Comissão, Diretor da Divisão de Contabilidade, o (a) Senhor (a) **CLEISON MOREIRA DE SOUZA**.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6955/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 07 de junho de 2019, no Cargo de provimento em Comissão, Diretor da Divisão de Fiscalização, o (a) Senhor (a) **SERGIO APARECIDO VIEIRA**.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6954/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado (a), o (a) Servidor (a) **SERGIO APARECIDO VIEIRA**, a partir de 06 de junho de 2019, do cargo de Diretor (a) da Divisão de Contabilidade.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6953/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado (a), o (a) Servidor (a) **MARIA REGINA GIROTTO**, a partir de 06 de junho de 2019, do cargo de Diretor (a) da Divisão de Fiscalização.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6952/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° Fica exonerado (a), o (a) Servidor (a) **CLEISON MOREIRA DE SOUZA**, a partir de 06 de junho de 2019, do cargo de Diretor da Divisão de Tributação.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 07 de junho de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6946/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 03 de junho de 2019, no cargo de provimento em comissão, Assessor Executivo III, o (a) servidor (a) **RAUL PIOTO BARBOSA.**

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 31 de maio de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6945/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1° Fica nomeado (a) a partir de 03 de junho de 2019, no cargo de provimento em comissão, Assessor Executivo II, o (a) servidor (a) **TIAGO BEIDAKI LANDIM.**

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 31 de maio de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de SantaFé

CNPJ 76.291.418/0001-67

REPUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 027/2019.

Substitui servidor que compõe a Comissão de Monitoramento e Avaliação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Substituir a servidora designada no item "II" do art. 1º, da Portaria 028/2017, que compõe a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Município de Santa Fé, pelo seguinte membro:

"II" – Catia Mantuani Masson, matrícula nº. 201424.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 04 de junho de 2019.

FERNANDO BRAMBILLA
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

Portaria nº. 084/2019

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Conceder, mais 60 (sessenta) dias de prorrogação de **LICENÇA MATERNIDADE** a servidora **DANIELLE CRUZ VOLPATO** portadora do RG. Nº 9.860.729-3, lotada como Professora, no Fundeb 60%, neste Município, contados no período de 10/06/2019 á 09/08/2019, conforme Lei Municipal nº 776/2013.

Registre-se e Cumpra-se

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 10 DE JUNHO DE 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

CNPJ 76.970.375/0001-46

DECRETO Nº 18/2019

Súmula: Abre um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em vigor por Superávit Financeiro, autorizado pela Lei nº 1208/2018.

O PREFEITO DE SANTO INACIO – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES AUTORIZADAS POR LEI:

D E C R E T A,

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 77.670,96 (setenta e sete mil, seiscentos e setenta reais e noventa e seis centavos)**, para a suplementação das seguintes dotações do orçamento em vigor da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, assim discriminado:

I - SUPLEMENTAÇÃO

06 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241.0006.2022 – Atendimento ao Idoso
00750 3.3.90.30.00.00 934 Bloco Fin Prot Social Básica - SUAS – Material de Consumo 4.916,34

08.244.0006.1083 – Aquisição de equipamentos para sede do CRAS
00780 4.4.90.52.00.00 934 Bloco Fin Prot Social Básica - SUAS – Equip e Mat Permanente 984,06

08.244.0006.6020 – Manutenção das Políticas de Assistência Social
00805 3.3.90.30.00.00 934 Bloco Fin Prot Social Básica - SUAS – Material de Consumo 7.372,15
00850 3.3.90.39.00.00 934 Bloco Social Básica SUAS - Outros Serviços de Terceiros – P Jurídica 56.689,91
00855 3.3.90.39.00.00 940 IGDPBF – Bolsa Família - Outros Serviços de Terceiros – P Jurídica 7.708,50

TOTAL R$ 77.670,96

Art. 2º - Para dar cobertura ao presente Crédito Adicional Suplementar, serão utilizados os recursos provenientes do **Superávit Financeiro do Exercício de 2018** na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64, e Artigo 4º, inciso IV da Lei 1208/2018 (Lei Orçamentária 2019), para as fontes de recursos especificadas a seguir, nos seguintes valores:

Recursos Vinculados:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
940	IGDPBF – Bloco de Financiamento Gestão Programa Bolsa Família	7.708,50
934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	69.962,46
TOTAL		77.670,96

Art. 3º - Fica alterada a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso do Exercício Financeiro de 2019, nas respectivas fontes de recursos e valores citados a seguir:

Recursos Vinculados:

FONTE	DESCRIÇÃO	SUPERÁVIT FINANCEIRO
940	IGDPBF – Bloco de Financiamento Gestão Programa Bolsa Família	7.708,50
934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	69.962,46
TOTAL		77.670,96

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de maio de 2019.

Santo Inácio, 31 de maio 2019.

JÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS
Prefeito de Santo Inácio

Prefeitura do Município de Mandaguaçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

DECRETO Nº 6944/2019

O Senhor **Mauricio Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, o Servidor **TIAGO BEIDAKI LANDIM**, a partir de 02 de junho de 2019, do cargo de Assessor Executivo III.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguaçu, 31 de maio de 2019.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6053/2019

O Senhor **Maurício Aparecido da Silva**, Prefeito Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Fica aplicado, no interesse da Administração Municipal, a partir de 03 de junho de 2019, ao (a) servidor (a) abaixo discriminado (a), adicional por encargo extraordinário sobre seu vencimento base.

ANGELA MARIA SANCHES SOARES	**40%**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Mandaguaçu, 06 de junho de 2019

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

DECRETO Nº 118/2019

Dispõe sobre alteração de cargos em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica alterada a simbologia da servidora Dirce Ignês Davanso, RG nº. 3.191.109-5/PR e CPF nº. 443.762.279-00 do cargo de Assessor Técnico, CC-6, para Assessor executivo II, CC-3, a partir de 1º de junho de 2019.

Art. 2º - Fica alterada a simbologia do servidor Lucas Botura Ribeiro, RG nº. 9.977.530-0/PR e CPF nº. 093.450.039-83, do cargo de Assessor de Nível Superior III, CC-5, para Assessor Executivo I, CC-3, a partir de 1º de junho de 2019.

Art. 3º - Fica alterada a simbologia da servidora Nayara Cristina Bottan Valiante, RG nº. 9.964.268-1/PR e CPF nº. 059.266.589-50, do cargo de Assessor Executivo I, CC-3, para Assessor Técnico, CC-2, a partir de 1º de junho de 2019.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 06 de junho de 2019.

FERNANDO BRAMBILLA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

DECRETO Nº. 54/2019

Sumula:"Constitui Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – Conselho do FUNDEB, nos temos da Lei Municipal 691/2008, de 16/11/2008".

O Prefeito Municipal de Itaguajé Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Municipal 691/2008 de 16/11/2008 e considerando indicação de representantes dos seguintes segmentos;

DECRETA:

Art. 1º) – Na composição doCONSELHO MUNICIPALDE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTOP DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, do Município de Itaguajé, fica constituído com os seguintes membros:

REPRESENTANTES DO CONSELHO DO FUNDEB – 2019/2021:
- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR: CLEBER MONFRE DOS SANTOS

CPF: 039.499.389-66

RG: 7.850.593-1

ENDEREÇO: RUA FRANCISCO MATARAZZO S/N – ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE: JAQUELINE BRONDANI MARQUES LEAL

CPF: 076.044.419-63

RG: 47.422.885-X

ENDEREÇO: RUA YAMATO ONO 299 – ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

TITULAR: DAIANA BERTAZZO MACHADO RIBEIRO

CPF: 050.546.599-00

RG: 10.550.441-1

ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBRO S/N- ITAGUAJÉ - PR

SUPLENTE: LENIRA TIMÓTEO DA SILVA OLIVEIRA

CPF: 611.427.519-53

RG: 4.338.570-4

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO S/Nº - ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

TITULAR: ALICE ELIZETE OMODEI PACHECO

CPF: 865.881.769-53

RG: 5.813.098-2

ENDEREÇO:RUA JOAQUIM CAMPOS Nº 155 – SANTA INES – PR

SUPLENTE:FLAVIA FELIX DE SOUZA

CPF: 094.575.139-75

RG: 10.859.804-2

ENDEREÇO: RUA DAS DÁLIAS S/N – ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS – ADMINISTRATIVO DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

TITULAR: ANGELA NOGUEIRA RIBEIRO

CPF: 043.841.969-38

RG: 9.262.802-7

ENDEREÇO: RUA AGAMENON MAGALHÃES S/N - ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE: TÂNIA MARIA DA SILVA

CPF: 085.275.188-56

RG: 7.887.641

ENDEREÇO: RUA CONDE FRANCISCO MATARAZZO S/N - ITAGUAJÉ - PR

- REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

TITULAR: CLEIDE MARIANO FIGUEIREDO

CPF: 551.143.779-49

RG: 4.840.833-8

ENDEREÇO: JOSÉ CORREIA DEARAUJO S/N - ITAGUAJÉ - PR

SUPLENTE: MONICA SAMPAIO DE MOURA

CPF: 029.448.709-39

RG: 7.041.453-8

ENDEREÇO: RUA HEITOR JOSÉ TOLENTINO S/N - ITAGUAJÉ - PR

TITULAR: DEVANIR ALVES RIBEIRO

CPF: 245.842.168-78

RG: 30.190.229-X

ENDEREÇO: RUA SÃO PAULO S/N - ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE:CIRLEIA ALVES FERREIRA

CPF: 865.871.619-87

RG: 5.740.322-5

ENDEREÇO: RUA ALMIRO ALVES DE ALMEIDA Nº 819 – ITAGUAJÉ-PR.

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – EJA

TITULAR: JOSÉ NOGUEIRA FILHO

CPF: 030.427.889-03

RG: 7.633.342-4

ENDEREÇO:RUA SANTA CATARINA –S/N -ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE: TEREZA LUCIANO COUTO

CPF: 596.005.359-49

RG: 3.770.854-2

ENDEREÇO: RUA PARANÁ–S/N - ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: JESSICA TEIXEIRA DA SILVA

CPF: 077.242.889-17

RG: 10.224.962-3

ENDEREÇO: RIO GRANDE DO SUL Nº 808 – ITAGUAJÉ-PR.

SUPLENTE: EDUVIRGES DOS SANTOS SILVA

CPF: 529.530.179-68

RG: 4.090.564-2

ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS 788 - ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

TITULAR:SUELI ALVES PINAFFI RIBEIRO

CPF: 905.724.409-87

RG: 6.152.699-4

ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBROS/N - ITAGUAJÉ - PR

SUPLENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA SOUZA

CPF: 027.776.269-36

RG: 7.762.312-4

ENDEREÇO. AV. MUNHOZ DA ROCHA S/N - ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: JUNDI LOPES

CPF: 558.333.739-72

RG: 3.824.858-8

ENDEREÇO: RUA BAHIA S/Nº - ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE:VÂNIA GONÇALVES AMORIM OLIVIERA

CPF: 224.298.858-16

RG: 8.656.711-3

ENDEREÇO: AV. MUNHOZ DA ROCHA 225 - ITAGUAJÉ – PR

- REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, INDICADO PELA ENTIDADE DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

TITULAR: TATIANE NERIS

CPF: 393.062.378-12

RG: 50.813.146-7

ENDEREÇO: RUA RIO GRANDE DO SUL S/N - ITAGUAJÉ – PR

SUPLENTE:EDSON JOSÉ DE OLIVEIRA

CPF: 590.975.319-34

RG: 5.191.866-5

ENDEREÇO: RUA DAS AZALÉIAS S/N - ITAGUAJÉ – PR

PRESIDENTE: ALICE ELIZETE OMODEI PACHECO

VICE PRESIDENTE: JUNDI LOPES

Parágrafo Único – O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal do Fundeb será de 02 (dois) anos, vigendo de 22 de Maio de 2019 a 21 de Maio de 2021, e não será remunerada em razão do exercício da função ser considerada de interesse público relevante.

Art. 2º)– O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB será dirigido pelos membros legalmente eleitos pelos seus pares, de conformidade com o estabelecido no Parágrafo 3º da referida Lei Municipal nº. 691/2008, a saber:

Art. 3º) –Fica Revogado o Decreto nº 51/2019, de 30 de Maio de 2.019.

Art. 4º) – Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé
Em, 07 de Junhode 2019

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

C.G.C. 75731034/0001-55
Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299
Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

PORTARIA Nº 1.168 DE 03 DE JUNHO DE 2019

Súmula: Nomeia Comissão para Avaliação de Imóveis para locação pelo município,

ADEMIR MULON, Prefeito do Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná e,

CONSIDERANDO a necessidade de locação de imóvel para instalação do Departamento Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que o imóvel deverá atender as condições mínimas necessárias para atendimento dos serviços administrativos do Departamento Municipal de Educação e,

CONSIDERANDO a necessidade de que a locação venha ser concretizada dentro dos patamares praticados no município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para constituir a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, os servidores: **Esbelta Ferreira Pinto**, Diretora do Departamento Municipal de Educação, inscrita no CPF nº. 634.390.189-20; **Alzira Keiko Takehara**, Professora, inscrita no CPF nº 568.192.429-72 e **Felipe Siqueira de Medeiros**, Engenheiro Civil, CREA/SP 5070014024 e VISTO/PR 168293, inscrito no CPF nº 228.706.628-40.

Art. 2º. A Comissão designada pela presente Portaria deverá emitir laudo conclusivo, atendendo aos seguintes quesitos:

I – Se o imóvel atende as necessidades ao fim que é pretendido;

II – Se o valor do aluguel pretendido está dentro dos valores praticados no município.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrario, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo afixada em quadro próprio de editais desta Prefeitura e, depois encaminhada para o órgão de publicação oficial.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELLE, AOS TRES DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Ademir Mulon)
- PREFEITO MUNICIPAL –

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2019

Contratante: Município de Cruzeiro do Sul – Pr

Contratado: ATRIELI TRANSPORTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ 25.080.324/0001-08, com sede na Avenida Paraná, 1.339 – Sala 01 – Jardim América – Paranavaí – Pr.

DO OBJETO
O objeto do presente contrato é o fornecimento de produtos de higiene e limpeza, de forma fracionada, destinados aos diversos departamentos municipais da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul - Paraná, provenientes do Pregão Presencial n. 004/2019, conforme descrição abaixo:

Lote	Item	Qtde	Unidade	Material / Serviço	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	5	60	GALÃO	CERA LÍQUIDA. Cera líquida, auto brilho, vermelha, para piso frio, dispensando o uso de enceradeira, embalagem com 750 ml. Similar	BRLMAX	6,95	417,00
1	6	1200	FRASCO	D E S E N G O R D U R A N T E (l i m p a d o r desengordurante, limpeza pesada, com álcool, bico pulverizador-tipo spray, embalagem frasco 500 ml)	LIMPOL	3,84	4.608,00
1	9	1500	FRASCO	DETERGENTE - 500 ML , composição tesoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes,componente ativo Linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação remoção de gorduras de louças, talheres e panelas,aroma neutro, características adicionais contém tensoativo biodegradável, frasco c/ 500 ml	ALPES	1,28	1.920,00
1	11	400	UNIDADE	ESPONJA LIMPEZA , peso líquido mínimo 42g /8un, material lã de aço carbono, formato retangular, aplicação utensílios e limpeza em geral, características adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidação, comprimento mínimo 90 mm, largura mínima 40 mm	INOVE	1,15	460,00
1	14	800	FRASCO	LIMPADOR DE ALUMÍNIO LÍQUIDO 500ML indicado para limpar e realçar o brilho de panelas , assadeiras e demais utensílios de cozinha em alumínio, com menos esforço. Fragrância fraca e suave, com pouca difusão e baixa tenacidade. Deve conter tensoativo biodegradável, frasco c/ 500 ml	ALPES	3,92	3.136,00
1	21	800	UNIDADE	SABONETE , aspecto físico sólido, peso 90 g, tipo Com perfume, formato ovalado, aroma não aplicável, cor branca, aplicação pele normal, características adicionais não aplicável	LILY DE VIDA	0,95	760,00
1	22	250	FRASCO	SABONETE LÍQUIDO, 500 ML aspecto físico líquido perfumado, aplicação saboneteira para sabonetes líquidos, frasco c/ 500 ml características adicionais pronto uso, aroma suave,	CLARALUX	6,94	1.735,00
1	27	200	FRASCO	VENENO MULTI INSETICIDA -300ml, aerosol eficaz contra mosquitos,formigas,pernilongos,barratas , moscas, Embalagem de 300ml, registro/notificação na anvisa; prazo de validade mínima de 06 (seis) meses, contados da data de entrega.	BUZZ	5,97	1.194,00

DO VALOR
R$ 14.230,00

VIGÊNCIA
12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato contratual, podendo ser prorrogado conforme previsão legal.

DA DOTAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a presente licitação se dará através das seguintes Dotações Orçamentárias:

006 - 02.001.04.122.0002.2.002.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
013 02.002.05.153.0015.2.005.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
027 03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
028 03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.0 01510MAT DE CONSUMO
029 03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.30.00.0 01511MAT DE CONSUMO
048 03.002.04.122.0003.2.010.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
067 04.002.04.124.0002.2.016.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
083 05.001.26.782.0004.2.019.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
084 05.001.26.782.0004.2.019.3.3.90.30.00.0 01504MAT DE CONSUMO
085 05.001.26.782.0004.2.019.3.3.90.30.00.0 01512MAT DE CONSUMO
110 05.002.26.782.0004.2.021.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
111 05.002.26.782.0004.2.021.3.3.90.30.00.0 01504MAT DE CONSUMO
129 06.001.15.452.0005.2.023.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
130 06.001.15.452.0005.2.023.3.3.90.30.00.0 01504MAT DE CONSUMO
147 06.001.15.452.0005.2.025.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
148 06.001.15.452.0005.2.025.3.3.90.30.00.0 01504MAT DE CONSUMO
172 06.002.17.512.0006.2.110.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
193 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
194 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 01303MAT DE CONSUMO
195 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 31340MAT DE CONSUMO
196 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 31788MAT DE CONSUMO
197 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 31797MAT DE CONSUMO
198 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 31800MAT DE CONSUMO
192 07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.30.00.0 494MAT DE CONSUMO
239 07.001.10.301.0007.2.028.3.3.90.30.00.0 494MAT DE CONSUMO
247 07.001.10.301.0007.2.029.3.3.90.30.00.0 01303MAT DE CONSUMO
275 07.001.10.301.0007.2.090.3.3.72.30.00.0 01303MAT DE CONSUMO
285 07.001.10.301.0007.2.102.3.3.90.30.00.0 494MAT DE CONSUMO
294 07.001.10.301.0007.2.103.3.3.90.30.00.0 494MAT DE CONSUMO
310 07.001.10.301.0007.2.105.3.3.90.30.00.0 494MAT DE CONSUMO
353 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
354 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 01103MAT DE CONSUMO
355 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 01104MAT DE CONSUMO
613 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 1108MAT DE CONSUMO
356 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 01107MAT DE CONSUMO
357 08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 31762MAT DE CONSUMO
391 08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
392 08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.30.00.0 01103MAT DE CONSUMO
393 08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.30.00.0 01107MAT DE CONSUMO
418 08.001.12.361.0010.2.045.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
419 08.001.12.361.0010.2.045.3.3.90.30.00.0 01103MAT DE CONSUMO
420 08.001.12.361.0010.2.045.3.3.90.30.00.0 01107MAT DE CONSUMO
467 08.003.12.365.0010.2.049.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
468 08.003.12.365.0010.2.049.3.3.90.30.00.0 01107MAT DE CONSUMO
477 08.004.12.367.0010.2.051.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
484 09.001.27.812.0012.2.053.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
496 09.005.13.392.0011.2.052.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
557 12.004.08.241.0008.2.037.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
571 12.004.08.244.0008.2.035.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
572 12.004.08.244.0008.2.035.3.3.90.30.00.0 1934MAT DE CONSUMO
573 12.004.08.244.0008.2.035.3.3.90.30.00.0 1947MAT DE CONSUMO
574 12.004.08.244.0008.2.035.3.3.90.30.00.0 31938MAT DE CONSUMO
595 12.005.08.243.0008.6.056.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO
603 12.006.08.244.0008.2.039.3.3.90.30.00.0 01000MAT DE CONSUMO

DO FORO
Foro da comarca de Paranacity – Estado do Paraná

Cruzeiro do Sul, Pr. 24 de Maio de 2019.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL
Ademir Mulon – Prefeito Municipal
Contratante

ATRIELI TRANSPORTE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.
Janieli Vassoler – Sócio Administrativo
Contratada

Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

Decreto nº 62/2019 de 11/06/2019

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 583/2018 de 18/12/2018.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 51.000,00 (cinqüenta e um mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003.04.122.0012.2.208.		DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	
52 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
03.003.04.123.0013.2.213.		CONTROLE DA DÍVIDA FUNDADA POR CONTRATOS E PRECATÓRIOS	
94 - 3.1.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	16.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.009.10.301.0028.2.235.		CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
275 - 3.3.72.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00
		Total Suplementação:	**51.000,00**

Artigo 2º - Para Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.003.04.122.0012.2.206.		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
35 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E VIAÇÃO	
04.004.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E VIAÇÃO	
04.004.15.451.0014.2.218.		DIRETORIA DE OBRAS E URBANISMO	
128 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
04.004.15.452.0015.2.219.		DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	
153 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
04.004.26.453.0016.2.216.		DIVISÃO DE TRANSPORTE	
180 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.005.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
05.005.10.301.0048.2.234.		MANUTENÇÃO DO P.A - PRONTO ATENDIMENTO - RECUSOS LIVRES	
210 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
05.005.10.301.0048.2.237.		MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - RECURSOS LIVRES	
224 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
05.009.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.009.10.301.0019.2.227.		PABV - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	
252 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.009.10.301.0019.2.228.		PABV - SAÚDE BUCAL - SB	
260 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
		Total Redução:	**51.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PARANAPOEMA do Paraná, em 11 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARR
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR.
CNPJ 76.970.359/0001-53

EXTRATO DO CONTRATO N°. 28/2019 – ID N°. 1092-2019

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 22-2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF n°76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: **ARASA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP CNPJ Nº. 85.012.581/0001-34.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS ORIGINAIS E A MANUNTEÇÃO CORRETIVA PARA O VEÍCULO PEUGEOT BOXER, VAN AMBULÂNCIA PLACA BAG-6153, PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL.**

VALOR TOTAL:R$ 17.120,00 (dezessete mil cento e vinte reais).

VIGÊNCIA:90 (NOVENTA DIAS).

DOTAÇÃO:

07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.028.3.3.90.30.00.00 31494 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ
07.001.10.301.0012.2.028.3.3.90.39.00.00 31494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ

FORO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.

Itaguajé, 07 de Junho de 2019.

CONTRATANTE

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 22-2.019
PROCESSO LICITATORIO Nº. 45-2.019

Ratifico o ato que declarou a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS ORIGINAIS E A MANUNTEÇÃO CORRETIVA PARA O VEÍCULO PEUGEOT BOXER, VAN AMBULÂNCIA PLACA BAG-6153, PERTENCENTE A FROTA MUNICIPAL,** no valor de **R$ 17.120,00 (dezessete mil cento e vinte reais**).

1-FORNECEDOR:

FORNECEDOR: ARASA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE AUTO PEÇAS LTDA - EPP
CNPJ:85.012.581/0001-34
ENDEREÇO: ROD PR 317 SN KM 01
CIDADE: MARINGÁ - PR

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Itaguajé, 07 de Junho de 2019

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique -se

EXTRATO DO CONTRATON°. 29/2019 – ID Nº. 1093-2019

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 23-2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, com sede à Av. Governador Lupion, 605, inscrito no CNPJ/MF n°76.970.359/0001-53.

CONTRATADO: **COMERCIO DE CHAPAS DE MDF LAMINIL LTDA, inscrita no CNPJ:12.037.290/0001-27.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERAIS PARA FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.**

VALOR TOTAL:R$ 4.169,20 (quatro mil, cento e sessenta e nove reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA:90 (NOVENTA DIAS).

DOTAÇÃO:

07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.30.00.00 01303 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.028.3.3.90.30.00.00 31494 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ
07.001.10.301.0012.2.025.3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ
07.001.10.301.0012.2.028.3.3.90.39.00.00 31494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PJ

FORO: Comarca de Colorado – Estado do Paraná.

Itaguajé, 07 de Junho de 2019.

CONTRATANTE

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 23-2.019
PROCESSO LICITATORIO Nº. 46-2.019

Ratifico o ato que declarou a Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERAIS PARA FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,** no valor de **R$ 4.169,20 (quatro mil cento e sessenta e nove reais e vinte centavos).**

1-FORNECEDOR:

FORNECEDOR: COMERCIO DE CHAPAS DE MDF LAMINIL LTDA
CNPJ: 12.037.290/0001-27
ENDEREÇO: AV. COLOMBO Nº. 2.199
CIDADE: MARINGÁ - PR

Face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Itaguajé, 07 de Junho de 2019

CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publique -se

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 87/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada:FRATELLO SERVIÇOS MEDICOS LTDA
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.
Data da Assinatura:07 de junho de 2019.

Fundamento legal: art. 65, lei 8.666/93

Foro: Comarca de Mandaguaçu-PR.

Ourizona-PR, 07 de junho de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 89/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: J. A. GARGANTINI E CIA LTDA
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.
Data da Assinatura:07 de junho de 2019.

Fundamento legal: art. 65, lei 8.666/93

Foro: Comarca de Mandaguaçu-PR.

Ourizona-PR, 07 de junho de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 88/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada:G. D. BENITEZ E ROZADA LTDA
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.
Data da Assinatura:07 de junho de 2019.

Fundamento legal: art. 65, lei 8.666/93

Foro: Comarca de Mandaguaçu-PR.

Ourizona-PR, 07 de junho de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 90/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada:LOFS CLINICA MEDICA LTDA
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses.
Data da Assinatura:07 de junho de 2019.

Fundamento legal: art. 65, lei 8.666/93

Foro: Comarca de Mandaguaçu-PR.

Ourizona-PR, 07 de junho de 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL
CNPJ: 76.970.334/0001-50
RUA PEDRO PAULO VENERIO, 1022 | 87560-000 / PARANACITY-PR | (44) 3463-8101 - (44) 3463-8100 | CONTATO@PARANACITY.PR.GOV.BR

DECRETO Nº. 55/2019

Data:17 de maio de 2019

Súmula: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para devolução de saldo de repasse FEAS PAIF para o Fundo Estadual de Assistência Social e dá outras providências.

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK, Prefeita Municipal de Paranacity, Estado do Paraná, amparada pela **Lei Municipal nº. 2.269 de 11/12/2018,**

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica a chefe do Executivo Municipal autorizada a proceder à abertura de crédito adicional suplementar para devolução de saldo de repasse FEAS PAIF para o Fundo Estadual de Assistência Social no valor de R$ 1.001,80 (um mil, um real e oitenta centavos) na despesa orçamentária descrita abaixo:

06.002.04.123.0007.2015	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA		
3330930000 33934 848	Indenizações e restituições	R$	1.775,51

Artigo 2º - Como recurso para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior fica utilizado o superávit financeiro da fonte de recurso 33934, conta bancária 25.100-3 do Banco do Brasil S/A no valor de R$ 1.775,51 (um mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranacity, Estado do Paraná, em 17 de maio de 2019.

Sueli Terezinha Wanderbrook
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul

C.G.C. 75731034/0001-55
Av. Dr. Gastão Vidigal nº 600 - Telefax: 44 - 465-1299
Site: www.pmcruzeirodosul.com.br

Republicação
DECRETO Nº 1.007/2019 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município, Mediante Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, ajustando a LDO do Exercício 2019 e o PPA dos Exercícios de 2018 a 202,1e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS COM BASE NA LEI 302/2019, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Credito Especial no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destinado ao ajuste das seguinte dotação abaixo, na Lei Orçamentária Anual, ajustando a LDO do exercício de 2019 e o PPA dos exercícios de 2018 a 2021, conforme especificações abaixo:

SUPLEMENTAÇÃO CRÉDITO ESPECIAL

12.004.08.244.0008.2.039 - MANUTENÇÃO DAS ACOES SOCIAIS				
12.004.08.244.0008.2.039.	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS	RED	FONTE	VALOR
		709	31817	240.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamento e Material Permanente	709	31817	240.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO POR CRÉDITO ESPECIAL.....				**240.000,00**

Art. 2º - Como recurso para cobertura do artigo primeiro, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação no exercício de 2019, de acordo com o Artigo 43 Inciso III da Lei Federal n. 4.320 como segue abaixo discriminados:

RECEITA	RED	FONTE	VALOR
2.4.2.8.99.1.1.02.00.00.00.00.	709	31817	240.000,00
TOTAL.....			**240.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

ADEMIR MULON
- PREFEITO MUNICIPAL-

Republicação
DECRETO Nº 1.037/2019 DE 04 DE JUNHO DE 2019

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Mediante Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS COM BASE NA LEI 311/2019, DE 04 DE JUNHO DE 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANA, autorizado a abrir Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), destinados aos ajustes das seguintes dotações abaixo, na Lei Orçamentária Anual, ajustando a LDO do exercício de 2019 e o PPA dos exercícios de 2018 a 2021, conforme especificações abaixo:

CRÉDITO SUPLEMENTAR

03.001.04.122.0003.2007 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL			
03.001.04.122.0003.2.027.3.3.90.96.00. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	**38**	**01000**	**8.000,00**
05.002.26.782.0004.2021 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO			
05.002.26.782.0004.-2.021.3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**110**	**01000**	**10.000,00**
06.001.15.452.0005.2022 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
06.001.15.452.0005.2.022-.3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**118**	**01000**	**15.000,00**
06.001.15.452.0005.2023 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA			
06.001.15.452.0005.2.023.-3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**129**	**01000**	**25.000,00**
06.001.15.452.0005.2.023.-3.3.90.39.00.-SERV. TERC PESSOA JURIDICA	**133**	**01000**	**25.000,00**
07.001.10.301.0007.2027 MANUTENÇAO DAS AÇÕES DE SAUDE			
Especificação	**Red**	**Fonte**	**Valor**
07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.96.00. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	**215**	**01000**	**73.000,00**
08.001.12.361.0010.2041 FUNDEB 40%			
08.001.12.361.0010.2.041.3.3.90.14.00. DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**333**	**01102**	**28.000,00**
08.001.12.361.0010.2042 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EMENDA 14/96			
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.14.00.0 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**351**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.14.00.0 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**352**	**01104**	**25.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**354**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**354**	**01104**	**20.000,00**
08.001.12.361.0010.2043 MANUTENÇÃO DA ESCOLA CHAPEUZINHO VERMELHO			
08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**392**	**01103**	**20.000,00**
08.001.12.361.0010.2045 MANUTENÇÃO DA ESCOLA FLAVIO SARRAO			
08.001.12.361.0010.2.045.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**419**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.96.00.0 – RESSARC PESSOAL REQUISITADO	**427**	**01103**	**20.000,00**
09.001.27.812.0012.2053 MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR			
09.001.27.812.0012.2.053.3.3.90.93.00.- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**487**	**31126**	**10.000,00**
09.001.27.812.0012.2.053.3.3.90.39.00.- SERV. TERC PESSOAS JURIDICAS	**498**	**01000**	**50.000,00**
09.005.13.392.0011.2052 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL			
09.005.13.392.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**496**	**01000**	**10.000,00**
TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR			**429.000,00**

Art. 2º - Como recurso para cobertura do artigo primeiro, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação no exercício de 2019, de acordo com o Artigo 43 Inciso III da Lei Federal n. 4.320 como segue abaixo discriminados:

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RUBRICA	DISCRIMINAÇÃO	RED	FONTE	VALOR
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal	98	1000	200.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal	96	1000	229.000,00
TOTAL				**429.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, EM 04 DE JUNHO DE 2019.

Ademir Mulon
- PREFEITO MUNICIPAL -

Republicação
LEI Nº 311 /2019 DE 04 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Mediante Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ – APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO PARANA, autorizado a abrir Credito Adicional Suplementar, no valor de R$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais), destinados aos ajustes das seguintes dotações abaixo, na Lei Orçamentária Anual, ajustando a LDO do exercício de 2019 e o PPA dos exercícios de 2018 a 2021, conforme especificações abaixo:

CRÉDITO SUPLEMENTAR

03.001.04.122.0003.2007 MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL			
03.001.04.122.0003.2.027.3.3.90.96.00. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	**38**	**01000**	**8.000,00**
05.002.26.782.0004.2021 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO			
05.002.26.782.0004.-2.021.3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**110**	**01000**	**10.000,00**
06.001.15.452.0005.2022 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS			
06.001.15.452.0005.2.022-.3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**118**	**01000**	**15.000,00**
06.001.15.452.0005.2023 MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PUBLICA			
06.001.15.452.0005.2.023.-3.3.90.30.00.-MATERIAL DE CONSUMO	**129**	**01000**	**25.000,00**
06.001.15.452.0005.2.023.-3.3.90.39.00.-SERV. TERC PESSOA JURIDICA	**133**	**01000**	**25.000,00**
07.001.10.301.0007.2027 MANUTENÇAO DAS AÇÕES DE SAUDE			
Especificação	**Red**	**Fonte**	**Valor**
07.001.10.301.0007.2.027.3.3.90.96.00. RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	**215**	**01000**	**73.000,00**
08.001.12.361.0010.2041 FUNDEB 40%			
08.001.12.361.0010.2.041.3.3.90.14.00. DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**333**	**01102**	**28.000,00**
08.001.12.361.0010.2042 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EMENDA 14/96			
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.14.00.0 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**351**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.14.00.0 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	**352**	**01104**	**25.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**354**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**354**	**01104**	**20.000,00**
08.001.12.361.0010.2043 MANUTENÇÃO DA ESCOLA CHAPEUZINHO VERMELHO			
08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**392**	**01103**	**20.000,00**
08.001.12.361.0010.2045 MANUTENÇÃO DA ESCOLA FLAVIO SARRAO			
08.001.12.361.0010.2.045.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**419**	**01103**	**30.000,00**
08.001.12.361.0010.2.043.3.3.90.96.00.0 – RESSARC PESSOAL REQUISITADO	**427**	**01103**	**20.000,00**
09.001.27.812.0012.2053 MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR			
09.001.27.812.0012.2.053.3.3.90.93.00.- INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**487**	**31126**	**10.000,00**
09.001.27.812.0012.2.053.3.3.90.39.00.- SERV. TERC PESSOAS JURIDICAS	**498**	**01000**	**50.000,00**
09.005.13.392.0011.2052 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL			
09.005.13.392.0010.2.042.3.3.90.30.00.0 - MATERIAL DE CONSUMO	**496**	**01000**	**10.000,00**
TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR			**429.000,00**

Art. 2º - Como recurso para cobertura do artigo primeiro, servirá como recurso o Excesso de Arrecadação no exercício de 2019, de acordo com o Artigo 43 Inciso III da Lei Federal n. 4.320 como segue abaixo discriminados:

CRÉDITO SUPLEMENTAR

RUBRICA	DISCRIMINAÇÃO	RED	FONTE	VALOR
1.7.2.8.01.2.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do IPVA - Principal	98	1000	200.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00.00.00.00.	Cota-Parte do ICMS - Principal	96	1000	229.000,00
TOTAL				**429.000,00**

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JORGE DUARTE CANTELE, DE CRUZEIRO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, EM 04 DE JUNHO DE 2019.

Ademir Mulon
- PREFEITO MUNICIPAL -

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Av. Antônio Veiga Martins, 80 – centro. CEP: 87670-000 – Fone (44) 34401221 Município: Inajá – PR

EDITAL Nº 004/2019

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFINITIVA DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE INAJÁ - PR E CONVOCAÇÃO PARA A SEGUNDA ETAPA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INAJÁ, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **RELAÇÃO DEFINITIVA DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS NO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR,** nos termos do subitem 7.6 do Edital de Convocação nº 001/2019, **E CONVOCA OS CANDIDATOS HABILITADOS PARA A SEGUNDA ETAPA.**

1. DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

1.1. A relação com os nomes dos candidatos habilitados, **ou seja, que obtiveram deferimento de suas inscrições e,** portanto, estão efetivamente inscritos no processo de escolha para membros do Conselho Tutelar encontra-se, **em ordem alfabética, como segue abaixo:**

1. BRUNA FRANCISCO DE JESUS
2. CARLOS HENRIQUE REGUINE
3. CLAUDINÉIA DE SOUZA
4. CLEVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA
5. DÉBORA XAVIER DE SOUZA
6. DENISE DOS SANTOS COSTA
7. EDUARDO ANTÔNIO DA SILVA
8. GABRIELA ALVES SANTOS
9. JOYCE DA SILVA MELO
10. KÁTIA SALVADOR GONÇALVES
11. LAÍS FERNADA BARBOSA ALVES
12. MARIA APARECIDA LOPES
13. MARIA JOSÉ GABRIEL
14. MÔNICA APARECIDA DA SILVA
15. REGIANE FRANCISCA PEREIRA
16. SANDRO JAIRO FRAQUETA
17. SÔNIA APARECIDA DE SOUZA
18. TATIANA SILVÉRIO DO NASCIMENTO
19. VALDIR ELIAS FERNANDES

2. DA SEGUNDA ETAPA

2.1. Os pré candidatos habilitados na primeira etapa estão **CONVOCADOS** para a segunda etapa, respectivamente, da realização de:

a) **Curso prévio sobre o Estatuto da Criança e do adolescente,** a ser realizada no dia **18/06/2019** (terça-feira), das 18:30hs às 22:30hs no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social localizado na Avenida Antônio Veiga Martins, s/nº.

b) **Prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como prova dissertativa sobre assunto inerente às atribuições do Conselho Tutelar e prova de conhecimentos de informática,** a ser realizada no dia **24/06/2019** (segunda-feira), das 8:00hs às 12:00hs no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Avenida Antônio Veiga Martins, s/nº.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 A prova de conhecimentos específicos, a prova dissertativa e a prova de conhecimentos de informática serão promovidos pelo CMDCA que regulamentará os critérios de aprovação através de Resolução.

Inajá, 10 de junho de 2019

Suely Novakowiski
Presidente do CMDCA

Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO Nº 058/2019

SÚMULA: Nomeia a **Srª. MARIA EDUARDA BEZERRA COSTA,** para assumir o cargo de **PROFESSORA EDUCAÇÃO FISICA,** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 053/2019 de 03 de junho de 2019., contratado (a) no PSS - Processo Seletivo Simplificado., a partir de 05 de junho de 2019.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear a funcionária **Srª. MARIA EDUARDA BEZERRA COSTA,** CI RG nº. 10.358.578-7 SSP PR ,CPF nº. 078.817.149-64, para exercer o cargo de **PROFESORA EDUCAÇÃO FISICA,** conforme previsto no **Edital nº. 053/2019 de 03 de junho de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 05 de junho de 2019., compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª. MARIA EDUARDA BEZERRA COSTA,** brasileira, solteira, CI RG nº. 10.358.578-7 SSP PR, CPF nº. 078.817.149-64, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 053/2019 de 03 de junho de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA

Avenida Siqueira Campos, 83, Centro
Jardim Olinda – Paraná – CEP. 87.690-000
CNPJ: 76.970.383/0001-92 Tel: (044) 3311-1212 – Fax: (044) 33111214

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°21 Termo do contrato nº.15/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL PLANTONISTAS PARA CONSULTAS E ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS.. decorrente de Pregão n° 6/2017, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a CLINICA MÉDICA FRAZATTO & FRAZATTO LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 25.080.386/0001-10. aditivam o contrato com término 30/07/2019 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Jardim Olinda 31 de maio de 2019.

Ludimar de Souza Morais
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

Santo Inácio – Uma Nova História
CNPJ 76.970.375/0001-46

Portaria 107 /2019

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

R E S O L V E

EXONERARa partir de 01 de junho de 2019asra.**CELISMARA SELEGUIN GNANN**matricula 2968**,** CPF 007.395.849-28 RG. 5.938.499-6 SSP.PR, da função de **COORDENADORA PEDAGOGICA EDUCAÇÃO INFANTIL-,**na Manutenção do Ensino Básico-efetivo e, **NOMEA-LA**, a partir de 01 de junho de 2019 para o cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO respondendo e responsabilizando-se pelos atos referentes a função.

O servidor referido manterá os mesmos vencimentos do cargo atual.

Esta Portaria entrara em vigor a partir da publicação,com efeitos a partir de 01 de junho de 2019 revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, publica-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aossete dias do mês de junho de dois mil e dezenove.

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Av. Antônio Veiga Martins, 80 – centro. CEP: 87670-000 – Fone (44) 34401221 Município: Inajá – PR

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Estabelece critérios para aprovação nas provas de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, prova dissertativa sobre assunto inerente às atribuições do Conselho Tutelar e prova de conhecimentos de informática.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Inajá/Pr - CMDCA, em cumprimento a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e Lei Municipal Nº. 916/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios para aprovação nas provas de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como prova dissertativa sobre assunto inerente às atribuições do Conselho Tutelar e prova de conhecimentos de informática.

Art. 2º A prova versará no total sobre 20 questões, com valor de 0,5 pontos cada questão, distribuídas da seguinte forma:

a) 15 questões de múltipla escolha sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

b) 02 questões dissertativas sobre assunto inerente às atribuições do Conselho Tutelar (estudo de caso);

c) 03 questões de conhecimentos de informática;

Parágrafo primeiro: A prova de conhecimento específico, a prova dissertativa e a prova de informática são de caráter eliminatório, sendo considerado apto o candidato que obtiver no mínimo 5,5 pontos de acertos na somatória total, que equivale a 11 questões.

Parágrafo segundo: A Prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como prova dissertativa sobre assunto inerente às atribuições do Conselho Tutelar e prova de conhecimentos de informática, será realizada no dia **24/06/2019** (segunda-feira), com início **impreterivelmente** às 8:00 horas, na sede no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, localizado na Avenida Antônio Veiga Martins, s/nº.

Art. 5º A duração das provas será de 04 (quatro) horas.

Art. 6º Após realização da prova escrita o CMDCA divulgará a relação de nomes dos possíveis candidatos à conselheiros tutelares e respectivas notas. A relação de nomes será fixada em locais públicos.

Art. 7º Somente poderá realizar as provas o candidato que comprovar a frequência de 100% (cem por cento) no curso prévio sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 8º A ausência do candidato na capacitação somente se justificará e não o excluirá das etapas seguintes, se for ocorrida por evento de força maior ou caso furtuito.

Art. 9º Havendo empate entre os candidatos será escolhido aquele que tiver maior idade e persistindo o empate, o critério será o que tiver maior quantidade de filhos.

Art. 10º- Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Inajá, 10 de junho de 2019

Sueli Novakowiski
Presidente do CMDCA

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO Nº 057/2019

SÚMULA: Nomeia o **Srª. DOUGLAS JOSIMAR AGUILAR,** para assumir o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 052/2019 de 31 de maio de 2019., PSS - Processo Seletivo Simplificado., a partir de 10 de junho de 2019.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear o funcionário **Srª. DOUGLAS JOSIMAR AGUILAR,** CI RG nº. 7.889.666-3 SSP PR, CPF nº. 033.171.989-40, para exercer o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, conforme previsto no **Edital nº. 052/2019 de 31 de maio de 2019., a partir de 10 de junho de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 03 de junho de 2019.,compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, a **Srª. DOUGLAS JOSIMAR AGUILAR,** brasileiro, solteiro, CI RG nº. 7.889.666-3 SSP PR, CPF nº. 033.171.989-40, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 052/2019 de 31 de maio de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Av. Antônio Veiga Martins, 80 – centro. CEP: 87670-000 – Fone (44) 34401221 Município: Inajá – PR

PORTARIA Nº 001/2019

"Altera membros da Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Inajá em decorrência do grau de parentesco com candidatos."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Inajá/Pr - CMDCA, em cumprimento a **Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e Lei Municipal Nº. 916/2015,**

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Resolução 001/2019, que agora terá a seguinte redação:

Art 2º - Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

I - SUELI NOVAKOWISKI DOS SANTOS – GOVERNAMENTAL
II - MARIA DE FATIMA DA SILVA ALMEIDA - GOVERNAMENTAL
III - MARIA CONCEIÇÃO MENEZES – SOCIEDADE CIVIL
IV - LUANA LETÍCIA VICTOR – SOCIEDADE CIVIL

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Inajá, 10 de junho de 2019.

Sueli Novakowiski
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

Portaria nº 085/2019

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a solicitação realizada pelo Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos,

R E S O L V E

Art. 1º Determinar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar, sob os cuidados da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, constituída através do Decreto nº 076/2019, a fim de apurar administrativamente à luz do princípio do contraditório e da ampla defesa, a efetiva prática de infração administrativa por parte do servidor público municipal, é composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF	CARGO	CARGO NA COMISSÃO
ARYANNI MAROLDI CHIORATO	046.000.549-97	Assistente Social	PRESIDENTE
FABIANI FERRAREZI	051.261.079-76	Auxiliar Administrativo	RELATOR
ALEX ANIS	004.475.629-16	Motorista	MEMBRO
FABIANA APARECIDA DEGAN	032.747.039.-90	Fonoaudióloga	MEMBRO
MARIANA MARA CAMILO	051.745.489-01	Psicóloga	MEMBRO
ALEXANDRA NOGUTI	007.305.479-81	Auxiliar Administrativo	SUPLENTE

Art. 3º São objetos a serem apurados:

a) O descumprimento dos deveres elencados no artigo 197 da Lei 263/1991;
b) O cometimento das proibições previstas no artigo 198 da Lei 263/1991;
c) Demais fatos conexos;

Art. 4º O prazo para a conclusão do processo disciplinar pela Comissão será de até 60(sessenta) dias corridos, contados da data de publicação desta portaria, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade que ordenou a sua instauração, mediante justificativa fundamentada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
Rua Bela Vista, 998 – Centro - Fone: (44) 3278-1179 - Fax: (44) 3278-1179 - CEP 87170-000 e-mail: camaraourizona@bol.com.br

PORTARIA Nº 007/2019

ALEX ANIS, Presidente em exercício da Câmara de Vereadores do Município de Ourizona, Estado do Paraná, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Senhor **ROBERTO DERNER JUNIOR**, Portador do RG nº 7.837.874-3, CPF nº 052.930.549-61, OAB/58.123, para o cargo de ADVOGADO, em Regime Celetista, com base nas Legislações Municipais vigentes, Lei nº 263/1991, Art. 256 e a 712/2011, Art. IV e a CF/88 Art. 37 em virtude de sua aprovação no processo seletivo nº 01/2019 de 22 de fevereiro de 2019.

Edifício da Câmara Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezenove.

ALEX ANIS
Presidente

DECRETO N.º 001/2019

SÚMULA: *Nomeia Roberto Derner Junior para o exercício das funções do cargo em regime celetista de Advogado, e dá outros providências.*

O Sr. Alex Anis, Presidente da Câmara Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e, tendo em vista o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Processo Seletivo n.º. 001/2019, de 22/02/2019.

DECRETA

Art. 1.º Fica nomeado **ROBERTO DERNER JUNIOR**, RG. n.º. 7.837.874-3-Pr., para exercer o cargo em regime celetista de Advogado, a partir desta data, em função de aprovação em regular processo seletivo promovido por esta Câmara Municipal, objeto do Edital n.º. 001/2019, de 22/02/2019.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

Alex Anis
Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 11 (onze) dia do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove), compareceu na Divisão do Pessoal desta Câmara Municipal, o Sr. **ROBERTO DERNER JUNIOR,** RG. n.º 7.837.874-3-Pr., residente e domiciliada na cidade de Maringá-PR, nomeado com base nas Legislações Municipais vigentes, Lei nº 263/1991, Art. 256 a 712/2011, Art. IV e a CF/88 Art. 37, para exercer as funções do cargo de Regime Celetista de Advogado em virtude de sua aprovação no processo seletivo de que diz respeito o Edital n.º 001/2019, de 22/02/2019. Após haver prestado o compromisso de bem e fielmente cumprir as Constituições da União e do Estado do Paraná e da Lei Orgânica do Município de Ourizona, bem como as Leis e Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município e do Regime de Trabalho, foi-lhe dado posse pelo Excelentíssimo Sr. Alex Anis, Presidente da Câmara Municipal que, para constar, lavrou-se o presente termo.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 11 DE JUNHO DE 2019.

ROBERTO DERNER JUNIOR
EMPOSSADO

ALEX ANIS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Flórida
ESTADO DO PARANÁ
Rua São Pedro, 613, Centro, CEP 86780-000
(44) 3257-1144 – fax (44) 3257-1144
www.cmflorida.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 020/2019

DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Flórida no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE;

Art. 1º Fica concedido nos termos da Lei Municipal 536, de 24 de maio de 2.017 as diárias abaixo relacionadas:

Interessado	Carolina Aparecida Pereira
Destino	Maringá – curso realizado pela Escola de Gestão Pública **"ATOS DE PESSOAL"**
Data	17 do mês de junho de 2019
Valor liberado	R$ 187,50

Interessado	Dayane de Amorin Vignotti Baio
Destino	Maringá – curso realizado pela Escola de Gestão Pública **"ATOS DE PESSOAL"**
Data	17 do mês de junho de 2019
Valor liberado	R$ 187,50

Interessado	Suelen Gutierrez Vogler
Destino	Maringá – curso realizado pela Escola de Gestão Pública **"ATOS DE PESSOAL"**
Data	17 do mês de junho de 2019
Valor liberado	R$ 187,50

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Flórida, aos 10 de junho de 2.019

SERGIO CESNIK
Presidente da Câmara

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO Nº 059/2019

SÚMULA: Nomeia o **Srª. DAILTON PEREIRA DA SILVA,** para assumir o cargo de **PEDREIRO,** e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o **disposto no Edital nº. 047/2019 de 21 de maio de 2019., a partir de 03 de junho de 2019.**

DECRETA

Art. 1º. – Nomear o funcionário **Srª. DAILTON PEREIRA DA SILVA,** RG nº. 23.030.481-3 SP, CPF nº. 126.813.128-84, para exercer o cargo de **PEDREIRO,** conforme previsto no **Edital nº. 047/2019 de 21 de maio de 2019.**

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranapoema Estado do Paraná, em 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 03 de junho de 2019., compareceu á Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, o **Srª. DAILTON PEREIRA DA SILVA,** brasileiro, casado, CI RG nº. 23.030.481-3 SP, CPF nº. 126.813.128-84, tendo tomado posse e entrado em exercício imediatamente, apresentou também documentos solicitados pelo **Edital de Convocação nº 047/2019 de 21 de maio de 2019.**

Após haver prestado o compromisso de desempenhar com lealdade os deveres do cargo, bem como cumprir fielmente as Constituições, as Leis e os Regulamentos, não medindo esforços a bem do Município, e do regime, foi-lhe dado Posse pela Prefeita Municipal de Paranapoema-Estado do Paraná.

Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 10 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO
CNPJ 76.970.375/0001-46

PORTARIA 105/2019

O SRJÚNIOR MARCELINO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO , ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

Conceder progressão com elevação de nível por tempo de serviços, prova de títulos e graduação a servidora abaixo relacionados Conforme artigo 18,19 e 20 da lei 1026/2012. (Plano de carreira).

NOME	CARGO	NIVEL ANTES	NIVEL ATUAL	TIPO
MARCOS ANTONIO TROVO MATRICULA 15609 RG 13.558.549SSP SP	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	4	6	TS E

Registra-se , publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, estado do Paraná, aosquatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

POS-pós graduação
TS-tempo de serviço
T- prova de título
E- escolaridade

Junior Marcelino dos Santos
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai – Estado do Paraná

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2019

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Declaro dispensada a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e alterações constantes do Decreto Federal nº 9.412/2018 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **M.J. CONSULTORIA EM SAUDE LTDA – ME; CNPJ 26.761.699/0001-04,** Rua Abilon de Souza Naves, n° 60, na cidade de Munhoz de Melo – Pr, 86.760-000. Objetivando a contratação de empresa para ministrar curso de capacitação de profissionais de atenção primária à saúde, abordando acolhimento com classificação de risco/vulnerabilidade, redes de atenção à saúde, planejamento em odontologia, implantação dos pops de higienização de serviços a saúde e implantação. O valor estimado da presente aquisição é de R$ 11.280,00 (onze mil e duzentos e oitenta reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo licitatório epigrafado.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666/93, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivaí-Pr., 07 de junho de 2019.

João Geraldo Casagrande
Secretário Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato supra de autoria de João Geraldo Casagrande, Secretário Municipal de Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivai-Pr., 07 de junho de 2019.

André Luis Bovo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 21197/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 21/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ.
CONTRATADO: M.J CONSULTORIA EM SAUDE LTDA – ME; CNPJ 26.761.699/0001-04
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar curso de capacitação de profissionais de atenção primária à saúde, abordando acolhimento com classificação de risco/vulnerabilidade, redes de atenção à saúde, planejamento em odontologia, implantação dos pops de higienização de serviços a saúde e implantação dos pops do setor de recepção.
VALOR TOTAL: R$ 11.280,00 (onze mil e duzentos e oitenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.06.10.301.0011.2.101	Manter os serviços gerais de atendimento à saúde
3.3.90.39.00.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros

VIGÊNCIA:180 (cento e oitenta) dias, a partir dessa publicação.
FORO: Comarca de Mandaguaçu – Estado do Paraná.
DATA: 07 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 198/2018

Aos 29 do Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 92/2018, do acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ORGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa I.A.SAVOLDI JUNIOR & CIA. LTDA., C.N.P.J./MF nº 02.863.499/0001-96, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
256	7	Furadeira de impacto profissional 1/2" - 2 velocidades e Potencia mínima de 750W	DWT	249,00	1.743,00
283	50	Eletrodo 6,00 mm tipo de liga aço carbono	FENIX	9,50	475,00
109	200	Arame recozido nº 14" para amarração de estruturas de concreto, alta resistência.	MORLAN	9,00	1.800,00
97	50	Broca de widia 8,00mm de diâmetro	HT	3,60	180,00
193	100	Disco de corte refratário10"	KRONOS	12,40	1.240,00
322	3	Serra mármore profissional 110Volts1200Wts	DWT	264,00	1.320,00
243	150	Lima kf encada nº 8	NOVE 54	9,70	1.455,00

Valor Total: 8.213,00

A empresa DEPÓSITO MARQUEZONE LTDA ME , C.N.P.J./MF nº 24.216.077/0001-61, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
324	20	Refil de borracha de 30cm, para rodo de alumínio com 30 cm, para substituir borrachas desgastadas.	rodolar	14,95	299,00
323	30	Rodo de alumínio de 80cm, com cabo incluso com aprox. 1,20 m de resistente.	rodolar	49,90	998,00
325	30	Refil de borracha de 80cm para rodo de alumínio com 80 cm, para substituir borrachas desgastadas.	rodolar	38,90	578,00

Valor Total: 1.875,00

A empresa ANDRE & HENRIQUE LTDA - ME, C.N.P.J./MF nº 20.677.345/0001-91, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
238	40	Foice com cabo no comprimento de 120cm, o cabo roliço/oito e de madeira e a lamina em aço de carbono.	LOTUS	16,90	676,00
312	70	Pá Vanga de bico, com comprimento de 347mm e largura de 213mm, tipo de alça redonda com medida de 28mm e cabo de madeira com medida de 700mm.	LOTUS	25,45	1.781,50
14	15	Chave grifo 18"	DECK	38,95	584,25
145	30	Desempenadeira de madeira 17x27cm	LOTUS	10,95	328,50
240	200	Lixa de ferro nº 36	3M	1,19	238,00
284	50	Máscara para solda, em fibra, na cor Preta.	LOTUS	18,90	945,00
307	20000	Rebite pop 310, corpo com 3,2mm de diâmetro e 10,00mm de comprimento. Cor alumino.	NFIX	0,03	900,00
109	50	Balde para rogador de 10/13 litros, de plastico.	TRAMONTINA	1,95	97,50
230	20	Facão roto em aço carbono com quatro dentes pintura na cor preta, peso de 620 gramas, com cabo.	LOTUS	19,75	395,00
300	50	Pneu pl carriola, pesa60 kg. pneu/câmara 3,25"x8,00"	LOTUS	18,50	925,00
288	70	Óculos de proteção plástica, com ventilação.	LOTUS	7,95	556,50
65	3000	Porca sextavada 5/16"	JOMARCA	0,06	165,00
256	1000	Lona Plástica 150 micros, dupla face EXEMX1 kg, para alagem e alta com 8 metros de largura.	PRIMAVERA	0,90	900,00
218	20	Farolete holofote zoom Led T6 880.000W com bateria recarregável - lanterna a prova d'agua, carregador, fixo de luz branca, alcance próximo à 1000m.	LOTUS	24,40	488,00
247	100	Lixa d'água nº 120	3M	0,88	88,00
168	40	Balde para pedreiro 10(dez) litros - latão	VONDER	12,00	480,00
66	3000	Porca sextavada 5/8"	JOMARCA	0,39	1.170,00
237	5	Furadeira e parafusadeira elétrica com bateria 18vts 3/8 Potencia mínima de 750W	WESCO	199,50	997,50
7	15	Chave de fenda 3/16" X 4"	LOTUS	3,15	47,25
234	10	Formão ½	LOTUS	12,20	122,00
210	10	Escada de Alumínio 13 degraus tipo extensiva	MOR	399,00	3.990,00
94	75	Arame de aço-ciclo chlorometro 1000 (hummil)m, com carga mínima de ruptura: 700 Kgf, fio com diâmetro de 3,00±2,40mm e leve camada de zinco.	MORLAN	344,90	8.622,50
30	6	Jogo chaves de boca com catraca - 18 pegas; 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 24 mm. Material cromo-vanádio.	VONDER	219,90	1.319,40
40	2500	Parafusos 2,8x40mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,04	97,50
27	6	Jogo de chaves de boca-16 pegas, do 6mm à 24mm combinada, de um lado boca e do outro lado estrela sitabrox material cromo-vanádio.	VONDER	49,90	299,40
296	20	Pioneira com aro de madeira, de 80 cm fabricada em telas de arame galvanizado, com medidas de 78 cm de largura, a altura de 70cm e peso no máximo de 10 kg indicada para peneirar café e grãos diversos.	LOTUS	34,00	680,00
312	20000	Rebite pop 422 medidas 4mmx22mm, cor alumínio	NFIX	0,05	1.000,00
302	6	Prumo para pedreiro com no mínimo 500gr, plástica, altura de 7,6cm, largura de 4,3cm.	LOTUS	14,90	149,00
321	20	Removedor para tinta de obra 5(cinco) litros, não pode ser corrosivo. Para ser aplicado, em cerâmicas, porcelanato, granito, mármore, alvenaria com ou sem textura, concreto aparente, rejunto, pastilhas, pedras, parede e forro de gesso, placas medíticas e borrachas. Utilizar em ambientes fechados ou ao ar livre, na utilização com rendimento de 5m2 a 15m2 no mínimo. Composto: ácido orgânico, tensoativo aniônico, biodegradável, solvente a base de água e veículo.	FIM DE OBRA	40,00	800,00
101	100	Disco de corte refratário 7"x1/8" furo de 7/8"	DEK	4,98	498,00
315	70000	Rebite pop 525 (9/16)	NFIX	0,27	1.400,00
290	70	Pá-de-bico cicabo nº 04 - comprimento útil: 322mm, Largura: 285mm e comprimento total: 502mm. O cabo de madeira com comprimento mínimo de 700mm.	LOTUS	28,90	2.023,00
156	50	Cabo de madeira para pá, com 71cm, ótima resistência, extremamente envernizado.	PINUS	5,00	250,00
24	15	Chave de boca nº 26"	DECK	15,90	238,50
268	30	Lona laranja 5x6m fabricada em polietileno de alta e baixa densidade, com aditivo que protege contra raios ultravioletas, impermeável, espessura aproximada da lona 150 micra e a distância entre os ilhoses a cada 1 (um) metro.	PRIMAVERA	69,90	2.097,00
251	600	Luva (par de luva) revestida de algodão/malha com pigmento, da cor branca 4 fios nos tamanhos P-M-G	LOTUS	1,50	1.200,00
347	100	Tolamo guardião,arame galvanizado, 0,80cm de altura, 50metro de comprimento, fio de acabamento pronto para uso.	MORLAN	5,50	550,00
98	15	Arame galvanizado nº 18", resistente com diâmetro de 1,24mm e peso de 1 Kg. Comprimento do 111m/kg	MORLAN	14,75	1.032,50
17	15	Chave grifo 24"	DECK	54,90	823,50
271	5	Martelete rotativo Rompedor com potência de 600W/h, com 4 funções: furo simples, furo com impacto, martelete e pré-seleção da talhadeira, utilizado para perfuração em concreto, pedra e tijolo e para trabalhos de cinzelamento utilizando a respectiva broca ou cinzel. Velocidade eletrônica variável e reversível, com punho emborrachado. Com acessórios inclusos: empunhadura auxiliar, limitador de profundidade e maleta.	WESCO	378,50	1.892,50
62	100	Mangueira Marrom, polietileno, medidas 3/4X2,5mm	CINFLEX	1,00	100,00
61	3000	Porca sextavada 3/8"	JOMARCA	0,08	252,00
248	100	Lixa de disco nº 36	3M	1,49	149,00
263	30	Lona caroteiro amarela 4X4m - tipo leve, do material 100% polietileno, com ilhoses a cada metro e laminado, com cantos, ódoses reforçados para maior durabilidade.	LOTUS	50,90	1.527,00
46	2000	Parafuso 5/16" X 2.1/2"	JOMARCA	0,30	600,00
349	100	Tela de viveiro de arame galvanizado, malha com ½", fio 0,50mm, a altura 0,80m comprim. 50m e peso 13,61kg	MORLAN	4,99	748,50
120	40	Broca de widia 4,00mm de diâmetro	DECK	2,89	115,60
219	13	Escova de aço carbono, com cabo de madeira	DEK	1,50	15,00
153	150	Cabo para enxada - 150cm, de madeira, ótima resistência com sistema de encaixe de bucha plástica para garantir resistência ao firmeza ao conjunto laminado/alto.	PINU	5,95	595,50
11	15	Chave Philips 3/16" X 4"	LOTUS	4,90	73,50
331	5	Serra copa para concreto 50mm	LOTUS	39,90	199,50
59	2000	Parafuso p/ Madeira 3,8"X45"	JOMARCA	0,06	120,00
58	2000	Parafuso p/ Madeira 3,8"X50"	JOMARCA	0,06	110,00
178	500	Clips plástico de aço 3/16	CINFER	0,40	200,00
45	2000	Parafuso 5/16" X 4"	JOMARCA	0,94	1.880,00
188	50	Disco/lâmina de serra MDF/Makita	DEK	13,00	650,00
309	20000	Rebite pop 410, com corpo com 4,00mm de diâmetro e 10,00mm de comprimento. Cor alumino.	NFIX	0,03	600,00
210	220	Vassouro de piaçava com cabo, 1ª linha, vassoura com medida de 40cm e cabo de madeira plastificado 1,20m	LOTUS	18,45	4.059,00
161	100	Corte de nylon 5/16" de diâmetro.	VONDER	0,77	77,00
313	20000	Rebite pop 512, largura 4,80mm e comprimento de 12,00mm, corpo em alumínio e cor alumínio	NFIX	0,06	1.152,00
314	20000	Rebite pop 519, diâmetro de 4,80mm, comprimento de 19mm, corpo em alumínio e cor alumínio.	NFIX	0,06	1.200,00
154	50	Cabo de madeira pinachado, marfim, ivo, tamanho 95cm.	PINUS	7,00	350,00
154	30	Desempenadeira aço dorrada, a base fixa em chapa de aço laminado, cabo de plástico, borda 3,00x3,00mm	LOTUS	9,49	189,80
299	20	Peneira de 25cm de diâmetro, aro e tela em aço para utilização no peneiramento do emis, amz.	LOTUS	14,50	290,00
42	2930	Parafusos 4,8x50mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,14	350,00
167	100	Corda de seda 1"	VONDER	1,19	119,00
190	70	Clips plástico de aço 3/8	CINFER	1,20	84,00
155	50	Cabo de madeira de lei, envernizado e polido com 35 cm de comprimento, por 2,5cm de espessura e 3,00 cm de largura. Cabo para ser fixado em martelos.	PINUS	5,00	250,00
249	200	Lixa de ferro nº 100 3M	3M	1,19	238,00

Valor Total: 68.997,79

A empresa ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 26.907.532/0001-09, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
150	100	Corda de nylon ½" de diâmetro.	WORKER	1,95	195,00
151	100	Cadeado 60mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	STAN	36,00	3.600,00
145	100	Cadeado 30mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	STAN	5,50	550,00
138	150	Broxa retangular média 18x7,5cm	TIGRE	3,20	480,00
75	150	Prego 18"X30"	BELGO	8,75	1.312,50
108	50	Aspersor para irrigação de canteiros, gramados ou horta comunitária, usado em mangueiras com engate rápido de 1/2", 3/4" ou 5/8".	KALA	13,00	650,00
141	100	Arame recozido nº 18" de alta resistência.	MORLAN	9,00	900,00
95	20	Arame farpado, rolo com 500(quinhentos)m de comprimento, com carga mínima 250 kgf. Diâmetro de 1,60mm, com leve camada de zinco.	MORLAN	255,00	5.100,00
167	40	Balaios de Bambu, com no mínimo as seguintes medidas: 45cm de largura, 70 cm de altura e 45 cm de comprimento	AGUA BOA	26,00	1.040,00
89	100	Alça de apoio 40cm	ZORZETO	40,00	4.000,00
90	100	Alça de apoio 60cm	ZORZETO	49,00	4.900,00
93	20	Aquecedor para lavatório	FAME	110,00	2.200,00
79	80	Prego 22"X48"	BELGO	8,00	480,00
102	100	Arame recozido nº 18" de alta resistência.	MORLAN	8,99	899,00
78	60	Prego 22"X42"	BELGO	8,00	480,00
127	50	Broca de aço rápido 1"	TRAMONTINA	24,00	1.200,00
126	40	Broca de aço rápido p/ marteleto de 4mm até 1-1/4"	TRAMONTINA	24,00	960,00
74	150	Prego 18"X24"	BELGO	8,85	1.327,50
104	4000	Arruela lisa zincada 1/16"	JOMARCA	0,03	119,60
73	150	Prego 17"X27"	BELGO	9,00	1.350,00
72	60	Prego 17"X21"	BELGO	8,70	522,00
76	150	Prego 20"X30"	BELGO	8,50	1.275,00
77	60	Prego 20"X42"	BELGO	8,50	510,00
135	30	Cantoneira de alumínio 3/4x3,0m	KALA	12,00	360,00
71	60	Prego 15"X21"	BELGO	9,80	588,00
80	80	Prego 24"X60"	BELGO	13,00	780,00
82	100	Abraçadeira de nylon 4,8x280mm branca	KALA	0,15	225,00

A empresa ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 26.907.532/0001-09, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
79	50	Prego 15"X15"	BELGO	9,60	480,00
92	1000	Alça preformada plastico de aço	ZORZETO	2,00	2.000,00
89	40	Prego 13"X15"	BELGO	10,15	406,00
68	40	Prego 12"X12"	BELGO	11,00	440,00
197	80	Catracas para esticar arame liso das cercas	CINFER	4,00	320,00
67	40	Prego 10"X16"	BELGO	11,00	440,00
62	3000	Parafuso sextavado 5/16x4",1/5	JOMARCA	0,58	1.740,00
152	60	Carrinho com pneu e câmara de ar, com carga máxima de 80kg e o volume nominal de 50 litros, caçamba em aço zincado, eixo de aço com bucha pneu e câmara 3,25x8,00, e largura externa da caçamba de 680mm,e comprimento do 1320mm e altura de 545mm.	MAESTRO	73,00	4.380,00
63	2000	Parafuso 5/16"X5"	JOMARCA	0,62	1.240,00
329	5	Serra copa para concreto 3/4	WORKER	50,00	250,00
45	2500	Parafuso 5/16" X 2"	JOMARCA	0,20	500,00
44	2500	Parafuso 5/16" X 1.1/2"	JOMARCA	0,20	500,00
315	40	Regador de plástico de polipropileno, de 10 litros, da cor azul ou preto ou verde.	KALA	11,80	472,00
308	30	Rastelo manual para jardim, do cabo plástico, com 5 (cinco) dentes de metal, cor da base metálica preta, cabo vermelho, ideal para espalhar adubos.	FAMASTIL	12,50	375,00
33	8000	Bucha de fixação nº 10 ebparafuso, a bucha de material plástico, de cor clinix, com tamanho de 10mm e peso de 0,008 kg (parafuso + bucha)	WORKER	0,18	1.440,00
31	5	Jogo de chaves Philips Dis 2X39mm - 2X70mm - 3X39mm	KALA	10,00	50,00
310	30	Lona caroteiro amarelainzul 6X6m laviável, com bordas reforçadas, os ilhoses de plástico para não enferrujar, encerado reforçado.	COLLINS	91,00	2.730,00
286	5	Morsa de bancada, ferro fundido nº 06	KALA	140,00	700,00
267	30	Lona 6X5m com 150 micras de polietileno, com duas cores laranja de um lado e branca do outro, com bainhas e ornoidas 100% reforçadas à ar quente, evitando infiltrações do umidade, ilhós metálicos galvanizados a cada um metro de distância, corda interna de polipropileno em todo o perímetro para melhorar o alongamento da lona.	COLLINS	151,00	4.530,00
13	15	Chave Philips 1/8" X 4"	KALA	3,00	45,00
17	15	Chave Philips ¼" X 6"	KALA	6,00	90,00
9	15	Chave de fenda 3/8" X 8"	KALA	8,00	120,00
35	10	Chave de boca nº 28"	KALA	21,00	315,00
267	5	Morsa de bancada, ferro fundido nº 10	KALA	166,00	830,00
281	120	Mangueira Marrom, polietileno, medidas 2 X 3.5mm	CINFLEX	5,20	624,00
258	20	Luva de látex da cor protalvafurgada, 100% em borracha natural látex, resistente a abrasão o rasgos, podendo ser higienizada e multiusada, resistência química contra detergente, sabão, amoníaco e similares, álcool e ácidos orgânicos. A Caixa com no mínimo 50 unidades.	KALA	22,00	440,00
3	8	Caixa de ferramentas/chapa do aço, tipo sanfonada com 7 gavetas, alças fixas, medidas: 500X200X290mm com peso aproximado de 4kg16gra. Caixa resistente para armazenar as ferramentas adquiridas por cada departamento. A estrutura pintada na cor azul.	MARCON	55,00	440,00
261	200	Lixa de ferro nº 150	EHC	1,27	254,00
9	20	Alicate profissional em aço, com suas mandibulas planas e ovais especificas para uso: cortar fios, cabos e arames de cobre, latão, bronze, alumínio, plástico e aço com diâmetro de 2mm. Cabo isolado para 1000V para executar tarefas em linhas energizadas.	KALA	18,50	370,00
746	2000	Gancho zincado, com bucha em nylon nº 08, com material de boa qualidade, produto livre, resistente e de fácil instalação. As dimensões do gancho com 4,4x20mm e bucha 6mm.	WORKER	0,18	360,00
236	6	Fumigador fole de aço zincado, aço inoxidável ou cobre, tamanho médio, com dispósito cilíndrico com uma grade para contor o material em combustão com tampa em forma de cone	CAÇULA	150,00	900,00
253	60	Fechadura interna inox 40mm e eixo de 53mm.	STAN	23,50	1.410,00
227	1000	Fita adesiva para empacotamento em polipropileno, transparente, rolo com aproximadamente 45x50m	KALA	1,85	1.850,00
214	10	Escada maestro 07 degraus	MAESTRO	89,00	890,00
213	10	Escada maestro 05 degraus	MAESTRO	69,00	690,00
226	150	Ferro rosqueável5/8 prolongador pifarra roscada	WORKER	8,00	1.200,00
257	150	Luva de látex nitrílico, verde/amarela, forrada internamente com flocos de algodão, palma antiderrapante. Tamanhos P.M.G.	KALA	4,99	748,50
208	10	Escada de Alumínio com 09 degraus tipo extensiva	MAESTRO	190,00	1.900,00
207	10	Escada de Alumínio 07 degraus	MAESTRO	99,00	990,00
204	100	Enxada oitcabo, forjada inve, olho 38mm 48mina. 25cm de largura, 21cm de altura, peso de 0,750 kg c/ cabo de madeira, medindo 1,30cm.	TRAMONTINA	12,90	1.290,00
196	100	Disco de desbasto motel 7"x1/4" o Furo do 7/8"	KALA	7,00	700,00
175	30	Cinta de amarrar carga oicatraca 35mm/400kg	WORKER	27,50	825,00
211	10	Escada do Alumínio 07 degraus tipo extensiva	MAESTRO	244,00	2.440,00
212	10	Escada maestro 03 degraus bancada	MAESTRO	59,00	590,00
174	30	Cinta do amarrar carga oicatraca 25mm/400kg	WORKER	24,00	720,00
173	15	Corrente com elo soldado de 6mm	ZORZETO	15,00	2.250,00
217	20	Esquadro, material de alumínio com 30cm	WORKER	11,00	220,00
219	30	Facão para corte do cana, com medida de 17", lâmina de aço carbono, lampora da lâmina 50 HRC, com cabo longo de madeira tropical tratada, nobres do sol.	COLLINS	26,00	780,00
172	70	Corrente com elo soldado do 5mm	ZORZETO	15,80	1.106,00
178	50	Clips plástico de aço 3/4	WORKER	4,00	200,00
171	70	Corrente elo 4mm em aço carbono soldada	ZORZETO	18,50	1.295,00
169	70	Cinta Sisal 3mm	WORKER	0,29	20,30
168	100	Corda de seda 8,00mm	WORKER	0,96	96,00
169	100	Disco de serra, corte de ferro 10"	KALA	6,00	600,00
166	100	Corda de seda 3,00mm de largura	WORKER	0,20	19,90
205	50	Ensaddo com largura de 14cm, com olho de 27,50cm e com cabo de madeira modindo 1,20m	TRAMONTINA	22,00	1.100,00
262	30	Lona caroteiro 30X6m c/ duas cores: azul de um lado e amarela do outro, em polietileno, 100% impermeável, proteção contra chuva, cantos reforçados, com ilhós soldado a quente, lona que não deixa provocar mofo, nem apodrecimento do material, deve proteger contra os raios UV e a cordinha de amarrar por dentro de bainha.	COLLINS	46,00	1.200,00
264	30	Lona caroteiro amarela 5X6m tipo leve, material 100% polietileno, com ilhoses a cada metro e laminado, com cantos e ódoses reforçados para maior durabilidade.	COLLINS	69,00	2.070,00
29	5	Jogo de chaves tipo estrela com 12 pegas de 6mm à 22mm medida longa, forjado em aço cromo-vanádio e acabamento cromado.	KALA	32,00	160,00
265	300	Metro de bambu, comprimento de 1m, da cor amarela.	CARBOGIAPIT	4,00	1.200,00
244	20	Marreta 5kg com cabo, cabeça forjada e temperada em aço carbono, comprimento da marreta: 800 mm - comprimento da cabeça:16 mm	COLLINS	55,00	1.100,00
278	120	Mangueira marrom, em polietileno, com medidas de 1 1/2X3,0mm	CINFLEX	3,00	360,00
165	100	Corda de seda 12,00mm de largura.	WORKER	0,99	99,00
164	100	Corda de seda 10,00mm de largura	WORKER	0,98	98,00
163	100	Corda de seda 0,5mm de largura	WORKER	0,65	65,00
162	100	Corda de nylon ½" de diâmetro.	WORKER	0,99	99,00
209	5	Plaina elétrica manual 680 Wts Faca 08 cm.	SKIL	340,00	1.700,00
301	5	Politriangular, 7" 110Volts-1400Wts, acompanha 01(um) disco de PVC com fixação tipo 01, 01 (uma) bolna de 8 e 01(um) punho auxiliar tipo anel, produto indicado p/ polimentos em geral, com veloc. mínima de 1000 rpm e velocidade máxima de 3300 rpm. O peso da politriz de 2,91 kg e o diâmetro do disco de 7 polegadas.	SKIL	295,00	1.475,00
165	100	Corda de nylon 3/8" de diâmetro.	WORKER	0,75	75,00
208	20	Escada de Alumínio 05 degraus	MAESTRO	75,00	1.500,00
209	20	Régua de alumínio para medição de 3m.	WORKER	29,00	580,00
326	5	Serra Circular para madeira e derivados 7.1/4" 110 Volts -1600Wts acompanha 01 (um) disco/serra de 189mm.	SKIL	420,00	2.100,00
167	20	Desempenadeira PVC grande 17x30cm	WORKER	5,00	100,00
339	150	Tela arame galvanizada p/porcar pintinhos c/ 1m/50m.	MORLAN	4,85	727,50
346	20	Trena 30m,fibra de vidro, c/ manivela de recolhimento, em material resistente. Escala em metros e polegadas e com pino de fixação do solo. Largura de 13mm.	KALA	23,00	460,00
349	100	Vassourão gari, completa vassouratcabo, de nylon para rua com 60 cm do comprimento cada o largura de 5,6cm cada. A base de madeira com rosca o cabo com rosca de madeira resistente, com medida de 1,20m.	FAMASTIL	20,39	2.039,00
146	100	Cadeado 25mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	STAN	6,50	650,00

Valor Total: 105.172,80

A empresa COMERCIAL OURIZONA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI , C.N.P.J./MF nº 21.287.627/0001-45, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
199	100	Dobradiça zincada 3.1/2brocha cartela	SILVANA	6,30	630,00
196	100	Dobradiça pulito 3.1/2"	SILVANA	0,90	90,00
167	50	Disco diamantado 125mmMakita	HAMMER	9,90	495,00
152	120	Disco de serra, corte de ferro 9"	ITAMBE	5,90	590,00
150	50	Disco do serra, corte de ferro 7"	ITAMBE	3,70	185,00
29	20	Desempenadeira aço lisa, cabo de madeira envernizado	COMPEL	10,00	200,00
118	30	Cavadeira articulada c/cabo, madeira, ótima resistência, punho de borracha, comprimento total de 120cm.	MAX	28,00	840,00
150	100	Cadeado 50mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	LAND	21,50	2.150,00
149	100	Cadeado 45mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	LAND	16,50	1.650,00
148	100	Cadeado 35mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	PILER	9,40	940,00
147	100	Cadeado 30mm, dourado, material em latão maciço, com haste em aço, acompanha 02 chaves presas.	PILER	7,35	735,00
144	20	Cantoneira mão francesa de 50cm branca	HAYNER	8,50	255,00
143	30	Cantoneira mão francesa de 40cm branca	HAYNER	7,00	210,00
141	30	Cantoneira mão francesa de 25cm branca	HAYNER	2,30	69,00
140	30	Cantoneira mão francesa de 20cm branca	HAYNER	1,85	55,50
139	40	Broca de widea 6,50mm de diâmetro	IRWIN	6,30	252,00
131	40	Broca de widea 3,00mm de diâmetro	HTOM	2,30	92,00
129	40	Broca dowidea 10mm de diâmetro	FL	4,00	160,00
125	40	Broca de aço rápido 8,50mm de diâmetro	FL	5,50	220,00
123	40	Broca de aço rápido 7,50mm de diâmetro	FL	4,80	192,00
122	40	Broca de aço rápido 7,00mm de diâmetro	FL	4,00	160,00
121	40	Broca de aço rápido 6,50mm de diâmetro	FL	3,90	156,00
120	50	Broca de aço rápido 6,00mm de diâmetro	FL	2,90	145,00
119	50	Broca de aço rápido 5,50mm de diâmetro	FL	2,80	140,00
118	50	Broca de aço rápido 5,00mm de diâmetro	FL	2,80	140,00
115	50	Broca de aço rápido 4,00mm de diâmetro	FL	1,80	90,00
116	200	Bota de borracha, galocha, cano longo sem forro, impermeável de PVC, de cor branca do nº 36 ao nº 44.	KADESH	23,90	4.780,00
105	4000	Arruela lisa zincada 5/8"	LG	0,19	760,00
103	20	Arco de serra profissional, cabo plastificado e cor laranja/preto, comprimento 12" /304mm/30,4cm	RCA	16,00	320,00
99	70	Arame galvanizado12" com 21m/kg de comprimento, diâmetro de 2,76mm o bitola (BWG) de 12.	TOP	11,00	772,00
97	70	Arame galvanizado nº14 of 2,10mm - sem ferrugens.	TOP	11,00	770,00
96	70	Arame galvanizado nº16 com 1,65mm durável, que não enferruja.	TOP	12,91	903,70
85	300	Abraçadeira universal pipoela par	PERFILACO	6,50	1.950,00
87	800	Abraçadeira tipo U 1"	JF METÁS	0,29	174,00
84	1000	Abraçadeira de nylon 7,0x370mm preta	FOXLUX	0,65	650,00
83	1000	Abraçadeira de nylon 4,8x380mm branca/preta	FOXLUX	0,17	170,00
81	30	Prego Telheiro do 18"x36" pacote com ½ kg	ARDOX	7,90	237,00
63	3000	Parafuso sextavado soberbo 5/16x75"	JOMARCA	0,38	1.140,00
112	50	Broca de aço rápido 10mm de diâmetro	FL	6,00	300,00

A empresa COMERCIAL OURIZONA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI , C.N.P.J./MF nº 21.287.627/0001-45, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
61	3000	Parafuso sextavado 5/16x3"	JOMARCA	0,39	1.170,00
60	2000	Parafuso p/ Madeira 3,8"X50"	JOMARCA	0,06	120,00
57	2000	Parafuso p/ assento sanitário	TORALF	0,60	1.200,00
56	2000	Parafuso 5/16"X6"	JOMARCA	1,65	3.300,00
55	2000	Parafuso 5/16"X5"	JOMARCA	1,29	2.580,00
54	2000	Parafuso 5/16"X5.1/2"	JOMARCA	1,19	2.380,00
53	2000	Parafuso 5/16"X5"	JOMARCA	0,79	1.580,00
124	50	Broca de aço rápido 8,00mm de diâmetro	FL	4,90	245,00
52	2000	Parafuso 5/16"X5.1/2"	JOMARCA	0,67	1.340,00
50	2000	Parafuso 5/16" X 4.1/2"	JOMARCA	0,59	1.180,00
48	2000	Parafuso 5/16" X 3.1/2"	JOMARCA	0,44	880,00
135	50	Broca de widea 6,00mm de diâmetro	FL	2,90	145,00
47	2000	Parafuso 5/16" X 3"	JOMARCA	0,37	740,00
43	2500	Parafuso 5/16" X 1"	JOMARCA	0,18	437,50
41	2500	Parafusos 4,2x65mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,09	212,50
142	30	Cantoneira mão francesa de 30cm branca	HAYNER	3,50	105,00
39	2500	Parafusos 2,5x25mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,02	50,00
38	2500	Parafusos 2,5x16mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,02	47,50
37	2500	Parafusos 2,5x10mm cabeça chatafrosca	JOMARCA	0,02	47,50
32	500	Bucha de fixação produzida em polímero, resistente contra o envelh

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA ESTADO DO PARANÁ

RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

-HOMOLOGAÇÃO-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

Pelo presente termo, fica HOMOLOGADO o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 10.520/02 a Lei Federal nº 8.666/93.

Fica HOMOLOGADA, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pela Comissão.

Empresas vencedoras: J V REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, com o valor de R$ 76.990,00 (setenta e seis mil, novecentos e noventa reais).

VIA SOM BRASIL LTDA ME, com o valor de R$ 20.978,00 (vinte mil, novecentos e setenta e oito reais).

Florida, 11 de junho de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai – Estado do Paraná

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2019

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Declaro dispensada a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e alterações constantes do Decreto Federal nº 9.412/2018 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **LONGO & LONGO LTDA – ME; CNPJ 11.187.352/0001-14,** Rua Aritã, nº 119, Centro, na cidade de Ourizona – Pr, 87.190-000. Objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de Locação de brinquedos para eventos recreativos realizados pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Secretaria Municipal de Saúde. O valor estimado da presente contratação é de R$ 14.090,00 (quatorze mil e noventa reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo licitatório epigrafado.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666/93, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivaí-Pr., 07 de junho de 2019.

João Geraldo Casagrande.
Secretário Municipal de Saúde

Alessandro Benatti.
Secretário Municipal de Promoção Social.

RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato supra de autoria de João Geraldo Casagrande, Secretário Municipal de Saúde e de Alessandro Benatti, Secretário Municipal de Promoção Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivaí-Pr., 07 de junho de 2019.

André Luis Bovo.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 20197/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 20/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ.
CONTRATADO: LONGO & LONGO LTDA – ME; CNPJ 11.187.352/0001-14
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de Locação de brinquedos para eventos recreativos realizados pela Secretaria Municipal de Promoção Social e Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR TOTAL: R$ 14.090,00 (quatorze mil e noventa reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.06.08.243.0009.6.092	Manter o programa semeando o futuro
3.3.90.39.12.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir dessa publicação.
FORO: Comarca de Mandaguaçu – Estado do Paraná.
DATA: 07 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 186/2018

Aos 26 de Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 91/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa BELLA DECOR DECORACOES LTDA., C.N.P.J./MF nº 04.861.208/0001-67, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	250	Persiana Vertical em Blackout 90 mm, em cores diversas.	SLIM	98,70	24.675,00
1	200	Persiana Horizontal em Alumínio 25 mm, em cores diversas.	SLIM	78,90	15.780,00
				Valor Total:	40.455,00

1. O presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 91/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelo(s) DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 20 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, do 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/8514, portadora do CI/RG nº 9988502-5 e inscrita no CPF/MF nº. 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarria Ré, matrícula nº. 500263, portador (a) da CI/RG nº.94374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 05149615978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

05. 001.04 .122. 0003. 2 . 017 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
05. 001.04 . 122. 0003. 2 . 017 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
06. 001.22 . 661. 0026. 2 . 023 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
06. 001.22 . 661. 0026. 2 . 023 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339030 . 0107 - Salario Educação
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339039 . 0107 - Salario Educação
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339030 . 0104 - Educação / 25% sobre Impostos
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339030 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339039 . 0104 - Educação / 25% sobre Impostos
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 039 . 339039 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 047 . 339030 . 1494 - Bloco Custeio União
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 047 . 339039 . 1494 - Bloco Custeio União
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 048 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 048 . 339030 . 0303 - Saúde / percentual vinc. s/ a receita de impostos
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 048 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
09. 002.10 . 301. 0011. 2 . 048 . 339039 . 0303 - Saúde / percentual vinc. s/ a receita de impostos
10. 001.20 . 122. 0024. 2 . 055 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
10. 001.20 . 122. 0024. 2 . 055 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
11. 002.27 . 812. 0030. 2 . 046 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
11. 002.27 . 812. 0030. 2 . 046 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
12. 001.18 . 542. 0022. 2 . 060 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
12. 001.18 . 542. 0022. 2 . 060 . 339039 . 0001 - Recursos Livres

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações tovadas e efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 91/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 91/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2° e 3° lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguacu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeituro Municipal

BELLA DECOR DECORACOES LTDA., C.N.P.J./MF nº 04.861.208/0001-67

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 200/2018

Aos 31 dias do mes de Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 93/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

Empresa M. P. L. METALURGICA PARANÁ - ME, C.N.P.J./MF nº 81.192.769/0001-15 representado pelo Sr. VINICIUS DOCE YAMAMURA, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: 047.231.029-14, à saber:

Lote:

.em	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	120	Porta de abrir com cadeirinhas 50x25 e chapa trapézio espess	MPL	441,09	52.931,23
2	70	Fechadura de embutir para porta de banheiro, completa, acaba	Stam	176,44	12.350,62
7	250	Solda para consertos de grades portões trocas de molas e con	MPL	91,16	22.789,83
6	160	Portão de metalão 20x30 na parede 0,90 de abrir ao meio com	MPL	247,99	39.678,62
5	150	Portão de metalão 20x30 na parede 0,90 de correr com trilho	MPL	247,99	37.198,89
1	70	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa, acabam	Stam	176,44	12.350,63
4	100	Porta de correr com cadeirinhas 50x25 e chapa trapézio espes	MPL	470,50	47.049,98
				Valor Total:	224.350,00

Empresa DIOGENES ALVES DE SOUZA - METALURGICA - ME, C.N.P.J./MF nº 09.306.197/0001-66 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO. IN.FOR-MA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
13	60	Corrimão continuo de tubo de 1e1/2' na 1,20 com suportes de	MP	113,97	9.117,49
12	150	Corrimão com guarda corpo com altura de 1,20m confeccionado	MP	227,94	34.190,56
11	100	Corrimão em tubo aço galvanizado 1 ½" com braçadeira	MP	131,81	13.180,72
10	100	Corrimão em tubo aço galvanizado 2 ½" com braçadeira	MP	151,63	15.162,78
9	100	Corrimão em tubo aço galvanizado ¾" com braçadeira	MP	92,17	9.216,59
8	100	Guarda-corpo com corrimão em ferro barra chata 3/16	MP	296,32	29.631,84
				Valor Total:	110.500,00

Empresa METALÚRGICA BARI EIRELI -ME , C.N.P.J./MF nº 26.671.069/0001-01 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO. IN.FOR-MA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
15	150	Grelhas metálicas para o escoamento de água feitas com vigas	BARI	1.134,15	170.121,95
14	200	Grelhas metálicas para o escoamento de água feitas com canto	BARI	544,39	108.878,05
				Valor Total:	279.000,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde será vinculada a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelo(s) DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 2 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1. O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade de acordo com o edital do Pregão Presencial nº 93/2018.

1.5 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.6 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.7 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes nas Notas de Empenho .

03. 001.04 . 122. 0003. 2 . 008 . 339030 . 0001 - Recursos Livres

1.8 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.9 O(s) item(s) registrado(s) e objeto deste Pregão serão entregues em perfeitas condições de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.10 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.12 O(s) DETENTOR(ES) DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 93/2018.

1.13 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.14 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 93/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.16 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo, e pelo(s) Sr.(s) Responsável(eis) Legal(is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 203/2018

Aos 31 de Outubro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 97/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 10.867.300/0001-26, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	100	Copo de água mineral de 300 ml, caixa com 48 unidades	CRISTAL PREMIUM	28,00	2.800,00
				Valor Total:	2.800,00

A Yosa EDILENE DE LIMA CARVALHO SOUZA 06650735930, C.N.P.J./MF nº 27.363.003/0001-46, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	80	Recarga de gás P45	NACIONAL	338,00	27.040,00
3	50	Vasilhame de botijão P13	NACIONAL	160,00	8.000,00
4	15	Vasilhame de botijão P45	NACIONAL	500,00	7.500,00
5	500	Galão de água mineral, galão de 20 litros	SAFIRA	12,00	6.000,00
1	600	Recarga de gás P13	NACIONAL	74,00	44.400,00
				Valor Total:	92.940,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 97/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 10 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada e servidora, Paulina Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/8514, portadora do CI/RG nº 9988502-5 e inscrita no CPF/MF nº. 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarria Ré, matrícula nº. 500263, portador (a) da CI/RG nº.94374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 05149615978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

08. 001.12 . 361. 0013. 2 . 030 . 339030 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 036 . 339030 . 0102 - FUNDEF 40%
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339030 . 0104 - Educação / 25% sobre Impostos
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339030 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
08. 003.12 . 365. 0013. 2 . 033 . 339030 . 0001 - Recursos Livres
08. 003.12 . 365. 0013. 2 . 033 . 339030 . 0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais
08. 002.12 . 361. 0013. 2 . 038 . 339030 . 3107 - Salário Educação - Exercício Anterior

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto desta Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 97/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 97/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2° e 3° lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de M. guacu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeituro Municipal

CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 10.867.300/0001-26

EDILENE DE LIMA CARVALHO SOUZA 06650735930, C.N.P.J./MF nº 27.363.003/0001-46

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 191/2018

Aos 9 de Novembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 100/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa COMERCIO DE DOCES I.L. LTDA., C.N.P.J./MF nº 05.239.572/0001-41, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
3	150	Doce de frutas tipo geleia, sabores: geleia de morango - pote com 230g rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega da unidade. Atender as normas da ANVISA (agencia nacional de vigilância sanitária); geleia de abacaxi - pote com 230g rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega da unidade. Atender as normas da ANVISA (agencia nacional de vigilância sanitária); geleia de goiaba - pote com 230g rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Atender as normas de ANVISA (agencia nacional de vigilância sanitária); geleia de pêssego - pote com 230g rotulo contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Atender as normas da ANVISA (agencia nacional de vigilância sanitária).	AUREA	2,76	414,00
28	40	Marshmallow com cobertura chocolate ao leite, base de wafer, tradicional. Caixa com 50 unidades, peso aproximado 700 gramas. Com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega e com identificação do fornecedor na embalagem.	BEL	17,00	680,00
32	2000	Salgadinho de milho, tipo bolinha, assado, sabor queijo, embalados em embalagem metalizada, contendo 50 gramas. Caixa com 24 unidades. Com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega e com identificação do fornecedor na embalagem.	CEGONHA	11,76	23.520,00
30	40	Pipoca doce, contendo como ingredientes principais: canjica (milho) e açúcar. Empacotadas através de processos automatizados, sem contato manual em embalagem plástica. Peso mínimo 20 g, pacote ou pote com 50 unidades. Com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega e com identificação do fornecedor na embalagem.	CEGONHA	16,85	666,00
				Valor Total:	25.280,00

A empresa CAROL COMERCIAL - EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 10.867.300/0001-26, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
28	40	Pepoca tipo caseira, pacote com 50 unidades, contendo 20g cada unidade. Ingredientes: Açúcar, emendoim, glucose, açúcar invertido, creme de milho, sal e conservante sorbato de potássio (INS 202). Com validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega e com identificação do fornecedor na embalagem.	DOCINGÁ	6,59	263,60
				Valor Total:	263,60

A empresa J H GONCALVES SILVA ALIMENTOS EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 27.351.505/0001-57, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
6	80	Mistura para bolo sabor coco, ingredientes opcionais: far

Itaguajé fecha parceria com o AZURIZ, clube empresa com foco nas categorias de base no Brasil

A 500 km da capital Curitiba, um pequeno município com cerca de 13 mil habitantes começa a chamar atenção no futebol brasileiro. A cidade de Marmeleiro aparece no mapa do esporte nacional como sede do Azuriz Futebol Clube, novo clube-empresa que visa estabelecer-se como pilar na captação e formação de atletas no país, especialmente na faixa de 10 a 16 anos. A Escolinha de Futebol de Itaguajé Danilo Cordeiro dos Santos com apoio da Prefeitura Municipal e a Câmara municipal fecharam uma parceria com o Clube Azuriz de Marmeleiro para trabalhar com as categorias de base.

Em Marmeleiro no dia 06 aconteceu o lançamento da temporada 2019 do clube ocasião que encontravam várias pessoas ligadas ao esporte, entre eles, destaque ao município de Itaguajé com a presença do Altair Damião (popular Traíra, vice prefeito e membro da diretoria da Escolinha) que conta um pouco sobre o evento: "Estivemos, eu o Bim nosso Técnico e o Jaques Professor de Educação Física, onde buscamos detalhar parceria e não deu outra. Os atletas da escolinha de Itaguajé já vão começar a alojar-se no complexo, para a próxima temporada que se inicia no segundo semestre deste ano". Traíra hilariante prosseguiu:

"Com política e metodologia, já mesclando Brasil e Europa, o AZURIZ conta com uma estrutura de centro de treinamento já bem evoluída, vamos levar nossos garotos num ambiente em um nível de top 10 no país. São quatro campos oficiais, alojamento e se adequando ao centro de formação da CBF. É tudo que há de melhor para preparar um menino para o alto desempenho", conta Traíra nesta nova modelagem de projetos Clube/Empresa.

A ideia é ter uma metodologia de formação bem definida, formar os atletas para o alto desempenho e então direcionar a carreira deles para os clubes de mais camisa. Há até casos em que os meninos podem ir direto à Europa, caso eles tenham dupla cidadania. Como estamos em uma região com muitos imigrantes, essa possibilidade é real "complementou o Presidente do Clube Azuriz Pedro Weber, que falou sobre a parceria com a Escolinha de Futebol Danilo Cordeiro dos Santos e com a Prefeitura Municipal de Itaguajé, que selecionou cinco meninos para o projeto, da escolinha que já tem a tradição de revelar vários jogadores também para o mercado internacional. Robson Ramos, que é Vice-Presidente do Azuriz, registra que esta parceria há algum tempo já era esperada e além dos cinco meninos, a pretensão é levar muitos mais.

O Vice-Prefeito Traíra faz questão de registrar que esta é mais uma conquista não só para Itaguajé, mas para toda região. Agradece ao prefeito Juninho e a Câmara de Vereadores pelo apoio. Registra também o apoio do ex vereador Ramalho, grande idealizador da Escolinha de Futebol, com os saudosos Prefeito Pedro Benedito e ao seu irmão Danilo que empresta o nome à Escolinha, foram eles que deram o ponta pé inicial ao surgimento da Escolinha em Itaguajé, que ganhou referencia internacional.

Sócio no empreendimento, o lateral esquerdo Marcelo da Seleção Brasileira, jogando hoje pelo Real Madrid a Camisa da Azuriz, clube de formação de atletas de Marmeleiro e Campo Erê, chegou em Madri. A Camisa oficial do Clube Azuriz foi entregue, ao melhor lateral esquerdo da atualidade, Marcelo e seu filho Enzo. Eles receberam a Camisa das mãos do Sócio proprietário da Azuriz Marcos Cantieri que também é representante do atleta Marcelo pela LifePro

O Presidente do clube Azuriz Pedro Weber que é também empresário do lateral esquerdo Marcelo do Real Madrid sócio também no clube Azuriz, com diretores do Itaguajé

Robson Ramos vice-presidente do Azuriz na foto com a equipe de diretores do Itaguajé

A comitiva de Itaguajé presente no evento de lançamento do AZURIZ para a temporada 2019

A história de dedicação por trás do cartaz "psiu"

O ano de 1957 foi marcado por diversos acontecimentos como o lançamento da Sputnik 1 ou o envio da cadelinha Laika ao espaço. Foi neste ano também que hospitais de todo o mundo começaram a ter seus corredores ilustrados pelo cartaz de uma enfermeira com o dedo sobre a boca, em sinal de silêncio. O cartaz fazia parte de uma campanha que buscava pelo silêncio nas instituições e arredores no intuito de fornecer uma melhor recuperação aos pacientes.

A modelo em questão era a enfermeira Celina Camargo Carreno, na época com 30 anos. A presidente do Coren-SP, Renata Pietro, teve o privilégio de encontrar com Dona Celina, aos 91 anos, recentemente durante palestra de abertura da Semana da Enfermagem do Hospital do Servidor Público Municipal de São Paulo (HSPM). "É um prazer muito grande encontrar com um ícone da enfermagem. Dona Celina faz parte da história da nossa profissão", comenta Renata.

Dona Celina conta que foi abordada por um fotógrafo na rua que, ao saber que era enfermeira, convidou-a a participar de um ensaio e ser o rosto de uma propaganda em prol de pacientes, profissionais da saúde e instituições do ramo. Ela prontamente aceitou e abdicou de qualquer direito sobre a imagem pois se importava apenas em fazer o bem e ajudar a enfermagem.

Todo esse amor pela enfermagem veio de família. Filha de farmacêutico, Celina cresceu no meio de enfermos ajudando seu pai e os clientes. Virou rotina atuar naquele meio e logo um maior interesse surgiu. Os anos se passaram e após o falecimento de seu pai, Celina deu continuidade às atividades da família e seguiu para a Universidade de São Paulo, onde iniciou seu curso de enfermagem.

Fazendo uma análise de seus mais de 50 anos de enfermagem, Dona Celina comenta que a profissão manteve seu espírito de busca por novos conhecimentos. "A enfermagem não pode ficar parada, tem que estar sempre atualizada, conhecer tudo que existe de atual em relação à ciência e ao ser humano do ponto de vista científico".

Já em relação aos desafios, ela encara que o maior é a aceitação e o reconhecimento de que o profissional de enfermagem é aquele que está sempre ao lado do paciente, a todo o momento, o que é uma grande responsabilidade e um enorme desafio. "A enfermagem foi reconhecida muito tarde. Só em 60, 70 começou esse reconhecimento, demorou muito".

Dona Celina não aceitou parar e continua fazendo o que ama. Desde que se aposentou, aos 50 anos, passou a trabalhar como voluntária e já soma 41 anos atuando dessa forma e deixa uma mensagem aos profissionais: "Continuem fazendo enfermagem, porque vale a pena", finaliza, sorridente.

A Presidente do Coren (SP) Renata Pietro teve o privilégio de em 2017, encontra-se com a Enfermeira Celina e seu esposo onde residem em São Paulo

ENFERMAGEM: UM ATO DE AMOR E DEDICAÇÃO

A enfermagem é uma ciência cujo objetivo é a implantação do tratamento de doenças e o cuidado ao ser humano, individualmente, na família ou em comunidade de modo integral e holístico. No Brasil a profissão é exercida por auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem e por enfermeiros, profissionais com formações e funções distintas dentro de uma mesma área.

O enfermeiro é um profissional preparado para atuar em todas as áreas da saúde: assistencial, administrativa e gerencial. Na área assistencial esses profissionais estão habilitados a diversos tipos de intervenções de média e alta complexidade, situações que exigem conhecimento científico e capacidade de tomar decisões imediatas. Lideram e gerenciam unidades hospitalares e colaboradores de nível médio e técnico, assim como prescrevem a assistência de enfermagem para que técnicos e auxiliares executem as ações pertinentes. Profissionais de enfermagem que se destacaram por seus serviços: A primeira Escola de Enfermagem fundada no Brasil tem o nome de Ana Neri, que vendo seus dois filhos convocados para servir a pátria na Guerra do Paraguai, colocou-se à disposição para servir nos campos de batalha, improvisando atendimento aos feridos. Rompeu assim com os preconceitos da época que faziam a mulher prisioneira do lar.

Outra enfermeira que merece destaque é Florence Nightingale, que em missão de guerra da Criméia, juntamente com 38 voluntárias entre religiosas e leigas, estendia sua atuação desde a organização do trabalho até os mais simples serviços como a limpeza do chão, conseguindo reduzir o índice de mortalidade de 40 para apenas dois por cento. Foi denominada pelos soldados como "Dama da lâmpada", porque, de lanterna na mão, percorria as enfermarias, atendendo os acamados. Após a guerra, fundou a escola de Enfermagem no Hospital Saint Thomas, que passou a servir de modelo para as demais escolas que foram fundadas posteriormente.

Das rotinas como, coleta de sangue, aplicação de medicamentos intravenosos e a troca de curativos, Salete destaca: "Nossa atuação vai muito além, a essência da Enfermagem está no cuidar. Não adianta termos a técnica, se não olhamos para o paciente é uma pessoa que precisa ser vista por inteiro"

Enfermeira ato de cuidar como essência da missão

Salete Ferreira de Almeida iniciou sua carreira na cidade de Guarapuava, posteriormente atuou nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Paraná; na cidade de Campo Erê (SC), São Paulo, trabalhou nas cidades de Teodoro Sampaio (SP) e Presidente Epitácio (SP); no Paraná além de Guarapuava, desempenhou suas atividades em Jardim Olinda (cidade onde foi Secretária de Saúde por 8 anos) e Itaguajé onde até hoje atua na profissão. Lembrando que já faz 20 anos na cidade de Itaguajé. Levando sempre consigo humanidade e o profissionalismo; Salete se destaca na cidade; sempre disposta a trabalhar; sem medir esforços ela cativa o paciente com sua alegria e "seus conselhos" se mostra satisfeita e orgulhosa com sua profissão.

Salete relata que antigamente faltava recursos e tecnologia e que tinha que pegar caminhão "pau de arara", para campanhas de vacinação com o famoso "revólver" chamado "pegadete", e que só após o surgimento do HIV é que inventaram as seringas descartáveis.

Promover o bem-estar dos pacientes, como ajudá-lo a se alimentar, fazer a higiene pessoal, administrar seus remédios entre outras coisas

Consultas eram feitas pelo INSS, Sindicatos ou particulares e a população não tinha condições financeiras para tal procedimento. Através dos tempos, o papel da enfermeira foi mudando, porque o próprio paciente passou a ter interpretação mais completa do problema da saúde.

Antigamente a enfermeira servia unicamente para "mitigar" o sofrimento humano e o acompanhamento que ela fazia era muito limitado, já que os programas de saúde não ofereciam um campo para o desenvolvimento dos objetivos da profissão.

Atualmente as coisas mudaram: a função da enfermeira é mais ampla porque, além de promover acompanhamento do tratamento instituído pelo médico, ela também promove a melhora da saúde do paciente através dos ensinos e dos conselhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 204/2018

Aos 20 de Novembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 102/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 26.907.532/0001-09, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	5	Padrão bifásico 2x50A completo.	ELETROMAN	950,00	4.750,00
3	5	Padrão trifásico 3x50A completo.	ELETROMAN	1.080,00	5.400,00
4	5	Padrão trifásico 3x80A completo.	ELETROMAN	1.345,00	6.725,00
5	5	Padrão trifásico 3x100A completo.	ELETROMAN	1.600,00	8.000,00
6	5	Padrão trifásico 3x150A completo com caixa GNE.	ELETROMAN	2.980,00	14.900,00
7	5	Padrão trifásico 3x200A completo com caixa GNE.	ELETROMAN	3.900,00	19.500,00
8	10	Padrão bifásico 2x50A completo com caixa lente de vidro para montagem em poste de iluminação pública.	ELETROMAN	999,00	9.990,00
9	10	Padrão monofásico 1x50A completo com caixa lente de vidro para montagem em poste de iluminação pública.	ELETROMAN	900,00	9.000,00
1	5	Padrão monofásico 1x50A completo.	ELETROMAN	790,00	3.950,00
				Valor Total:	82.215,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 102/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 10 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Pauline Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9988502-5 e inscrita no CPF/MF nº. 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarria Ré, matrícula nº. 500263, portador (a) da CI/RG nº.94374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 05149615978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus soantes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

05. 001 .04 .122 . 0003. 2 . 017 . 339030 . 0001 - Recursos Livres

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto deste Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 102/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 102/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguacu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeituro Municipal

ELETROMAN MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME, C.N.P.J./MF nº 26.907.532/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 224/2018

Aos 26 dias do mes de Novembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 103/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

Empresa COLORTUR - EMPRESA DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA -, C.N.P.J./MF nº 01.467.519/0001-47 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO. IN.FOR-MA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
	44	Pacote de viagem Itapema Meia Praia SC, e parque Beto Carrer	COLORTUR	895,00	39.380,00
1	44	Pacote de viagem Itapema Meia Praia (SC) e Nova Trento Madre	COLORTUR	725,00	31.900,00
				Valor Total:	71.280,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde será vinculada a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 103/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelo(s) DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade de acordo com o edital do Pregão Presencial nº 103/2018.

1.5 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 1 dia após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.6 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.7 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes nas Notas de Empenho .

07. 001 .08 .244 . 0009. 2 . 024 . 339039 . 3711 - Transf. CRAS - SCFV PSB FNAS (Assistencia Social)

1.8 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.9 O(s) item(s) registrado(s) e objeto deste Pregão serão entregues em perfeitas condições de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.10 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.11 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.12 O(s) DETENTOR(ES) DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 103/2018.

1.13 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por qualquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.14 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 103/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.16 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.17 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo, e pelo(s) Sr.(s) Responsável(eis) Legal(is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 219/2018

Aos 27 dias do mes de Novembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 105/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

Empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS STIVARI LTDA - ME, C.N.P.J./MF nº 00.582.572/0001-36 representado pelo Sr. NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, RG: NAO INFORMADO NO CADASTRO DE CREDORES, CPF: NAO. IN.FOR-MA, à saber:

Lote:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
	1	Arquivo em MDF com 15mm de espessura na caixaria e 18mm nas	STIVARI	2.357,00	2.357,00
3	1	Arquivo em MDF com 15mm de espessura na caixaria e 18mm	STIVARI	3.656,00	3.656,00
1	1	Bancada para atendimento em 100% MDF com 15mm de espessura n	STIVARI	1.256,00	1.256,00
				Valor Total:	7.269,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde será vinculada a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 105/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelo(s) DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 30 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.5 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.6 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.7 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

08. 001 .04 .122 . 0003. 2 . 008 . 339030 . 0001 - Recursos Livres

1.8 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.9 O(s) item(s) registrado(s) e objeto deste Pregão serão entregues em perfeitas condições de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.10 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.11 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.12 O(s) DETENTOR(ES) DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 105/2018.

1.13 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.14 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 105/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.15 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.16 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.17 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo, e pelo(s) Sr.(s) Responsável(eis) Legal(is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 247/2018

Aos 10 de Dezembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 113/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa LONGO & LONGO LTDA, C.N.P.J./MF nº 11.187.352/0001-14, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	24	Locação de máquina de algodão doce instalada para evento de 4 horas: atividade composta por 01 barraquinha temalizada e 01 máquina de algodão doce elétrica com materiais necessários para confecção de algodão doce, tais como açúcar, palitos, dentre outros.	Longo e Longo	340,00	8.160,00
3	24	Locação de brinquedo inflável tipo tobogã instalado para evento de 4 horas: com medidas mínimas de 5,50 metros de altura x 4,20 metros de largura x 7,50 metros de comprimento com monitor responsável durante todo o evento.	Longo e Longo	340,00	8.160,00
4	24	Locação de brinquedo inflável tipo multi park instalado para evento de 4 horas: com medidas mínimas de 1,50 metros de altura x 4,00 metros de largura x 4,00 metros de comprimento, contendo no mínimo 03 obstáculos infláveis para o desenvolvimento da atividade, com monitor responsável durante todo o evento.	Longo e Longo	290,00	6.960,00
5	24	Locação de piscina de bolinhas instalada para evento ce 4 horas: com medidas mínimas de 1,70 metros de altura x 1,80 metros de largura x 1,80 metros de comprimento com monitor responsável durante todo o evento.	Longo e Longo	135,00	3.240,00
6	24	Locação de máquina de pipocas instalada para evento de 4 horas: atividade composta por 01 barraquinha temalizada e 01 máquina de pipocas elétrica com 01 monitor responsável durante todo o evento e materiais necessários para confecção da pipoca, tais como milho, óleo, sal e embalagens individuais para fornecimento, dentro outros.	Longo e Longo	340,00	8.160,00
7	24	Locação de brinquedo inflável tipo centopeia instalado para evento de 4 horas: com medidas mínimas de 4,50 metros de altura x 2,00 metros de largura x 7,00 metros de comprimento com monitor responsável durante todo o evento.	Longo e Longo	340,00	8.160,00
8	24	Oficina de pintura facial para evento de 4 horas: atividade desenvolvida de forma individualizada por 01 monitor capacitado, material de 1ª linha e específico para o desenvolvimento da atividade. Os produtos deverão ser de excelente qualidade, e em cores variadas, atóxicos que não comprometam a integridade física dos usuários. Os desenhos e artes a serem confeccionados deverão ser de formas variadas e condizentes com a faixa etária e público atendido, com pelo menos 10 opções de desenhos.	Longo e Longo	315,00	7.560,00

A empresa LONGO & LONGO LTDA, C.N.P.J./MF nº 11.187.352/0001-14, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	24	Locação de cama elástic instalada para evenios de 4 horas: com medidas mínimas de 2,00 metros de altura x 3,00 metros de diâmetro acompanhado de escada e rede de proteção com monitor responsável durante todo o evento.	Longo e Longo	140,00	3.360,00
				Valor Total:	53.760,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 113/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 5 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Pauline Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9988502-5 e inscrita no CPF/MF nº. 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarria Ré, matrícula nº. 500263, portador (a) da CI/RG nº.94374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 05149615978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5 O prazo de validade dos produtos a serem entregues deverão ter validade mínima de 01 ano, contada a partir da entrega.

1.6 Os valores devidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão realizados em até 30 dias após suas entregas, acompanhados das respectivas notas fiscais.

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos a cada 90 (noventa) dias, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

1.8 As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta das Unidades Orçamentárias, constantes das Notas de Empenho específicas:

08. 002 .12 .361. 0013. 2 . 038 . 339039 .0107 - Salario Educação
08. 002 .12 .361. 0013. 2 . 039 . 339039 . 0001 - Recursos Livres
08. 002 .12 .361. 0013. 2 . 039 . 339039 .0104 - Educação / 25% sobre Impostos
08. 002 .12 .361. 0013.2 . 039 . 339039 .0103 - Educação / 5% sobre Transf. Constitucionais

1.9 Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações como o Detentor da Ata, podendo, inclusive, firmar para um ou mais itens registrados, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

1.10 Os itens registrados e objeto deste Pregão serão entregues em perfeita condição de uso e serviços de acordo com o edital, nos exatos termos das contratações levadas a efeito durante a vigência da Ata, sem qualquer despesa adicional.

1.11 A não entrega dos materiais solicitados sujeitará a empresa ao pagamento de multa de até 5% sobre o valor do material não entregue - observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

1.12 O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado.

1.13 Os DETENTORES DA ATA deverão manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 113/2018.

1.14 Será de responsabilidade dos fornecedores que tiverem seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

1.15 Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Presencial nº 113/2018, a Nota de Empenho com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.16 Os licitantes classificados em 2º e 3º lugar serão convidados para assinar a Ata de Registro de Preços, se assim desejarem, desde que concordem em praticar o preço do primeiro colocado.

1.17 As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Mandaguacu - PR, esgotadas as vias administrativas.

1.18 Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Senhor Mauricio Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguacu, e pelo(s) Sr.(s) Responsável (eis) Legal (is), qualificado(s) preambularmente, representando a(s) empresa(s) detentora(s), a mesma será devidamente publicada na Editora Central Ltda.

Mauricio Aparecido da Silva
Prefeituro Municipal

LONGO & LONGO LTDA, C.N.P.J./MF nº 11.187.352/0001-14

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2018
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2018
PROCESSO DE COMPRA Nº 229/2018

Aos 10 de Dezembro de 2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Presencial nº 114/2018, de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, que regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e os DETENTORES DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços, nos itens descritos a seguir, da Detentora da Ata:

A empresa EXTRACON - MINERACAO E OBRAS LTDA., C.N.P.J./MF nº 02.539.384/0001-40, à saber:

Item	Quantidade	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	1000	Retirada de Concreto Betuminoso Usinado a Quente na Usina	EXTRACON	318,00	318.000,00
1	1000	Reperfilagem - com fornecimento de CBUQ	EXTRACON	358,00	358.000,00
				Valor Total:	676.000,00

1.1 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 ano a contar da data de sua publicação.

1.2 O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial nº 114/2018.

1.3 O prazo para entrega do(s) respectivo(s) item(s) pelos DETENTORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, inclusive nas condições estabelecidas na Proposta de Preços, será de 10 dias , após o recebimento do pedido de fornecimento representado pela correspondente NOTA DE EMPENHO.

1.4 Controle e fiscalização da execução:

a)O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
b)A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
c)O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
d)A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
e)O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
f)O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
g)Fica designada a servidora, Pauline Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8/6514, portadora do CI/RG nº 9988502-5 e inscrita no CPF/MF nº. 062344679-03 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.
h)Fica designado como fiscal substituto Diego Alcarria Ré, matrícula nº. 500263, portador (a) da CI/RG nº.94374030 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 05149615978 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº.8.666/93. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n

GO CUP – Torneio Mundial de Base 2019

Aberto a todos os clubes, escolas e times infantis do País e do Exterior, o Go Cup é um torneio totalmente pensado e voltado para as crianças, desde o tamanho do campo e das traves, até a programação dos jogos , sempre diurnos. O objetivo principal não é só formar atletas, mas sim educar as crianças. Por isso não há cartão vermelho, mas sim o azul, em que o atleta fica de fora um curto período para refletir sobre sua jogada perigosa, e todos se cumprimentam no início e no fim das partidas. No Go Cup , meninos e meninas podem participar

Este ano foram 1.121 jogos , 6.333 gols, mais de 4.700 atletas e técnicos, 70.000 visitantes, um record absoluto consagrando o Go Cup como uma das maiores competições de futebol do Mundo, taxado pela crônica esportiva como uma Mini Copa do Mundo. O torneio é disputado no formato de futebol 7 e dividido em categorias em função da idade, que vão do Sub7 adiante.

O torneio é organizado para meninos e meninas de até 12 anos de idade. Segundo as regras, cada equipe joga no mínimo seis partidas. Cada partida tem dois tempos de 20 minutos e cinco minutos de intervalo. Este ano, estiveram participando equipes de escolinhas de futebol, colégios, condomínios, associações, clubes profissionais e amadores; em times de meninos, meninas ou mistos. O árbitro Sérgio Morais

presidente da AAFA/PR – Associação de Árbitros de Futebol do Paraná, com sede em Jardim Olinda em suas palavras agradeceu a Direção do GO CUP pelo segundo ano consecutivo estar presentes neste evento anual.

Segundo Serginho como é mais conhecido no mundo do futebol regional, a competição contou com árbitros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), além de árbitros dos quatro cantos do Brasil, totalizando mais de 300 profissionais, contando com os da associação, que dos 38 filiados, levou para o evento 20 profissionais cadastrados na AAFA/PR, vindos de vários municípios brasileiros. Sérginho também relata um pouco sobre o complexo da GO CUP, fruto de um grupo de amigos de instituição privada, que vem atuando no esporte amador, desde o ano de 2014 incentivando e oportunizando a garotada que gosta do futebol, integrarem-se à nível de mundo, dando além da alegria pela bola, a troca de experiências entre países deste mundão de DEUS.

O GO CUP não para de crescer, mas nuncavaideixardeser criança

Arbitragem da AAFA/PR de Jardim Olinda no GO CUP

Diretores do Go Cup Vanivaldo (branco) Marcelo (preto) e o de Boné Matami
Coordenador de árbitro, em pose com os árbitros da AAFA/PR

Jackson, Vandir, Everaldo, Paulo Rogerio, Antonio Zanella, Paulo Reginaldo, Roberto Carlos, Janderson, Josivaldo e Sergio Morais. Agachados, Maylon, Robson, Sidney, Vinicius, Sebastian e Rodrigo Fidalgo

Estes, os árbitros de futebol amador da Associação de Árbitros Amadores do Paraná, (AAFA/PR) com sede em Jardim Olinda, que estiveram no último evento Internacional do GO CUP na cidade de Aparecida de Goiânia/GO. Segundo seu Presidente Sérgio Morais, hoje a Associação conta com vários árbitros aptos a desempenhar suas funções em todo o território Nacional, fundada desde 2002 e que recebeu o convite da GO CUP no ano passado para trabalhar no evento, que segundo ele: "É com muita satisfação quer recebemos novamente o convite para estar na GO CUP 2019, é um evento extraordinário no Futebol de base, onde participaram 113 árbitros, inclusive árbitros da CBF e mais de 300 equipes e mais de 14 Países, (Rússia, Japão, Coreia, Estados Unidos, Espanha, Portugal, Paraguai, Chile, Equador, Colômbia, Uruguai etc. e vários clubes Brasileiros, como Corinthians, Santos, Palmeiras, Flamengo, Cruzeiro, etc, e muito bom estar em uma competição este nível, nos sentimentos muitos honrados em estar fazendo o que realmente gostamos viajamos 950 quilômetros 14 horas de carro ficamos hospedados da Associação dos Bancarios de Goiânia cedido através do nosso amigo Zanella (Bancário) e árbitro, estar em um vento grandioso desse e emocionante e engrandece ainda mais a nossa profissão, pois ser árbitro não é fácil, voce tem que fazer por amor, e se Deus quiser estaremos novamente em 2020 na Go CUP".

Sérgio Morais é o Presidente da AAFA/PR - Associação de Árbitros de Futebol do Paraná, sediado em Jardim Olinda

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23 DE MAIO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: L.W PIRES TREINAMENTOS , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 20.741.943/0001-82, situada na RUA JOÃO FRANCISCO DE MACEDO, 167, JARDIM GRAJAÚ – CEP 18.683-806 – LENÇOIS PAULISTA SP., neste ato, representada pelo Sr. LEANDRO WILLIAN PIRES – RG Nº 4.400.809-8 -SSP- SP, CPF – 303.484.788-28 - PROPRIETARIO da empresa.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL PARA PROMOÇÃO DE NOVO PLEITO ELEITORAL PARA COMPOSIÇÃO DO NOVO QUADRO DE CONSELHEIROS TUTELARES DESTE MUNICIPIO, COM ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DE PROVA ESCRITA, AVALIAÇÃO PSICOLOGICA AOS CLASSIFICADOS.

VALOR: **R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).**

PRAZO DE FORNECIMENTO: Conforme calendário de atividades.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 23 DE MAIO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

LEANDRO WILLIAN PIRES
PROPRIETÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 074/019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 DE MAIO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 11.192.559/0001-87, situada na RUA TOPAZIO,64, LOTE 87 B1, CONJUNTO HABITACIONAL CRISTAL, CEP 86.182-715- CAMBÉ – PR.., neste ato, representada pelo Sr. DALCEU GONSALVES FERREIRA – RG Nº 4.183.876-0- SSP - PR, CPF – 605.003.799-04- SÓCIO ADMINISTRADOR da empresa.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94, a licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de EQUIPAMENTOS conforme Resolução 1192/2017 da Secretaria de Estado da Saúde, e Termo de Adesão assinado por este município, conforme especificados na proposta de preços, para atendimento as necessidades administrativas do Departamento Municipal de Saúde.

VALOR: **R$ 19.641,00 (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).**

PRAZO DE FORNECIMENTO: DE ATÉ 15 APÓS ASSINATURA DO CONTRATO.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 28 DE MAIO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

DALCEU GONSALVES FERREIRA
SÓCIO - ADMINISTRADOR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 DE MAIO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: R. A. MARTINS – DISTRIBUIDORA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 26.984.213-99, situada na RUA ODY SILVEIRA, 575, ALTO DA BOA VISTA,, CEP 86.083-040 - LONDRINA – PR.., neste ato, representada pelo Sr. RICARDO ANTONIO MARTINS – RG Nº 027.152.774-09 – DETRAN-, CPF – 006.108.249-02- PROPRIETÁRIO da empresa.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94, a licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de EQUIPAMENTOS conforme Resolução 1192/2017 da Secretaria de Estado da Saúde, e Termo de Adesão assinado por este município, conforme especificados na proposta de preços, para atendimento as necessidades administrativas do Departamento Municipal de Saúde.

VALOR: **R$ 967,00 (NOVECENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).**

PRAZO DE FORNECIMENTO: DE ATÉ 15 APÓS ASSINATURA DO CONTRATO.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 28 DE MAIO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

RICARDO ANTONIO MARTINS
PROPRIETÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 DE MAIO DE 2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, endereço à Av. Antonio Veiga Martins Nº 80/82, Centro, inscrita sob o C.N.P.J. Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA - **PREFEITO MUNICIPAL**, casado, portador do RG nº 7.580.647-7 – SSP/PR e, C.P.F. nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, Nº 367, CENTRO - Inajá - Estado do Paraná;

CONTRATADO: LAUNDRY TECH EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIA INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 27.868.692/0001-40, situada na RUA OPALA, 38- A RECREIO CAMPESTRE JOIA CEP 13.347-090- INDAIATUBA -SP., neste ato, representada pelo Sr. JESSE ALVES DA SILVA – RG Nº 7.313.168 -SSP- SP, CPF – 140.555.418.56- SÓCIO – PROPRIETÁRIO da empresa.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato, elaborado nos termos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94, a licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de EQUIPAMENTOS conforme Resolução 1192/2017 da Secretaria de Estado da Saúde, e Termo de Adesão assinado por este município, conforme especificados na proposta de preços, para atendimento as necessidades administrativas do Departamento Municipal de Saúde.

VALOR: **R$ 92.200,00 (NOVENTA E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).**

PRAZO DE FORNECIMENTO: DE ATÉ 15 APÓS ASSINATURA DO CONTRATO.

FORO: Comarca de Paranacity, Estado do PARANÁ.

INAJÁ, 28 DE MAIO DE 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJA
CLEBER GERALDO DA SILVA

LAUNDRY TECH EQUIPAMENTOS LAVANDERIA INDUSTRIAIS LTDA
CNPJ: 27.868.692/0001-40
JESSE ALVES DA SILVA
SÓCIO- PROPRIETÁRIO

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

FICA PRORROGADA A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 028/2019 – PMSF, PARA:

I. OBJETO: Registro de Preço para **AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS SANEANTES**, para as Unidades de Saúde do Município de Santa Fé especificados no anexo 01 deste Edital, salientando que os produtos serão solicitados em quaisquer quantidades, podendo ou não atingir a totalidade licitada, nos termos do presente Edital e seus anexos.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: até o dia **18 de junho de 2019,** das 08h15min às 08h45min, no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.
III. REALIZAÇÃO: Dia **18 de junho de 2019** às 09h00min, na Prefeitura Municipal de Santa Fé, na Avenida Presidente Kennedy, nº 717.
IV. Tipo de julgamento: tipo "menor preço por lote"
Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente.

Santa Fé, 11 de junho de 2019.

Rodrigo Camurra
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL
CNPJ: 76.970.334/0001-50
RUA PEDRO PAULO VENERIO, 1022 87660-000 / PARANACITY-PR
(44) 3463-8101 - (44) 3463-8100
CONTATO@PARANACITY.PR.GOV.BR

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2017.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: MEDCLIN – SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.

DO OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE ADITIVO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÕES NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANACITY, CONSTANTE NOS AUTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.

DO PRAZO: FICA PRORROGADO COMO FUNDAMENTO NO CONTRATO ORIGINAL E NOS TERMOS DO ART. 57 DA LEI DE LICITAÇÕES, A VIGÊNCIA DO CONTRATO OBJETO DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017,** POR MAIS 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 03/06/2019 COM VENCIMENTO FINAL EM 02/06/2020.

DO VALOR: R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), MENSAIS.

PARANACITY, PR, 31 DE MAIO DE 2019.

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 003/2018
INEXIGIBILIDADE N. 004/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY - PR

CONTRATADO: ELLEN CAROLINE PALMA CLÍNICA MÉDICA - ME

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS JUNTO ÀS UNIDADES DE SAÚDE E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY– PR.

DO VALOR: R$ 174.000,00 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL REAIS), SENDO UM VALOR MENSAL DE R$ 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

DA FORMA DE PAGAMENTO: OS PAGAMENTOS PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS NOS DIAS 10 (DEZ), 20 (VINTE) E 30 (TRINTA) DE CADA MÊS.

DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DO FORO: ELEGEM O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 10 DE JUNHO DE 2019.

SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY CNPJ: 76.970.334/0001-50 Rua Pedro Paulo Venério, 1022 C.E.P.: 87660-000 - Paranacity - PR	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2019 - PR Processo Administrativo: 23/2019 Processo de Licitação: 16/2019 Data do Processo: 21/05/2019 Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, SUELI TEREZINHA WANDERBROOK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento Jurídico, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 16/2019
b) Licitação Nr.: 14/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/06/2019
e) Objeto da Licitação: Aquisição de Materiais de expediente para diversas Secretarias da Prefeitura do Município de Paranacity-PR, com entrega fracionada.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Qtde de Itens	Média Desconto (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 005223 - ALESSANDRO LOPES DA SILVA SUPRIMENTOS DE INFO	3	0,0000	12.053,00
- 005222 - C SILVERIO SIMAO EIRELI	10	0,0000	8.226,95
- 003256 - CAROL COMERCIAL EIRELI LTDA - ME	3	0,0000	7.372,80
- 004611 - CLAUDIO KATSUMASA TAMIMORI	43	0,0000	126.585,50
- 001652 - FONDAZZI & NICKUS LTDA	12	0,0000	9.495,60
- 004241 - HERNANDES & CIA LTDA - ME	3	0,0000	10.762,75
- 004890 - LUIZ ROBERTO RODRIGUES PAPELARIA - ME.	4	0,0000	13.214,00
- 005455 - MILENA MAYUMI TAMIMORI 08523408932	31	0,0000	11.372,90
- 005221 - MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E M	15	0,0000	11.542,00
	124		210.627,70

Paranacity, 7 de Junho de 2019.

Sueli Terezinha Wanderbrook
Prefeita Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY CNPJ: 76.970.334/0001-50 Rua Pedro Paulo Venério, 1022 C.E.P.: 87660-000 - Paranacity - PR	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2019 - PR Processo Administrativo: 22/2019 Processo de Licitação: 17/2019 Data do Processo: 23/05/2019 Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal, SUELI TEREZINHA WANDERBROOK, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento Jurídico, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 17/2019
b) Licitação Nr.: 15/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 10/06/2019
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NO RAMO PERTINENTE PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ, COM FORNECIMENTO FRACIONADO.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Qtde de Itens	Média Desconto (%)	(em Reais R$) Total dos Itens
- 005412 - CIRURGICA ITAMBE - EIRELI	10	0,0000	28.461,60
- 005330 - CIRURGICA PARANAVAI - EIRELI	10	0,0000	11.249,20
- 000836 - CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	3	0,0000	8.391,00
- 005150 - KMEDICA PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA - ME	15	0,0000	40.465,50
- 001944 - MARINGA HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E C	4	0,0000	1.782,75
- 004475 - MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORI	8	0,0000	1.754,80
- 004772 - MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES L	5	0,0000	11.990,00
	55		104.114,85

Paranacity, 10 de Junho de 2019.

Sueli Terezinha Wanderbrook
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019– PMO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA-PR, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação avisa aos eventuais interessados que até as**08:15**horasdo dia 27/06/2019 em seu Departamento de Licitação, sito à Rua Bela Vista, nº 1.014, estará recebendo os envelopes relativos aoPREGÃO PRESENCIALNº 31/2019, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM, que tem por objeto:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE OURIZONA

Os envelopes de habilitação serão abertos às**08:30 horas** do mesmo dia acima mencionado, quando então haverá o competente julgamento.

Cópias do Edital e dos demais documentos poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, no horário normal de expediente, devendo ser realizada diretamente no Setor de Licitações desta Prefeitura Municipal ou pelo site www.ourizona.pr.gov.br.

Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone (44) 3278-1591.

Ourizona/PR,11de junho de 2019.

MARCIA SCHINAIDER
Presidente da CPL

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 1.483, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Concede Férias Regulamentar

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedido 15(quinze) dias restantes das férias regulamentar, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, ao servidor Gilmar Moreira, matrícula 4-00983, para ser usufruída no período de 11 de junho de 2019 a 25 de junho de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 11 de junho de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

LEI Nº 606, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Autoriza a concessão de direito real de uso imóvel de propriedade do Município.

A PREFEITA MUNICIPAL faço saber que a Câmara decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Diante da existência de motivo relevante, fica o Poder Executivo autorizado a formalizar concessão de direito real de uso dos imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Flórida, em favor das empresas como seguem:

1. ***Imóvel - A concedente é proprietária e tem o domínio útil do imóvel da matricula nº 12.348 constituído pelo lote de terras sob o nº 7-A, da quadra nº 71/A/2, da Gleba Ribeirão Colorado, com área de 500,48 m2, localizado no Município de Flórida.***

   1.1 - Concessionária – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES MODELLE LTDA – com atividade econômica principal de Confecção de Roupas Intimas, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.895.095/0001-47, com sede na Avenida Ipiranga, 275 no Município de Flórida Estado do Paraná, neste ato representada pela sua proprietária MARIA DE FÁTIMA LELE ALEXANDRE, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 008.481.759-30 e RG nº 3.712.907-0 – SESP.PR, residente domiciliada na Rua Colorado, 581 e TEREZA BARBIERI PICININ, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 443.452.329-53 e RG nº 3.949.498-1 – SESP.PR. residente domiciliada na Rua Colorado em Flórida PR.

Art. 2º A concessão prevista no artigo anterior terá duração máxima de 10 (dez) anos e será destinada exclusivamente para atender aos objetivos da empresa, relativos ao ramo e atividades por elas desenvolvidas, podendo a concessionária efetuar a construção das edificações que se fizerem necessárias no imóvel referido, desde que sejam devidamente acompanhadas por profissional de engenharia, com o recolhimento dos encargos e tributos respectivos, dentre eles a ARTs, se necessário os referentes ao INSS.
§1º Fica ressalvado que as construções de que trata o parágrafo anterior poderá ser retirada se for "***pré-moldada***", ficando a cargo da **CONCESSIONÁRIA** a remoção da estrutura quando do vencimento do contrato ou quando requerida pela **CONCEDENTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de incorporação da construção de forma definitiva ao imóvel da **CONCEDENTE**.
§2º Conforme na interpretação lógica do art. 17, caput, I "b" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a suspensão parcial da redação oriunda da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 927-3RS, do STF, de modo que se é possível à Administração promover a doação de bem imóvel é igualmente possível promover a concessão de direito real de uso, o Concedente cede à Cessionária o bem imóvel descrito nesta Lei.
§ 3º A qualquer tempo a empresa Concessionária poderá adquirir o terreno objeto deste Lei de forma definitiva após passar pela comissão de avaliação de bens imóveis, a qual vai estipular o valor e a sua forma de pagamento, desde que cumpra as obrigações contratuais descritas no contrato de concessão que será formalizado após sua publicação,

Art. 3º Constará obrigatoriamente, na escritura de concessão, cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, inclusive com as acessões e benfeitorias realizadas pela concessionária, se esta inadimplir com suas obrigações legais e contratuais, especialmente:
I – desvio de finalidade no uso do imóvel;
II – paralização das atividades por período igual ou superior a 3 (três) meses;
III – ausência de construção de barracão com no mínimo 100 (cem) metros quadrados iniciando as obras em até 90 (noventa) dias e término em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da publicação desta Lei.
§1º Em todos os casos, ocorrendo a reversão, não haverá qualquer indenização à concessionária.
§2º Haverá a imediata reversão, ainda, nos seguintes casos:
I – descumprimento de qualquer uma das disposições constantes nesta Lei;
II – realização de qualquer construção no imóvel referido sem o acompanhamento por profissional de engenharia e sem o recolhimento dos encargos e tributos respectivos, dentre eles a ARTs e INSS se for o caso: e
III – ausência de geração de, no mínimo, 5 (cinco) empregos diretos por parte da empresa, devidamente registrado de forma legal, após a instalação da empresa.

Art. 4º A concessão prevista nesta Lei será intransferível a qualquer título que seja, não podendo a empresa concessionária alienar, hipotecar, penhorar ou transferir o imóvel a outrem.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida Pr., 11 de junho de 2019.

MÁRCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Fé
CNPJ 76.291.418/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 030/2019-PMSF

I. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de 01 (um) **VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM, NOVO, TIPO MICRO ÔNIBUS (17 PASSAGEIROS + 01 POSTO PARA CADEIRANTE + MOTORISTA)** para a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Fé, conforme especificações do Anexo I que é parte integrante do referido Edital.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: dia **28 de junho de 2019**, das 08h15min às 08h45min, no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.
III. REALIZAÇÃO: Dia **28 de junho de 2019** às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy 717.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: tipo "menor preço por lote"
Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente.

Santa Fé, 11 de junho de 2019.

Rodrigo Camurra
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. 78.279.975/0001-62

PORTARIA: 135/2019

Súmula: Nomeia o Conselho de Alimentação Escolar-CAE do Município de Uniflor - PR.

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo Inciso II e V do Art.72 e pela Alínea I do Inciso II do Art. 92, ambos da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1°- Nomear os membros do Conselho da Alimentação Escolar- CAE, para a Gestão de Novembro de 2018 a novembro de 2022. Fica assim composto.

I- Representante do Poder Executivo:

Titular: Edson Carvalho Nunes- RG: 5.799.295-6 – CPF: 959.269.769-87

Suplente: Clésio Herradon de Souza- RG: 4.577.618-2 – CPF: 794.662.229-53

II- Representantes da entidade de trabalhadores da educação e de discentes

Titular: Maria de Fátima Ferreira Guarnieri- RG: 7.985.091-8- CPF: 036.108.829-99

Suplentes: Vera Lúcia Corrêa da silva RG: 7.088.815-8 e CPF: 030.247.039-50

Titular: Ivone Aparecida Poieli- RG: 5.333.656-6 – CPF: 815.235.059-15

Suplentes: Luana Mayara Palmeira Lobato-RG: 10.694.306-0- CPF: 073.547.889-96

Tendo como representantes de discentes:

Titular: Maria Angélica Zancani-RG: 10.362.140-2- CPF: 066.299.099-41

Suplentes: Camila Cristina Moreira da Silva-RG: 10.170.502-1-CPF: 075.890.419-39

Titular: Lucilene Aparecida Mastro de Oliveira RG: 8.624.188-8-CPF: 057.663.369-00

Suplentes: Gislaine Magda Farias-RG: 2.508.7646-2- CPF: 016.172.949-50

III - Representantes de Pais de Alunos

Titular: Pamela Thaís Belafronte Durães- RG: 10.638.111-9 – CPF: 084.817.079-29

Suplentes: Maisa Caviquioli Gonçales - RG: 9.331.055-1 - CPF: 045.386.499-61

Titular: Thamires do Carmo Custódio - RG: 10.132.674-8 – CPF: 057.536.799-78

Suplentes: Débora Maria Simões de Oliveira -RG: 10.687.126-4 - CPF: 064.442.959-70

IV- Representantes da Sociedade Civil

Titular: Rosimeire Aparecida Ferreira da Silva - RG: 8.373.616-0 - CPF: 040.373.199-26 (Coordenadora de Comunidade)

Suplentes: Maria das Graças Rosa Bezerra- RG: 6.970.406-9 - CPF: 032.322.929-84 (Representante da APMI)

Titular: Maria Alencar Nunes Franzoni-RG: 3.826.116-0- CPF: 034.209.269-36 (Coordenadora dos Idosos)

Suplentes: Ivanete Dias de Oliveira Rufino-RG: 4.291.276-0 – CPF: 558.578.929-53 (Pastoral da Criança).

- **1° -** O trabalho dos membros do Conselho da Alimentação Escolar- CAE será considerado serviço relevante e não remunerados.
- **2° -** O mandato dos membros será de quatro (4) anos, permitindo uma recondução.
- **3° -** O Presidente será escolhido dentre os membros, sendo que a escolha não poderá recair sobre os representantes do Inciso I.

ART.2°-Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, aos onze (11) de junho (06) de 2019.

Alan Rogério Petenazzi
Prefeito Municipal

ATALAIA
PREFEITURA DA CIDADE
#CONSTRUINDO O NOVO JUNTOS#
ESTADO PARANÁ
www.atalaia.pr.gov.br
Paço Municipal Prefeito Antonio Carlos Gilio - Praça José Bento dos Santos, 02 - Centro
CEP 87630-000 - Fone/fax (44) 3254-1122 - e-mail: administracao@atalaia.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2019.

O Município de Atalaia, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, por meio INTERNET, **PREGÃO ELETRÔNICO:**

DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DA LICITAÇÃO.

O PREGÃO, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

No dia 28 de Junho de 2019, às 09h00min (nove horas), na sala de Licitações Públicas do Município de Atalaia Pr, localizada na Praça José Bento dos Santos, 02 – Centro, Atalaia, Pr. A sessão pública na INTERNET será aberta por comando do(a) PREGOEIRO com a utilização de sua chave de acesso e senha.

A licitante deverá observar a data e horário previsto para abertura da sessão, atentando também para a data e horário para início da disputa de preços, assim definido:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00hrs do dia 17/06/2019 às 08h00hrs do dia 28/06/2019.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h30min horas do dia 28/06/2019.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09:00horas do dia 28/06/2019.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **LOCAL: www.bllcompras.org.br**

OBJETO: Seleção de melhor proposta para aquisição de um veículo novo tipo pick-up, zero quilometro 2020/2020, capacidade de mínimo 4 (quatro) lugares para uso da Secretária Municipal de Saúde, fabricação nacional, e demais configurações mínimas constantes no termo de referência, tipo **menor preço.** Poderão participar desta licitação os interessados devidamente CADASTRADOS, inscritos no cadastro desta Administração e os NÃO CADASTRADOS, consoante a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seu regulamento, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, observado o disposto no inciso II e III do artigo 49[i] da **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso III do Artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso IV do Artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar na presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciados nos Incisos I, II e III do Artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

Não poderão participar empresas em consórcio.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS

O presente Edital poderá ser examinados no endereço supra mencionado e adquiridos, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Atalaia/PR., 11 de Junho de 2019.

FÁBIO F. VILHENA DE PAIVA
Prefeito Municipal

CARLOS HENRIQUE FERNANDES
Pregoeiro Oficial

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
ESTADO DO PARANÁ
RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2019

Processo nº 90/2019

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo, **considerando** a oportunidade e conveniência de promover **contratação de empresa para a locação de um Park de diversões gratuito todas as noites, para a festa em comemoração as festividades alusivas ao 59º (quinquagésimo nono) aniversario de emancipação política do Município no período de 18 a 20 de julho de 2019, considerando** a cotação de preços constante nos autos, e **considerando** que a contratação, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº 8.666/93, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, conforme certidão constante nos autos, **DISPENSO A LICITAÇÃO** com fundamento no artigo 24, *caput*, I da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de **R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)**, em proveito da empresa **ROSANGELA CRISTINA DA VEIGA MARANGONI, CNPJ: 00.938.752/0001-06**. Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA** e **APROVADA** em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.
Florida/PR, 11 de junho de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

DECRETO Nº 669/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a lei Municipal nº 2.804/2018 de 20/12/2018 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2019 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2019, crédito adicional suplementar no valor de R$ 51.930,80 (Cinquenta e um mil novecentos e trinta reais e oitenta centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**			
06.001	**DIVISÃO DE RECEITAS E FINANÇAS**			
06.001.04.129.0003.2011			**DESENVOVER A POLÍTICA TRIBUTÁRIA**	
	3.3.90.93.00.00	3816	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15,81
	3.3.90.93.00.00	3821	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.337,58
	3.3.90.93.00.00	3822	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	577,41
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**			
09.001	**FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**			
09.001.10.301.0007.2024			**DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE**	
	3.3.90.30.00.00	3594	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Total das Suplementações				**R$ 51.930,80**

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito suplementar, ficam indicados os seguintes Superávits Financeiros:

Superávit Financeiro	FONTE	VALOR
- Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	594	50.000,00
- Aquisição de Equipamentos – CV Estadual nº163/2017 – SEDU	816	15,81
- Aquisição de Equipamentos/Veículos – CV Estadual nº821/2018 – SEDU	821	1.337,58
- Aquisição de Equipamentos/Veículos – CV Estadual nº822/2018 – SEDU	822	577,41
Total do Superávit Financeiro		**R$ 51.930,80**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 671/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a lei Municipal nº 2.804/2018 de 20/12/2018 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2019 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2019, crédito adicional suplementar no valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**			
02.001	**GOVERNO MUNICIPAL**			
02.001.04.122.0002.2001			**GOVERNADORIA MUNICIPAL**	
4	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**			
08.005	**DIVISÃO DO ESPORTE E LAZER**			
08.005.27.812.0013.2022			**DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER**	
308	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
660	3.3.90.30.00.00	3556	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
312	3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Total das Suplementações				**R$ 22.000,00**

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito adicional, fica indicado o cancelamento das seguintes dotações do orçamento vigente:

02	**GABINETE DO PREFEITO**			
02.001	**GOVERNO MUNICIPAL**			
02.001.04.122.0002.2001			**GOVERNADORIA MUNICIPAL**	
5	3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.000,00
02.002	**ASSESSORIA GOVERNAMENTAL**			
02.002.04.122.0014.2002			**DESENVOLVER O ASSESSORAMENTO GOVERNAMENTAL**	
14	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**			
08.005	**DIVISÃO DO ESPORTE E LAZER**			
08.005.27.812.0013.2022			**DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER**	
661	3.3.90.31.00.00	3556	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENT. E ESPORTIVAS	4.000,00
08.006	**DIVISÃO ARTISTICA, CULTURAL E HISTÓRICA**			
08.006.13.392.0012.2023			**DIFUNDIR AS ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CULTURAIS E HISTÓRICAS**	
320	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**			
10.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
10.001.08.241.0008.2028			**MANTER AS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE**	
402	3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
404	3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.000,00
Total das Anulações				**R$ 22.000,00**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

LEI Nº 2818 /2019

SÚMULA: Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município de Colorado, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e institui o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Colorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO NATURAL E CULTURAL

Art. 1º. A preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Colorado é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.

Art. 2º. O patrimônio natural e cultural do Município de Colorado é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e/ ou científico.

Art. 3º. O município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio natural e cultural segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural -COMPAC.

Art. 4º. Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural considerar de interesse de preservação para o Município.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 5º. Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC, de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§ 1º. O conselho será composto pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na condição de Presidente, pelo Gerentede Cultura, na condição de Secretário (do Conselho), dez (10) membros efetivos e dez (10) membros suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º. Entre os membros nomeados pelo Prefeito Municipal, deverão ser escolhidos cidadãos representantes das diversas profissões ligadas às áreas de cultura e meio ambiente e da sociedade em geral.

§ 3º. Em cada processo o Conselho poderá ouvir a opinião de especialistas que poderão ser técnico-profissionais da área de conhecimento específico ou representante da comunidade de interesse do bem em análise.

§ 4º. O exercício das funções de Conselheiro é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

§ 5º. O Conselho elaborará o seu regimento interno no prazo de noventa dias a contar da posse de seus Conselheiros.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE TOMBAMENTO

Art. 6º. Para inscrição no Livro do Tombo será instaurado processo que se inicia por iniciativa:

a) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através da Gerência de Cultura;

b) do proprietário; e,

c) de qualquer um do povo.

Parágrafo único. Nos casos das alíneas "b" e "c" deste artigo, o requerimento será dirigido à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC, poderá propor o tombamento *"ex-officio"* de bens móveis e imóveis já tombados pelo Estado e/ou pela União.

Art. 8º. Os requerimentos do proprietário, ou de qualquer do povo, poderão ser indeferidos pela Gerência de Cultura com fundamento em parecer técnico, caso em que caberá recurso ao COMPAC.

Parágrafo único. O pedido de tombamento será instruído com documentação e descrição bastante para individualização do bem.

Art. 9º. Instaurado o processo de tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do regime de preservação de bem tombado, até a decisão final.

Art. 10. O COMPAC poderá solicitar à Gerência de Cultura novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer medida que oriente o julgamento.

Art. 11. A sessão de julgamento será pública e será concedida a palavra para que seus membros, o proprietário e os particulares que tiverem proposto ou impugnado o tombamento exponham suas razões.

Art. 12. Na decisão do COMPAC que determinar o tombamento deverá constar:

I - Descrição e documentação do bem.

II - Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro do Tombo.

III - Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.

IV - As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário.

V - No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do Município, e.

VI - No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Art. 13. A decisão do COMPAC que determina a inscrição definitiva do bem no(s) Livro(s) do Tombo será publicada no Diário Oficial, oficiada ao Registro de Imóveis para os bens imóveis e ao Registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Parágrafo único. Havendo restrições impostas aos bens do entorno será oficiado o registro de imóveis para as averbações das matérias respectivas.

Art. 14. O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

§1º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de trinta (30) dias a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

§ 2º. No caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar de seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

§ 3º. Se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, será o processo remetido ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que dará decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 15. Se a decisão do Conselho for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo artigo 9º da presente lei.

CAPÍTULO IV

PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Art. 16. Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos e determinações desta Lei e do COMPAC.

Art. 17. O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§ 1º. A restauração, reparação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do COMPAC, cabendo à Gerência de Cultura a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

§ 2º. Havendo dúvida em relação às prescrições do COMPAC, haverá novo pronunciamento que, em caso de urgência, poderá ser feito, ad referendum, pela Gerência de Cultura.

Art. 18. As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em caso de dúvida ou omissão deverá ser ouvido o COMPAC.

Art. 19. Ouvido o COMPAC, a Gerência de Cultura, poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.

§ 1º. Este ato da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, será de ofício ou por solicitação de qualquer do povo.

§ 2º. Se o órgão municipal não determinar as obras solicitadas por qualquer do povo, no prazo de 30 (trinta) dias, caberá recurso ao COMPAC que decidirá sobre a determinação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 20. Se o proprietário do bem tombado não cumprir o prazo fixado para início da obra, a Prefeitura Municipal a executará, lançando-se em dívida ativa o montante expendido.

Art. 21. As obras de que trata o artigo anterior poderão ser dispensadas de pagamento se o proprietário não puder fazê-lo sem comprometer o próprio sustento e não tiver outro imóvel além do tombado.

Art. 22. O Poder Público Municipal pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvarás.

Art. 23. Os bens tombados de propriedade do município podem ser entregues com permissão de uso a particulares, sendo estabelecidas normas precisas para a preservação pelo COMPAC.

Art. 24. No caso de extravio ou furto do bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao COMPAC, no prazo de 48 horas.

Art. 25. O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado à Gerência de Cultura, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Parágrafo único. Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autoriza pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

Art. 26. O Poder Público Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, poderá reduzir o IPTU e outros impostos municipais dos bens tombados, sempre que seja indispensável à manutenção do bem, de acordo com regulamento que para isto expedirá.

§ 1º. Em nenhum caso a redução poderá ultrapassar 80% do valor do imposto.

§ 2º. A redução de impostos será condicionada à preservação do bem tombado.

§ 3º. A redução que trata este artigo poderá ser revogada a critério da Administração Municipal.

Art. 27. As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta, com competência para a concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente a Gerência de Cultura, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados, respeitando as respectivas áreas envoltórias.

CAPÍTULO V

PENALIDADES

Art. 28. As sanções e penalidades constantes deste título são aplicáveis com base na responsabilidade objetiva do proprietário do bem tombado, na simples ocorrência de fato que viole qualquer dispositivo desta lei, não excluindo o direito do Município ao ressarcimento do perdas e danos eventualmente apurados.

§1º. A aplicação da penalidade não desobriga a conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado.

§ 2º. Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas. Se o responsável não o fizer no prazo determinado pela Gerência de Cultura, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Art. 29. O descumprimento das obrigações previstas nesta lei, em se tratando de bem imóvel tombado, sujeitará o proprietário a aplicação das seguintes sanções conforme a natureza da infração:

I - Destruição, demolição ou mutilação do bem tombado: multa no valor correspondente a no mínimo 1 (uma) e no máximo 10 (dez) vezes o respectivo valor venal;

II - Reforma, reparação, pintura, restauração ou alteração, por qualquer forma, sem prévia autorização: multa no valor correspondente a no mínimo 10 (dez) e no máximo 100% (cem por cento) do valor venal;

III - Não observância de normas estabelecidas para os bens de área de entorno: multa no valor correspondente a no mínimo 10 (dez) e 50% (cinquenta por cento) no máximo do valor venal.

§ 1º. Em área rural, o valor do imóvel, para base de cálculo da multa, corresponderá a R$ 500,00 (quinhentos reais) o metro quadrado de área ambiental tombada e a R$ 1.000,00 (mil reais) o metro quadrado de área edificada tombada, que serão reajustados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção desse índice, será adotado outro criado pela legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º. Serão considerados infratores, para os efeitos do disposto neste artigo, solidariamente responsáveis com o proprietário:

I - o usufrutuário, o superficiário e o possuidor do bem imóvel a qualquer título;

II - o responsável técnico pela obra ou intervenção;

III - o empreiteiro da obra.

Art. 30. No caso de bem móvel tombado, o descumprimento das obrigações previstas nesta lei sujeitará o proprietário ou o possuidor do bem a qualquer título à aplicação das seguintes sanções:

I - destruição ou mutilação: multa no valor de, no mínimo, R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, no máximo, R$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - restauração sem prévia autorização: multa no valor de, no mínimo, R$ 1.000,00 (mil reais) e, no máximo, R$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - saída do bem para fora do território municipal sem autorização: multa no valor de, no mínimo, R$ 1.000,00 (mil reais) e, no máximo, R$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - falta de comunicação na hipótese de extravio ou furto do bem tombado: multa no valor equivalente de, no mínimo, R$ 500,00 (quinhentos reais) e, no máximo, R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º. Os danos aos bens móveis tombados, decorrentes da omissão na realização de serviços de conservação e manutenção, equiparam-se, para efeito da aplicação de penalidades, às intervenções intencionais.

§ 2º. A aplicação da sanção deverá observar a razoabilidade e a proporcionalidade, de acordo com a extensão do dano, o nível de tombamento, quando for o caso, o valor do bem e se o proprietário é reincidente.

§ 3º. Os valores estabelecidos neste artigo serão corrigidos na forma prevista no § 1º do art. 29 desta lei

Art. 31. Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano ao bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE COLORADO – FUMPROPACC

Art. 32. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Colorado - FUMPROPACC, gerido e representado ativa e passivamente pelo COMPAC, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados, a fundo perdido ou não, assim como a sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento.

Art. 33. Constituirão receita do FUMPROPACC:

I - Dotações orçamentárias;

II - Doações e legados de terceiros:

III - O produto das multas aplicadas com base nesta lei;

IV - Os rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos; e,

VI - Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 34. O FUMPROPACC poderá justar contrato de financiamento ativo ou passivo, bem como celebrar convênios e acordos, com pessoas físicas ou jurídicas tendo por objetivo as finalidades do fundo.

Art. 35. O FUMPROPACC funcionará junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sob a orientação do COMPAC, valendo-se de pessoal daquela unidade administrativa.

Art. 36. Aplicar-se-ão ao FUMPROPACC as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas em geral, sem prejuízo de competência específica do Tribunal de Contas.

Art. 37. Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUMPROPACC serão apresentados semestralmente à Secretaria Municipal de Fazenda.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. O Poder Público Municipal elaborará regulamento da presente lei, naquilo que for necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício do Paço Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos onze dias de junho do ano de dois mil e dezenove.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº5 Termo do contrato nº.35/2017, objetivando a Constitui objeto desta licitação os serviços de coleta e transbordo de rejeitos provenientes dos domicílios residenciais e comerciais do Município de Jardim Olinda, exceto aqueles com disposição final específica, a ser realizado a partir deste município até o município em que ocorrerá a disposição final dos rejeitos de forma ambientalmente adequada.. decorrente de Pregão nº 18/2017, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a TRANSRESIDUOS AMBIENTAL S/A inscrita no CNPJ sob nº. 77.371.789/0001-11. aditivam o contrato na importância de R$ 83.430,00 (oitenta e três mil, quatrocentos e trinta reais) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Jardim Olinda 04 de junho de 2019.

Lucimar de Souza Morais
PREFEITA MUNICIPAL

Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03
www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

DECRETO Nº 670/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a lei Municipal nº 2.804/2018 de 20/12/2018 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2019 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2019, crédito adicional suplementar no valor de R$ 11.061,00 (Onze mil e sessenta e um reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**			
06.001	**DIVISÃO DE RECEITAS E FINANÇAS**			
06.001.04.129.0003.2011			**DESENVOVER A POLÍTICA TRIBUTÁRIA**	
	3.3.90.93.00.00	1816	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1,00
	3.3.90.93.00.00	1821	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	900,00
	3.3.90.93.00.00	1822	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10,00
	3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00
08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**			
08.005	**DIVISÃO DO ESPORTE E LAZER**			
08.005.27.812.0013.2022			**DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER**	
	3.3.90.30.00.00	1556	MATERIAL DE CONSUMO	150,00
Total das Suplementações				**R$ 11.061,00**

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito suplementar, fica indicado o provável excesso de arrecadação:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE	VALOR
– 4.1.3.2.1.00.1.1.01.64 - Rendimentos de Aplicação – Lei Pelé 9.615/98	556	150,00
– 4.1.3.2.1.00.1.1.01.74 - Rendimentos de Aplicação – CV 163/2017	816	1,00
– 4.1.3.2.1.00.1.1.01.83 - Rendimentos de Aplicação – CV 821/2018	821	900,00
– 4.1.3.2.1.00.1.1.01.84 - Rendimentos de Aplicação – CV 822/2018	822	10,00
– 4.1.6.1.0.01.1.1.00.00 – Serv. Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	000	10.000,00
Total do Excesso de Arrecadação		**R$ 11.061,00**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

LEI Nº 586/2019

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB e o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Paranapoema, com fundamento na Lei Federal n°. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final dos resíduos doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para a disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e alterações, de seus regulamentos e da legislação estadual.

Art. 4º Não constitui serviço público de saneamento a ação executada por meio de projetos e atividades individuais e específicas, desde que o usuário não dependa da intervenção direta do poder público para operar os serviços, bem como as atividades e obras de saneamento básico de responsabilidade privada, previstas em lei ou normas regulamentadoras incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais, de serviços e afins, cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuição do gerador, será considerado resíduo sólido urbano.

SEÇÃO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 6º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência econômica e sustentabilidade;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando o orçamento plurianual, a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II
DO INTERESSE LOCAL

Art. 7º Para o cumprimento do disposto no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que concerne ao saneamento básico, consideram-se como de interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas, e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e rurais e do Poder Público às imposições do equilíbrio ambiental;

III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais;

IV - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico, que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;

V - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;

VI - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental;

VII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras;

VIII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental na esfera municipal, estadual e federal, no que couber;

IX - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

X - a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo, assim como o monitoramento de sua qualidade;

XI - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;

XII - o tratamento e/ou reaproveitamento de efluentes gerados por quaisquer atividades;

XIII - a drenagem e a destinação final das águas;

XIV - o cumprimento e criação de normas que regulem a manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;

XV - a conservação e recuperação dos rios, córregos, matas ciliares e áreas florestadas;

XVI - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;

XVII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

Art. 8º No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do lixo orgânico doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos, poda de árvores e rejeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente, como: pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser depositados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas do órgão ambiental responsável.

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I deste artigo é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município quando a produção semanal do gerador não ultrapassar quantidade determinada pelo órgão responsável.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III deste artigo, são de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da construção civil, da poda de árvores e manutenção de jardins, até determinada quantidade estipulada pelo órgão responsável, produzido a cada 30 (trinta) dias por unidade geradora, e os objetos volumosos poderão ser encaminhados às estações de depósitos (ecopontos) indicados pela Prefeitura ou recolhido por esta nos locais geradores, conforme definição da Administração.

§ 4º Os resíduos da construção civil e de poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não ultrapassarem a 30 (trinta) quilos e dimensões de até 40 (quarenta) centímetros, e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 5º Constitui infração grave a não separação dos resíduos recicláveis nas áreas ou nas atividades determinadas pelo Poder Público Municipal.

§ 6º A deposição de qualquer espécie de resíduo gerado em outro município, no Município de Paranapoema, necessita de prévia autorização deste.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico de Paranapoema contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 10. O Sistema Municipal de Saneameno Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbieto das respectivas competências, atribuições, prerrogaticas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 11. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

SEÇÃO II
DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 12. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado a articular, integrar e coordenar os recursos naturais, tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 13. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de até 20 anos e será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

Art. 14. Este Plano e sua implementação ficam sujeitos a contínuo acompanhamento e adaptação às circunstâncias emergentes, e será avaliado anualmente.

Art. 15. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população por meio da Conferência Municipal de Saneamento Básico e do Conselho Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a ampla divulgação de seus resultados.

§ 1º A divulgação das propostas de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores.

§ 2º As revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico deverão ser aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 3º Aprovadas as revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, deverá o Chefe do Poder Executivo remetê-las em forma de projeto de lei ao Poder Legislativo para sua conversão em lei.

Art. 16. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

SEÇÃO III
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 17. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, responsável pela revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como pela avaliação da Política Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A primeira Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada pelo Chefe do Poder Executivo em até 01 (um) ano após a publicação desta Lei, e as demais a cada período máximo de 4 (quatro) anos, por convocação do Conselho Municipal de Saneamento Básico ou do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO IV
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 18. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão consultivo e deliberativo da administração municipal, conforme dispõe esta Lei.

Art. 19. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar seu regimento interno;

II - articular discussões para a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;

IV - emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V - acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município;

VI - emitir pareceres sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta lei;

VIII - discutir sobre especificidades não previstas na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - Deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas de saneamento básico financiados com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

X - Convocar, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo, a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Art. 20. O Conselho será composto de 10 (dez) membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução, sendo o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos membro nato, e os demais, nomeados por decreto do Prefeito, da seguinte forma:

I - quatro representantes do governo municipal, sendo indicados:
a) um pelo Conselho Municipal de Saúde;
b) um pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente;
c) um pela Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;
d) um pelas empresas prestadoras de serviços de saneamento ao Município.

II - um membro indicado por Organizações não-governamentais;

III - dois membros indicados por entidades de representação profissional;

IV - dois membros indicados pelas associações de moradores.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

§ 3º As reuniões do Conselho serão públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º O Conselho será presidido pelo titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, órgão responsável pela implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, e as deliberações deverão ser aprovadas por voto da maioria, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 21. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas relevantes na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

SEÇÃO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB

Art. 22. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB.

Art. 23. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos ou imposição de multas;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores recebidos a fundo perdido;

V - quaisquer outros recursos destinados ao Fundo.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos, somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 24. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

§ 1º Os procedimentos contábeis do FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

§ 2º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

SEÇÃO VI
SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO

Art. 25. Fica instituído o Sistema de Informações Municipais de Saneamento – SIMS, com os seguintes objetivos:

I - coletar e sistematizar os dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico;

IV - assegurar à população o direito de acesso às informações municipais de saneamento básico;

V - dar publicidade às ações de saneamento básico e divulgar as informações de interesse público;

VI - dar transparência às ações em saneamento básico;

VII - servir como mecanismo de controle social da administração pública.

§ 1º As informações do SIMS são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado em cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei.

§ 3º O Município poderá solicitar cooperação técnica à União para organização do SIMS.

§ 4º Para atender o disposto neste artigo, o município poderá adotar o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

Art. 26. Fica instituído o controle social, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. O controle social se dará através de mecanismos de tomada de decisão de forma participativa, mediante a participação e o envolvimento da comunidade, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades político administrativas de órgãos colegiados, especialmente nas Conferências Municipais e no Conselho Municipal de Saneamento Básico, na avaliação da política municipal de saneamento básico, bem como na sua revisão.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 27. A Política Municipal de Saneamento Básico de Paranapoema será coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Agricultura Sustentável e Abastecimento e distribuída de forma transdisciplinar por todas as secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO V
DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 28. Os serviços básicos de saneamento de que trata o art. 2º desta Lei poderão ser executados:

I - de forma direta pelo Município ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direta e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei Federal nº. 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a Administração Municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior, os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios desde que se limite a:

a) determinado condomínio;
b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda ou não, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários.

§ 3º Na autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 29. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico;

I - a existência prévia de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

II - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade ou órgão de regulação e de fiscalização;

III - a realização prévia de audiência e de consultas públicas sobre o edital e minuta do contrato, no caso de concessão.

Art. 30. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso II do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:
a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação, de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no art. 10 desta Lei poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 31. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de 01 (um) prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. Na regulação deverá ser definido, pelos menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas ao inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de 01 (um) Município.

Art. 32. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o art. anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições recíprocas de fornecimento e de acesso à atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VI - as hipóteses de extinção, inadmitidas as alterações e a rescisões administrativas unilaterais;

VII - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

VIII - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO REGIONALIZADA EM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 33. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico, caracterizada por:

I - 01 (um) único prestador do serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o *caput* deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 34. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal;

II - empresa a que se tenha concedido os serviços.

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

CAPÍTULO VII
DA REGULAÇÃO E CONTROLE

Art. 35. O exercício da função de regular não poderá ser exercido por quem presta o serviço e atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira do órgão regulador;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 36. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzem à eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 37. O órgão ou entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas previstas neste artigo deverão fixar prazos para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º O órgão ou entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 38. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou prestação.

Art. 39. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão fornecer ao órgão ou entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Inclui-se entre os dados e informações a que se refere o *caput* deste artigo, aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação, a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 40. Deve ser dada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no *caput* deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade a que se refere o *caput* deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de *site* na *internet*.

Art. 41. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO VIII
DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 42. Os serviços de saneamento básico de que trata esta Lei terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgoto sanitário: por tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos urbanos: por taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

§ 1º Na instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico serão observadas as seguintes diretrizes:

a) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
b) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, visando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
c) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
d) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
e) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
f) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
g) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º O Município poderá adotar subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 43. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 44. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 45. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - consumo de água do domicílio.

Art. 46. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 47. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários, custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/1995.

Art. 48. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 49. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços, prevista nos incisos III e V deste artigo, será precedida de aviso ao usuário, sendo este emitido em prazo não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social, deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 50. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 51. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

**§

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA ESTADO DO PARANÁ

RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2019

Processo nº 91/2019

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria de Saúde, Administração e Assistência Social, considerando a oportunidade e conveniência de promover **a contratação de Empresa para a prestação de serviços gravação e divulgação de anúncios, considerando** a cotação de preços constante nos autos, e **considerando** que a contratação, pela sua natureza e valor, não é parcela de nenhuma outra que possa ser realizada conjunta e concomitantemente e que, no somatório total, ultrapasse o limite previsto para dispensa de licitação estabelecido na Lei Federal nº **8.666/93**, razão pela qual se justifica a formalização da presente dispensa, conforme certidão constante nos autos, **DISPENSO A LICITAÇÃO** com fundamento no **artigo 24**, *caput*, II da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais) em favor **JHONATHAN ELISIARIO DOS SANTOS 057305822944, CNPJ: 13.782.088/0001-92**

Fica a dispensa devidamente **RATIFICADA e APROVADA** em todos os seus termos e atos.

Publique-se o presente ato de dispensa.

Florida, 11 de junho de 2019.

MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - F

Art. 1º - A Prefeita Municipal de Flórida-PR, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado preliminar das provas (escritas objetivas + prática + títulos), referente ao Concurso Público aberto através do Edital Nº 001/2019, conforme segue:

AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	INF.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
381997	MARINA LOPES SILVA	29/08/1995	45,0	20,0	25,0	90,0	1.
387205	RODRIGO GOBETTI	29/03/1991	35,0	25,0	25,0	85,0	2.
382091	BRUNA CAROLINE TOWS DA SILVA	17/09/1994	45,0	15,0	15,0	75,0	3.
387343	LUCAS ADÃO BENGOZI	20/10/1992	30,0	25,0	20,0	75,0	4.
387249	THIAGO FONTES DOMINGUES	04/04/1991	25,0	25,0	25,0	75,0	5.
382265	LUIS EDUARDO CESNIK CARDOSO	15/03/1999	35,0	20,0	15,0	70,0	6.
381977	FERNANDA DALLAGO BARBOSA	06/05/2000	35,0	20,0	15,0	70,0	7.
387224	LUCINÉIA FERREIRA DA COSTA	21/10/1986	30,0	20,0	20,0	70,0	8.
386432	BRUNO TEIXEIRA BARBOSA	05/08/1988	30,0	20,0	20,0	70,0	9.
382180	WELITON RODRIGUES MESQUITA	04/10/1992	30,0	20,0	20,0	70,0	10.
386913	LEANDRO HITOSHI MIYAKUNI DE MELO	22/01/1994	30,0	20,0	20,0	70,0	11.
382261	DALILA MARIANA NEGRI	19/06/1987	30,0	15,0	25,0	70,0	12.
386461	TAMIRES VILLAS BOAS CUSTODIO	08/11/1995	25,0	25,0	20,0	70,0	13.
382624	DENIUS HENRIQUE SEMPREBON	22/07/1983	25,0	20,0	25,0	70,0	14.
386169	FABIO CESAR SHIGUEOKA SAMEZIMA	01/09/1989	40,0	5,0	20,0	65,0	15.
387314	MICHAEL CARDOSO VENTURA	21/03/1999	35,0	20,0	10,0	65,0	16.
384396	JEFFERSON ALMEIDA NOGUEIRA	09/08/1990	25,0	25,0	15,0	65,0	17.
384472	BRUNO CESAR MARTINS FERREIRA	10/05/1996	20,0	20,0	25,0	65,0	18.
382121	DANIELE CRISTINA DE CARVALHO	09/01/1993	30,0	15,0	15,0	60,0	19.
384290	ELAINE TERUMI KAMIYA	03/11/1982	25,0	20,0	15,0	60,0	20.
387097	DANIELE DO NASCIMENTO PIZA CORREIA	21/05/1990	25,0	20,0	15,0	60,0	21.
386489	ALINE MACHADO FERREIRA	26/01/1991	25,0	20,0	15,0	60,0	22.
383118	GIOVANI ANTONIO ZANOLI	21/06/1996	25,0	20,0	15,0	60,0	23.
386784	SOLANGE CIAVOLELA	28/02/1971	25,0	15,0	20,0	60,0	24.
386828	ADEMAR VALERIO PADOVAN JUNIOR	18/12/1980	25,0	15,0	20,0	60,0	25.
386630	LEONARDO FUCCIO CANDIOTO	05/08/1995	25,0	15,0	20,0	60,0	26.
385290	ELIJAN FELIPE TEIXEIRA DE CARVALHO	09/03/1999	25,0	15,0	20,0	60,0	27.
386594	LARA SOPHIA LAVAGNOLI DOS SANTOS	11/04/2000	25,0	15,0	20,0	60,0	28.
387112	LEANDRO AUGUSTO AMARAL BEDIN	23/11/1991	20,0	20,0	20,0	60,0	29.
381976	LAUYZE DALL	13/01/1992	20,0	20,0	20,0	60,0	30.
382154	ISABELLA NUNES DE MORAIS	11/11/1993	15,0	20,0	25,0	60,0	31.
387144	LARISSA CRISTINA DE OLIVEIRA	03/04/1995	35,0	15,0	5,0	55,0	32.
382498	LUCILENE MELLO FRANCHIN	14/03/1988	30,0	15,0	10,0	55,0	33.
382114	FERNANDA APARECIDA PONZIO DE BARROS	04/01/1990	30,0	15,0	10,0	55,0	34.
382148	DULCICLER NELO MARIANO	29/08/1976	30,0	10,0	15,0	55,0	35.
382419	FERNANDA LETICIA BOLONHA	22/07/1994	25,0	20,0	10,0	55,0	36.
382582	NICOLY DA SILVA ALMEIDA ZANOLLI	10/03/2000	25,0	20,0	10,0	55,0	37.
382536	LAÍS GABRIELA DUTRA SCHUSTER	17/08/2000	25,0	20,0	10,0	55,0	38.
386531	CARLOS ROBERTO DA SILVA	12/05/1992	25,0	15,0	15,0	55,0	39.
387142	ESTER SILVA DE PAULA	10/02/1985	25,0	10,0	20,0	55,0	40.
387015	ANA CLAUDIA TAMBORLIM DE ALMEIDA	20/11/1996	20,0	25,0	10,0	55,0	41.
384757	JULIANA MOLINA	31/07/1971	20,0	20,0	15,0	55,0	42.
386606	ISABELA MILANI EGEA	16/12/1995	20,0	20,0	15,0	55,0	43.
387250	LARISSA DA SILVA VILAS BOAS	13/06/1998	20,0	20,0	15,0	55,0	44.
386737	ALINE DOS SANTOS	14/10/1996	30,0	15,0	5,0	50,0	45.
382327	WELLINGTON JULIANO GIOCONDO	30/10/1987	30,0	10,0	10,0	50,0	46.
386271	CAIQUE JOSÉ MIGLIORINI DA SILVA	27/08/1993	25,0	20,0	5,0	50,0	47.
384543	JOAO CORNELIO DE SOUZA JUNIOR	29/12/1993	25,0	15,0	10,0	50,0	48.
386599	LEONARA FERREIRA	11/05/1991	25,0	10,0	15,0	50,0	49.
385852	DOUGLAS LORRAN DOMINGUES	12/10/1992	25,0	5,0	20,0	50,0	50.
382131	LUCILENE APARECIDA MASTRO DE OLIVEIRA	08/09/1984	20,0	20,0	10,0	50,0	51.
384663	KAREN MOLINA RIOS	16/08/1992	20,0	20,0	10,0	50,0	52.
382347	LUCAS HULALA NASCIMENTO	01/09/1996	15,0	20,0	15,0	50,0	53.
385384	VINICIUS DE ALMEIDA CARDOSO	18/09/1998	15,0	15,0	20,0	50,0	54.
382256	GABRIELA FERNANDA RODRIGUES	05/08/1999	15,0	15,0	20,0	50,0	55.
382105	JOICE FERNANDEZ SATM	17/12/1982	25,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
384816	MARIA CRISTINA DE AMORIN CRISPIM	17/02/2000	20,0	20,0	5,0	45,0	Não aprovado
385621	GLÁUCIA SOUZA JANUÁRIO PALHARES	02/09/1983	20,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
382676	PATRICIA MEDEIROS AGUETONI	17/02/1988	20,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
386917	CESAR AUGUSTO BOSSO	27/02/1991	20,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
384365	ALISON DE PAIVA LEONI	11/06/1993	20,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
385545	JOSIANE AMORIN SACO BEGNOSSI	19/08/1993	20,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
386911	SOLANGE APARECIDA DALERMO	26/06/1982	20,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
386850	MARIA LUIZA BEGNOSSI	21/09/1983	20,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
387153	LARIZA LUIZA DOS SANTOS FIORI	30/09/1992	20,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
383541	JAIRO GENARO JUNIOR	23/08/1979	15,0	20,0	10,0	45,0	Não aprovado
385701	VANIA REGINA TISSEI	10/09/1981	15,0	20,0	10,0	45,0	Não aprovado
387274	GISLAINE PEDRO COELHO ESTRINGARE	15/10/1973	15,0	15,0	15,0	45,0	Não aprovado
386837	ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS	27/12/1994	15,0	15,0	15,0	45,0	Não aprovado
386910	LUCAS BOTURA RIBEIRO	18/02/1993	15,0	15,0	20,0	45,0	Não aprovado
387322	JAQUELINE TRASSI	02/10/1994	10,0	20,0	15,0	45,0	Não aprovado
387037	CAROLAINE SILVA DOS SANTOS	14/07/1997	10,0	15,0	20,0	45,0	Não aprovado
382011	CEILA DE ALMEIDA DOS SANTOS	12/09/1987	30,0	5,0	5,0	40,0	Não aprovado
383596	SABRINA DE OLIVEIRA BUENO SVERZUT	30/06/1989	30,0	5,0	5,0	40,0	Não aprovado
387116	IARA CRISTIANE FERREIRA	05/10/1994	20,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
382463	SERGIO LUAN TORRECIJA	28/03/1995	20,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
386994	KAUANI BEATRIZ DE CARVALHO	05/07/2001	15,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
382407	PAMELA BORO MINERVINO	21/03/1990	15,0	10,0	15,0	40,0	Não aprovado
387375	JOSINEI DA ROCHA	17/05/1987	10,0	15,0	15,0	40,0	Não aprovado
387245	NATAN DA SILVA ELIAS	03/02/1998	10,0	15,0	15,0	40,0	Não aprovado
382142	LUIZ OTAVIO PICHINIM	11/05/1991	25,0	5,0	5,0	35,0	Não aprovado
384777	MARCIA SIMONE HORTENSI	23/03/1971	20,0	15,0	0,0	35,0	Não aprovado
387276	MARCILIO TOLEDO LOPES	22/07/1963	20,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
383779	CLAUDINEIA LOURENÇO CARVALHAIS	02/05/1988	20,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
383544	ALINE ALVES DA SILVA	20/10/1991	15,0	15,0	5,0	35,0	Não aprovado
386887	FRANCISCO GONÇALVES ROZAS NETO	27/03/1996	15,0	10,0	10,0	35,0	Não aprovado
382455	ELAINE GOMES DE LIMA	08/02/1980	10,0	15,0	10,0	35,0	Não aprovado
385490	EMANUELE DOS SANTOS BERGAMO	11/07/1994	10,0	15,0	10,0	35,0	Não aprovado
386929	JUAN MATTHAEUS DE OLIVEIRA DUTRA FONSECA	11/08/2000	10,0	15,0	10,0	35,0	Não aprovado
386836	NATÂNIA GALANTI RAYMUNDO LOPES	15/01/1991	15,0	10,0	5,0	30,0	Não aprovado
382643	JOSIMARA OLIVEIRA SILVA	10/04/1988	10,0	15,0	5,0	30,0	Não aprovado
386308	VIVIANE ESPARAPAM DA SILVA	23/10/1994	10,0	10,0	10,0	30,0	Não aprovado
382027	FLAVIELE FERNANDA ALVES VICHETTI DE OLIVEIRA	15/04/1993	10,0	15,0	0,0	25,0	Não aprovado
386321	ÁBIDA MENDES GREGÓRIO	29/01/1990	---	---	---	N/C	Desclassificado
386579	ALANA DA SILVA PEDROSO	27/06/1996	---	---	---	N/C	Desclassificado
384404	BRUNA NATÁLIA BARBOSA JORGE	13/01/2001	---	---	---	N/C	Desclassificado
387168	CLAUDIA MARCELA MINUCCI	09/05/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
387255	FERNANDA EDUARDA DA SILVA	20/06/1996	---	---	---	N/C	Desclassificado
386541	GERSON LINZMAYER	06/10/1986	---	---	---	N/C	Desclassificado
382046	HELOISA SARAIVA GONDOLFO	20/05/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
387378	JAQUELINE DOMINGOS	01/07/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
386678	JAQUELINE FELIX DE CARVALHO	18/12/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
382422	JULIANO RIBEIRO DE LIMA	31/01/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
382671	KELLY APARECIDA URCI BARBOZA	16/10/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
386770	LEANDRA FERNANDES DIAS	28/02/1991	---	---	---	N/C	Desclassificado
385488	LETICIA DANIELE BOSSO	27/06/1997	---	---	---	N/C	Desclassificado
383190	LUCAS FERNANDO PEREIRA DE PAULA	25/03/1982	---	---	---	N/C	Desclassificado
387263	LUCIANA RODRIGUES RAMOS	04/12/1976	---	---	---	N/C	Desclassificado
385785	MARIÂNGELA DA SILVA RIBEIRO MARTINS	05/06/1981	---	---	---	N/C	Desclassificado
382033	THAMARA BERGAMO CONTINI	28/09/1993	---	---	---	N/C	Desclassificado
386281	VERGILIO FERREIRA RODRIGUES	18/09/1978	---	---	---	N/C	Desclassificado
385977	WESLEY MARCEL FERRACIN CASARE	10/10/1995	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	MAT.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
386581	SONIA CRISTINA FERREIRA DA SILVA DIAS	15/04/1968	15,0	20,0	15,0	25,0	75,0	1.
386832	ARIANE SOUZA SILVA	11/12/1990	15,0	15,0	25,0	20,0	75,0	2.
386884	CLEVENICE APARECIDA BENHOZZI PIOVISAN	28/01/1974	20,0	20,0	15,0	15,0	70,0	3.
386666	HELOISE ESPERANÇA VIANA	20/02/1994	10,0	15,0	20,0	20,0	65,0	4.
384946	CLARICE DE SOUZA ROCHA DOS REIS	14/12/1997	10,0	15,0	20,0	20,0	65,0	5.
382016	ANA CLAUDIA ZANOLI	07/04/1989	10,0	20,0	10,0	20,0	60,0	6.
387115	GLAUCIA DANIELI BEGNOSSI	25/04/1985	5,0	20,0	15,0	20,0	60,0	7.
385809	ANDREA SOUZA SANTOS ASSIS	10/10/1986	5,0	25,0	10,0	20,0	60,0	8.
384956	CREONICE GOMES ROCHA	10/09/1983	10,0	15,0	20,0	15,0	60,0	9.
383051	MARINA FERREIRA DOS SANTOS MASSINI	05/09/1984	10,0	20,0	15,0	15,0	60,0	10.
386935	MARIA INES RUAS PEREIRA	13/07/1985	15,0	10,0	25,0	10,0	60,0	11.
386852	BRUNA NATÁLIA BARBOSA JORGE	13/01/2001	15,0	5,0	15,0	20,0	55,0	12.
386472	MARILZA MARTINS DOS SANTOS	10/11/1963	15,0	15,0	5,0	20,0	55,0	13.
385417	PAULA ROBERTA STORTTE	08/06/1988	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	14.
384584	ADRIELLY GONÇALVES DA SILVA PICHINIM	21/09/1999	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	15.
386769	CLAUDINEIA FERREIRA DA SILVA	05/03/1983	5,0	20,0	15,0	10,0	50,0	16.
386676	BARBARA SOUZA DOS SANTOS	30/01/1994	10,0	5,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
384286	VANIA CRISTINA MARMENTINI LOPES	04/10/1978	10,0	10,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
386610	GRAZILLY FERNANDES RODRIGUES	15/11/1988	10,0	10,0	10,0	15,0	45,0	Não aprovado
387337	NATANI APARECIDA SANTANA CARDOSO	22/06/1996	0,0	15,0	20,0	10,0	45,0	Não aprovado
386904	AMANDA LEINIERI DOS SANTOS CAMBIAGHI	30/07/1986	10,0	10,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
382680	FABIANA APARECIDA SALES	12/10/1983	5,0	15,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
383228	JANAINA VALERIO DOS SANTOS	01/01/1990	5,0	15,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
382719	BIANCA MESQUITA STORTTE	29/11/1993	10,0	10,0	10,0	5,0	35,0	Não aprovado
382473	CAROLAYNE BOGÊA DE CARVALHO	15/05/1997	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
382451	RUTE IGNACIO	12/04/1982	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
387269	VANDERLEIA MARIA DA SILVA BENEDICTO	24/02/1966	15,0	5,0	15,0	25,0	60,0	1.
387008	ANI KAROLINI DE CARVALHO	05/07/2001	15,0	10,0	10,0	20,0	55,0	2.
387197	ELISÂNGELA GOMES DE SOUZA BRAGA	29/11/1980	15,0	15,0	0,0	25,0	55,0	3.
385403	DÉBORA FERNANDA DE CARVALHO MORENO	01/03/1986	15,0	5,0	15,0	15,0	50,0	4.
382122	SONIA CRISTINA FERREIRA DA SILVA DIAS	15/04/1968	10,0	15,0	15,0	10,0	50,0	5.
386861	KELLY APARECIDA MALICE	02/12/1978	15,0	10,0	10,0	15,0	50,0	6.
386905	CRISTIANE RODRIGUES SOARES	09/05/1992	20,0	10,0	5,0	15,0	50,0	7.
385537	GESSICA SILVA DOS SANTOS DE PAIVA	20/03/1993	10,0	5,0	25,0	5,0	45,0	Não aprovado
386740	SONAIRA CRISTIN DOS SANTOS BARBOSA	25/04/1984	10,0	0,0	20,0	15,0	45,0	Não aprovado
385830	ALINE CRISTINA NEGRAO TORCANO	12/07/1988	10,0	10,0	15,0	10,0	45,0	Não aprovado
385132	YARA LIMA DE SOUZA	06/04/1999	5,0	5,0	15,0	20,0	45,0	Não aprovado
383023	ANGÉLICA OLIVEIRA ARCANJO	25/06/1988	10,0	15,0	10,0	10,0	45,0	Não aprovado
382149	DULCICLER NELO MARIANO	29/08/1976	10,0	5,0	10,0	20,0	45,0	Não aprovado
386484	JOÃO HENRIQUE BALICKIS GIROLDO	02/10/1984	15,0	0,0	10,0	15,0	40,0	Não aprovado
385222	LUCIELE ARIANE DA CRUZ DALOÇO	27/10/1993	10,0	10,0	10,0	10,0	40,0	Não aprovado
382307	JOSIANE FERREIRA LEITE	19/09/1989	10,0	5,0	10,0	15,0	40,0	Não aprovado
387001	SOLANGE PEREIRA	05/01/1984	5,0	20,0	10,0	5,0	40,0	Não aprovado
387106	GLAUCIA DANIELI BEGNOSSI	25/04/1985	5,0	5,0	10,0	20,0	40,0	Não aprovado
386352	MARCELO APARECIDO MAESTRO	28/10/1977	15,0	5,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
382691	RENATA MOREIRA DOS SANTOS ALMEIDA	10/11/1979	15,0	5,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
382848	GESSICA DOS SANTOS OLIVEIRA	10/12/1993	15,0	5,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
382012	RAIANA LEITE CRUZ	02/02/1998	10,0	10,0	5,0	15,0	40,0	Não aprovado
386480	GIZELI MACEDO	02/09/1990	10,0	5,0	5,0	20,0	40,0	Não aprovado
387314	IARA CRISTIANE FERREIRA	05/10/1994	15,0	15,0	0,0	15,0	40,0	Não aprovado
382118	MARIA MARTA IGNÁCIO FERREIRA	08/07/1980	5,0	5,0	10,0	15,0	35,0	Não aprovado
383546	ALINE ALVES DA SILVA	20/10/1991	5,0	5,0	10,0	15,0	35,0	Não aprovado
382037	AMÁBILE ALINE CARRILHO CORREIA	12/10/1992	5,0	0,0	10,0	20,0	35,0	Não aprovado
382082	CINTIA GABRIELE DA SILVA BERNUCI	04/12/1993	15,0	5,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
386864	LUIZ CARLOS DA SILVA	12/01/1976	10,0	10,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
382678	MILENA DOS SANTOS NOGUEIRA CAIADO	04/12/1990	10,0	10,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
386403	SÂMILA CHAGAS SANTANA	23/06/1995	10,0	10,0	5,0	10,0	35,0	Não aprovado
386774	ROSELEI APARECIDA BARBOSA	29/05/1980	20,0	0,0	0,0	15,0	35,0	Não aprovado
386981	ROSANA DA SILVA DE JESUS EGEA	21/07/1993	10,0	0,0	10,0	10,0	30,0	Não aprovado
386783	IRMA GOMES DOS SANTOS	25/02/1968	5,0	5,0	10,0	10,0	30,0	Não aprovado
386525	CAMILA DA SILVA SANTIAGO	14/06/2000	10,0	0,0	5,0	15,0	30,0	Não aprovado
382283	FABIANA TOME PESSOA	10/03/1983	10,0	0,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
386877	MÁRCIA RIJAS PEREIRA	28/09/1972	5,0	5,0	10,0	5,0	25,0	Não aprovado
387076	PATRICIA MÔNICA MOTA GOMES	05/02/1999	5,0	0,0	10,0	10,0	25,0	Não aprovado
386880	ELIZANGELA OLIVEIRA LEITE	04/04/1981	5,0	5,0	5,0	10,0	25,0	Não aprovado
382465	JESSICA DIONISIO PAULINO	10/05/1995	5,0	0,0	10,0	5,0	20,0	Não aprovado
382686	FABIANA APARECIDA SALES	12/10/1983	5,0	5,0	5,0	0,0	15,0	Não aprovado
382633	CARLA CRISTINA DA SILVA	22/12/1984	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
383783	JOSENILDA DA SILVA SANTOS	13/03/1981	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
384400	LUCAS ANSELMO MARANGONI DA COSTA	10/07/1995	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
382449	RUTE IGNACIO	12/04/1982	---	---	---	---	N/C	Desclassificado
384438	THAYLA VICHETTI RIBEIRO	29/04/2000	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.E.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
383117	GIOVANI ANTONIO ZANOLI	21/06/1996	15,0	15,0	15,0	20,0	65,0	1.
382854	DANIEL DOS REIS SARAMELA	10/11/1999	20,0	5,0	15,0	15,0	55,0	2.
387381	JAQUELINE DOMINGOS	01/07/1993	10,0	5,0	15,0	15,0	45,0	Não aprovado
385173	BRENDA ALANA DE OLIVEIRA CARVALHO	28/07/1994	15,0	10,0	15,0	0,0	40,0	Não aprovado
383376	JANAINA VALERIO DOS SANTOS	01/01/1990	10,0	5,0	15,0	10,0	40,0	Não aprovado
387157	BRENO CRIPPA VIEIRA	18/09/2000	5,0	0,0	10,0	20,0	35,0	Não aprovado
387201	LUCIA BARBOSA	15/11/1964	---	---	---	---	N/C	Desclassificado

AGENTE OPERACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	MAT.	C.G.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
386614	GRAZILLY FERNANDES RODRIGUES	15/11/1988	50,0	20,0	20,0	90,0	1.
387302	ADEMIR DE SOUZA DE OLIVEIRA	28/04/1983	35,0	25,0	25,0	85,0	2.
387039	ALINE FRANCISCO	07/07/1990	40,0	25,0	15,0	80,0	3.
384953	CREONICE GOMES ROCHA	10/09/1983	40,0	25,0	10,0	75,0	4.
382225	DAYANA CRISTINA DA SILVEIRA	07/02/1990	40,0	20,0	10,0	70,0	5.
382143	PATRÍCIA SANTANA SANTOS	24/04/1988	35,0	15,0	20,0	70,0	6.
382229	JULIANO LUIZ RIBEIRO	17/03/1987	25,0	25,0	20,0	70,0	7.
386584	DANILO RIBEIRO PRADO ALVES	10/10/1991	20,0	25,0	25,0	70,0	8.
383035	PATRICIA SOUZA SANTOS	18/11/1988	45,0	15,0	5,0	65,0	9.
385820	MICHELI SOUZA SANTOS	19/08/1991	40,0	15,0	10,0	65,0	10.
384193	MARIENE KARINA TOLEDO BATISTA DE CARVALHO	29/03/1995	40,0	10,0	15,0	65,0	11.
382620	TAIS REGINA SILVEIRA	25/03/1988	30,0	20,0	15,0	65,0	12.
385366	DURCILEI ROBERTO FRANÇA	05/11/1993	30,0	20,0	15,0	65,0	13.
382040	SANDRA SANTOS DE PAULA	12/04/1984	30,0	15,0	20,0	65,0	14.
386534	AQUILINO KEVER RAMOS	11/06/1976	25,0	25,0	15,0	65,0	15.
385457	ADRIANA FARIA BORGO	03/07/1977	25,0	20,0	20,0	65,0	16.
385425	PAULA ROBERTA STORTTE	08/06/1988	25,0	25,0	10,0	60,0	17.
385151	LIANA GODOY	09/03/1980	25,0	20,0	15,0	60,0	18.
382212	RODRIGO SILVA	25/03/1989	25,0	20,0	15,0	60,0	19.
385784	MARIA CLAUDIA MODENES LEITE	27/01/1978	20,0	20,0	20,0	60,0	20.
384721	VERA LUCIA DA SILVA	07/04/1971	25,0	15,0	10,0	50,0	21.
384755	JANAINA OLIVEIRA DA SILVA	05/12/1994	25,0	15,0	10,0	50,0	22.
382457	MARIA VERONISSE DE SOUZA MARTINS	06/06/2000	25,0	15,0	10,0	50,0	23.
385272	VALNER ALVES DE JESUS	17/01/1989	20,0	15,0	15,0	50,0	24.
382284	WALTER ALVES	25/01/1962	20,0	10,0	20,0	50,0	25.
382408	JULIO CÉSAR DA SILVA	12/06/1990	30,0	0,0	15,0	45,0	Não aprovado
384779	JAQUELINE FERREIRA DO NASCIMENTO JORGE	05/08/1996	25,0	15,0	5,0	45,0	Não aprovado
386903	DOUGLAS APARECIDO SOUSA DOS SANTOS	10/05/2000	15,0	20,0	10,0	45,0	Não aprovado
383793	ROSEMEIRE RODRIGUES DE LUNA SILVA	01/08/1983	25,0	5,0	5,0	35,0	Não aprovado
383725	PAULA MARCELA DE LIMA	29/09/1982	20,0	0,0	15

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Exercício: 2019

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo n°5 Termo do contrato nº.80/2017, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS PARA ATENDIMENTOS AOS MÉDIOS E PEQUENOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO. decorrente de Pregão n° 47/2017, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a THOMAZELLA SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob nº. 26.112.303/0001-90. aditivam o contrato na importância de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Jardim Olinda 04 de junho de 2019.

Lucimar de Souza Morais
PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 031/2018-PMSF

I. OBJETO: Registro de preços para aquisição de **MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA - PARANÁ**, conforme quantidades e especificações do Anexo 01 que é parte integrante do presente edital.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: dia **01 de julho de 2019**, das 08h15min às 08h45min, no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.
III. REALIZAÇÃO: Dia **01 de julho de 2019** às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy 717.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: tipo "menor preço por Lote"
Demais informações pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br.

Santa Fé, 11 de junho de 2019.

Rodrigo Camurra
Pregoeiro Municipal

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
CONVENIADO COM A F. N. S. - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PRAÇA SANTA CRUZ, 300 - Centro - Fone (44) 3243-1901 CEP 87190 – 000
CNPJ - 04.301.515/0001-82 SÃO JORGE DO IVAI - ESTADO DO PARANA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2018

CONTRATANTE: SAMAE -SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: **AGROPECUÁRIA E IMOBILIARIA PANTANEIRA LTDA**

OBJETO: **Locação de Imóvel Barracão em Alvenaria, localizada na Praça Santa Cruz, nº 300, lote 01 e 02, quadra 12, em São Jorge do Ivaí -Paraná, com área total de 671,90m².**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

40.01.17.512.0100.2.301	Manutenção dos Serviços Adm. Samae
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II, b, da lei de numero 8.666/93.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 04/2018.
VALOR MENSAL: R$ 1,822,25 (um mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).
VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de Junho de 2019.
DATA: 28/05/2019.

JOSE QUIRINO DOS SANTOS
Diretor SAMAE

REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03 /2019

O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, 300, em São Jorge do Ivaí – Paraná, comunica aos interessados que encontra-se aberta a Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 03/2019, para formação de **REGISTRO DE PREÇOS visando eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível "Gasolina" direto da bomba para atender toda a demanda de veículos oficiais do Samae, conforme especificações e quantidades constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.** Edital de Pregão Presencial nº 03/2019 completo encontra-se à disposição dos interessados no site: ***www.pmsjival.pr.gov.br***, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883-94 e 9.648/98, e Lei Federal nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e alterações subsequentes. Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial: até as 08h 15min do dia 26 de Junho de 2019. Horário da abertura dos envelopes: às 08:30 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí/PR, 10 de junho de 2019.

JOSÉ QUIRINO DOS SANTOS
Diretor SAMAE

REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019

O SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, 300, em São Jorge do Ivaí – Paraná, comunica aos interessados que encontra-se aberta a Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 02/2019, para formação de **REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais aquisições de materiais de construção e manutenção que serão utilizados nos diversos bens públicos desta Autarquia, conforme condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.** Edital de Pregão Presencial nº 02/2019 completo encontra-se à disposição dos interessados no site: ***www.pmsjival.pr.gov.br***, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883-94 e 9.648/98, e Lei Federal nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e alterações subsequentes. Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial: até as 09:h 00min do dia **26 de junho de 2019.** Horário da abertura dos envelopes: às 09:30 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí/PR, 10 de junho de 2019.

JOSÉ QUIRINO DOS SANTOS
Diretor SAMAE

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 55/2019

Art. 1º - O Presidente da Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Paranapoema - PR, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final referente ao Teste Seletivo aberto através do Edital Nº 48/2019, conforme abaixo discriminado:

CARGO – ADVOGADO

INSC.	NOME	CRITÉRIO DESEMPATE	NOTA	RESULTADO
01.01	MARIA ISADORA MEREDA DOS SANTOS	---	55,00	1.
01.02	MARIA GABRIELA FREITAS	---	00,00	2.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paranapoema - PR, 10 de Junho de 2019.

JOÃO DOS SANTOS COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DECRETO Nº 61/2019

SÚMULA: DECRETA FERIADO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, Prefeita Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

Considerando as Comemorações à data consagrada a Santo Antônio de Pádua - Padroeiro do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica decretado **FERIADO MUNICIPAL** o dia de **Santo Antônio de Pádua – Padroeiro do Município**, dia 13 de junho de 2019.

Parágrafo Único - Permanecem inalterados os serviços de atendimento à população nos serviços básicos de saúde (Pronto Atendimento).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Paranapoema, aos 10 dias do mês de junho do ano de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 54/2019

SÚMULA – Estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado, visando à contratação de pessoa por tempo determinado, para atender necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Paranapoema - PR.

O Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado, Estado do Paraná, no de uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que fundamentado na Lei Orgânica Municipal Emenda nº 002/2008 e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, fará realizar Processo Seletivo Simplificado para seleção e contratação de servidor abaixo especificado.

1 - DO OBJETO
1.1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação de pessoa por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, para atender substituições de licenças, programas temporários, celebração de convênios, dentre outros.

2 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO
2.1. A vigência do contrato de trabalho será de até 06 (seis) meses, a contar da data de homologação do Edital de Resultado Final.
2.2. A vigência de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por uma única vez por até igual período.

3 - DO VÍNCULO EMPREGATICIO
3.1. Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste Edital o disposto na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

4 - DOS EMPREGOS, NÚMERO DE VAGAS, VALOR MENSAL E A CARGA HORÁRIA
4.1. Os empregos, número de vagas, lotação, valor mensal e a carga horária a ser contratado através deste processo seletivo simplificado será o seguinte:

Emprego	Nº de Vagas	Lotação	Vencimento Mensal	Carga Horária Semanal
Farmacêutico	01	Secretaria Municipal de Saúde	2.565,20	40 horas

4.2. As atribuições sumárias dos empregos de que trata este Edital são as seguintes:

FARMACÊUTICO
- **Descrição sintética**
- Assumir responsabilidade técnica na dispensação medicamentosa, prestando os serviços de assistência e atenção farmacêutica.
- **Descrição detalhada**
- participar de execução de programas, estudos, pesquisas e outras atividades de saúde;
- realizar ou participar de reuniões com a sociedade para definir ações que melhorem as condições de vida;
- cuidar para que a farmácia mantenha em seus estoques os medicamentos e correlatos em quantidade e qualidade de forma a garantir uma terapêutica racional em área e tempo determinado;
- ao receber os remédios dos fornecedores estes deverão ser conferidos quanto à validade, lote, quantidade, rotulagem e quaisquer outros danos nas embalagens;
- prever as faltas e providenciar pedidos junto ao setor de compras;
- estabelecer normas para dispensarão de medicamentos e correlatos, visando orientar o uso correto baseado em parâmetros farmacocinéticos, farmacodinâmicos e da fármaco vigilância;
- conferir a receita, quanto a assinatura do profissional prescritor, número de registro no Conselho da Classe, e efetuar o exame físico dos medicamentos, observando prazo de validade;
- orientar os pacientes quanto ao horário, modo de usar e armazenamento do medicamento;
- quanto aos medicamentos controlados armazená-los em armário próprio com chave e fazer a escrita diária do controle de medicamentos em livros específicos;
- estabelecer normas para armazenamento de medicamentos;
- atividade destinada a guardar e proteger os medicamentos contra os riscos de alterações físico-químicas e microbiológicas garantindo a qualidade dos mesmos.

5 - DAS INSCRIÇÕES E DOS RECEBIMENTOS DOS TÍTULOS
5.1. Conforme disposto nos itens 5 e 6, deste Edital, as inscrições serão realizadas e os títulos recebidos no período de **12 à 18 de Junho de 2019**, no horário de expediente, da Prefeitura Municipal de Paranapoema, localizada à Rua Dr. José Cândido Muricy, 216 - Centro, Paranapoema, Estado do Paraná.
5.2. São requisitos para a inscrição:
5.2.1. ter nacionalidade brasileira;
5.2.2. conhecer as exigências estabelecidas neste Edital e estar de acordo com elas;
5.2.3. Possuir formação de nível superior em Farmácia, para o emprego oferecido neste edital;
5.2.4. Possuir Registro no Órgão da Classe.
5.3. Aos portadores de deficiência, desde que couber, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas relacionadas no item 4 deste Edital, observado a compatibilidade do emprego com a deficiência da qual o candidato é portador.
5.3.1. A compatibilidade acima citada, condição para deferimento da inscrição será avaliada por um médico e um profissional integrante do emprego almejado pelo candidato, que darão assistência ao órgão responsável pela realização do processo seletivo simplificado.
5.3.2. Os profissionais retro referidos emitirão parecer observando:
I – as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
II – a natureza das atribuições e tarefas essenciais do emprego a desempenhar;
III – a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
IV – a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize;
V – a CID e outros padrões reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.
5.3.3. Os portadores de deficiência no ato da inscrição deverão apresentar laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
5.4. Para efeito de **Inscrição**, o candidato preencherá formulário padrão com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, fazendo a juntada da documentação necessária, a saber:
a) cópia da Carteira de Identidade (cópia simples);
b) cópia do CPF (cópia simples);
c) comprovante de endereço (cópia simples);
d) instrumento procuratório específico, se candidato inscrito através de procurador (cópia autenticada e com reconhecimento de firma);
e) 02 duas cópias frente e verso dos títulos juntamente com os originais para serem autenticados no ato da inscrição.
5.4.1. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestada por seu procurador.

6. DA PROVA DE TÍTULOS
6.1. No processo de avaliação dos candidatos inscritos no Teste Seletivo, será utilizado critério de titulação.
6.2. Para fins de avaliação a que se refere o subitem 6.1, o candidato no ato da inscrição entregará 02 (duas) cópias frente e verso dos títulos, juntamente com os originais para serem autenticado por servidor público municipal designado especialmente para este fim.
6.3. Após o ato de autenticação uma das cópias será colocada em envelope o qual será fechado ou lacrado pelo candidato e por ele será entregue ao responsável pela realização das inscrições, ficando a outra cópia autenticada como comprovante do candidato.
6.4. A prova de títulos, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá na valoração de cursos realizados e da experiência profissional na área pública ou privada na esfera de atuação do emprego e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, sendo computados conforme tabela a seguir:

ALÍNEA	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE TÍTULOS OU SEMESTRES (MÁXIMO)	VALOR UNITÁRIO OU POR SEMESTRE (PONTOS)	VALOR MÁXIMO (PONTOS)
A	Cursos de Especialização com duração de 360 horas na área específica do emprego.	02	15	30
B	Cursos ou capacitações com certificação na área específica do emprego, com carga horária de no mínimo 40 horas.	02	15	30
C	Cursos ou capacitações com certificação na área específica do emprego, com carga horária de no mínimo 20 horas.	02	10	20
D	Experiência profissional na área pública ou privada na área específica do emprego (mínimo de um semestre) – (semestres completos).	02 (semestres)	10 (semestre)	20
TOTAL DE PONTOS				100

6.5. Somente serão pontuados os documentos apresentados nos quais constem o início e o término do período, bem como a carga horária do curso.
6.6. Não será admitida, em hipótese alguma, a inclusão de novos documentos após a entrega dos títulos e/ou após a data e o horário estipulados para sua entrega, neste Edital.
6.7. As cópias de documentos entregues não serão devolvidas em hipótese alguma.
6.8. Não serão admitidos, sob qualquer hipótese, títulos encaminhados por via postal, fax, correio eletrônico ou anexados em protocolos de recursos administrativos.
6.9. Receberá pontuação zero na avaliação de títulos o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados neste Edital.
6.10. A conclusão de cursos de pós-graduação deverá ser comprovada, no mínimo, com a ata de homologação da defesa de tese, dissertação ou monografia.
6.11. Não serão atribuídos pontos ao título exigido como requisito para inscrição no emprego.
6.13. Caso tenha candidatos inscritos que não apresentem cursos realizados e/ou experiência profissional na área pública ou privada na esfera de atuação do emprego, para fins de avaliação serão utilizados os critérios de desempate constantes do subitem, para fins de classificação.
6.14. Se comprovada à emissão de declaração falsa, o candidato selecionado poderá a qualquer tempo ter seu contrato rescindido por apresentação de documentos falsos, sendo responsabilizado civil e criminalmente.
6.15. A lista de classificação dos candidatos inscritos será divulgada no órgão oficial do Município e na Prefeitura Municipal de Paranapoema.

7. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE
7.1. No caso de empate na classificação final, serão aplicados, por ordem, os seguintes critérios de desempate:
a) curso de especialização na área do emprego pretendido;
b) maior carga horária em cursos ou capacitações na área específica do emprego;
c) o de maior idade;
d) o que tiver maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
e) sorteio.

8. DOS RECURSOS
8.1. Serão admitidos recursos quanto:
a) ao presente edital;
b) ao indeferimento de inscrição ou classificação dos candidatos.
8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Teste Seletivo, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:
a) recursos contra o edital sejam dirigidos à Prefeita Municipal e os demais recursos dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Teste Seletivo Simplificado a ser instituída por ato da Prefeita Municipal, antes do início do prazo das inscrições e entregue para registro na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados após publicação do ato que motivou a reclamação;
b) constem obrigatoriamente no formulário próprio do recurso, nome completo do candidato, número da inscrição, emprego ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos;
c) o referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato;
d) seja apresentado datilografado ou digitado;
8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora das especificações aqui definidas e fora do prazo estabelecido na letra "a" do item 8.2.
8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital e sem a devida fundamentação.
8.5. O prazo para julgamento dos recursos será de até 5 (cinco) dias.
8.6. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.
8.7. Os prazos de recurso são os constantes do item 8.2 deste edital, considerando-se sempre a publicação do ato no quadro de editais da Prefeitura Municipal de Paranapoema e no órgão oficial do município Jornal O REGIONAL do Noroeste do Paraná, da cidade de Nova Esperança.

9. DO RESULTADO FINAL
9.1. O resultado final com a classificação dos candidatos será divulgado no primeiro dia útil após a divulgação do julgamento dos recursos.

10. DA CHAMADA
10.1. A chamada dos aprovados para a contratação será efetuada após a homologação do resultado final, de acordo com a classificação e necessidade do Município, através da Divisão de Recursos Humanos do Município de Paranapoema - Paraná.
10.2. O não comparecimento do candidato classificado, no momento da chamada, implicará na sua desclassificação.
10.3. A desistência do candidato no momento da chamada, pela ordem de classificação, será documentada na Divisão de Recursos Humanos e assinada pelo candidato desistente.

11. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
11.1. No ato da contratação, o candidato deverá apresentar 02 (duas) fotografias 3 x 4, recente e cópia dos seguintes documentos:
I – carteira de identidade;
II – CPF;
III - PIS/PASEP (se tiver);
IV – título de eleitor, com comprovante de ter votado nas últimas eleições;
V – carteira profissional (para comprovação do número, série, data da expedição e emprego);
VI – certidão do registro civil (nascimento ou casamento);
VII – atestado de saúde fornecido por médico do trabalho credenciado pelo Município, para comprovar aptidão física mental para o emprego;
VIII – comprovante de quitação com o serviço militar (se homem);
IX - certidão de nascimento dos filhos com até 14 anos de idade;
X – carteira de vacinação dos filhos com até 05 (cinco) de idade.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
12.1. Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Teste Seletivo.
12.2. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.
12.3. Todos os documentos serão juntados à ficha de inscrição após conferência pelos responsáveis pelo recebimento dos mesmos.
12.4. A classificação neste processo simplificado não implica em chamada obrigatória, a qual poderá, no entanto, ocorrer no prazo de 06 (seis) meses de validade do presente processo, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
12.5. O processo seletivo simplificado será planejado e organizado por meio de Comissão Especial especialmente designada para este fim.

Paranapoema, 10 de Junho de 2019.

JOÃO DOS SANTOS COSTA
Presidente da Comissão Especial

Prefeitura Municipal de Paranapoema
Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL DE CONFERÊNCIA

O poder executivo do Município de Paranapoema - PR, por meio da Prefeita Municipal, Leurides Sampaio Ferreira Navarro, que no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 11, IV e 19, § 5º da Lei Federal 11.445/2007 de 05 de Janeiro de 2007 e do Decreto Federal 7.217/2010, faz saber a quem interessar que realizará Conferência para apresentação e discussão da Segurança Alimentar, no seguinte local e horário:

Local - Salão Comunitário de Paranapoema

Data - 18 de junho de 2019

Horário - 13:00 hs

Tema - Comida no campo e na cidade: O que temos e o que queremos?

Assim todos ficam devidamente convidados para participarem desta audiência pública.

Paranapoema - PR, 10 de junho de 2019.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro
Prefeita Municipal

Decreto nº 56/2019
Súmula: Nomeia o Sr. Luiz Carlos de Sousa para exercer o Cargo de Ouvidor Municipal da Saúde, e dá outras providências
Leurides Sampaio Ferreira Navarro, Prefeita do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Decreta:
Art. 1° - Fica nomeado o Sr. Luiz Carlos de Sousa, inscrito no CPF nº 729 340 779-34 e CI. RG nº 4.103836-1 SSP-PR, para exercer o Cargo de Ouvidor Municipal da Saúde, previsto no artigo 4°, da Lei Municipal nº 555/2016 de 23/12/2016, conforme vencimentos previstos em Lei.
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 06 de junho 2019
Leurides Sampaio Ferreira Navarro
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A prefeita Municipal, **LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termo:

a) LICITAÇÃO Nrº: 13/2019
b) PROCESSO Nrº - 52/2019
c) Modalidade – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
d) Data Homologação: 10/06/2019
e) Objeto Homologado: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA E DOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA.**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: MARCELO MORELATO PNEUS - ME
CNPJ/CPF: 05.880.254/0001-65
LOTE ÚNICO – Foi valorizado no valor de R$ 175.430,00 **(cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e trinta reais).**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	PNEU 175/70-13	UND	24	R$ 133,00	R$ 3.192,00
2	PNEU 175/65-14	UND	20	R$ 160,00	R$ 3.200,00
3	PNEU 175/70-14	UND	40	R$ 168,00	R$ 6.720,00
4	PNEU 185/70-14	UND	10	R$ 189,00	R$ 1.890,00
5	PNEU 195/65-15	UND	36	R$ 195,00	R$ 7.020,00
6	PNEU 195/75-16	UND	12	R$ 399,00	R$ 4.788,00
7	PNEU 205/55-16	UND	8	R$ 170,00	R$ 1.360,00
8	PNEU 205/75-16	UND	36	R$ 345,00	R$ 12.420,00
9	PNEU 215/80-16	UND	8	R$ 375,00	R$ 3.000,00
10	PNEU 215/75-17,5	UND	48	R$ 480,00	R$ 23.040,00
11	PNEU 225/75-16	UND	12	R$ 340,00	R$ 4.080,00
12	PNEU 750 - 16 - liso	UND	18	R$ 384,00	R$ 6.912,00
13	PNEU 1000 - 20 - liso	UND	22	R$ 819,00	R$ 18.018,00
14	PNEU 1100 - 22 - liso	UND	12	R$ 1.114,00	R$ 13.368,00
15	PNEU 12.5 X 80 - 18 - Agricola	UND	2	R$ 889,00	R$ 1.778,00
16	PNEU 1400 - 24 - Agricola	UND	12	R$ 1.587,00	R$ 19.044,00
17	PNEU 19.5 - 24 - Agriloca	UND	2	R$ 1.795,00	R$ 3.590,00
18	PNEU 18.4 - 30 - Agricola	UND	2	R$ 1.855,00	R$ 3.710,00
19	ALINHAMENTO LINHA LEVE	UND	80	R$ 60,00	R$ 4.800,00
20	ALINHAMENTO LINHA PESADA	UND	50	R$ 130,00	R$ 6.500,00
21	CAMBAGEM LINHA LEVE	UND	50	R$ 140,00	R$ 7.000,00
22	CAMBAGEM LINHA PESADA	UND	50	R$ 200,00	R$ 10.000,00
23	CASTER	UND	50	R$ 200,00	R$ 10.000,00
TOTAL					R$ 175.430,00

Paranapoema, 10 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
SRª PREFEITA: LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO

JOÃO DOS SANTOS COSTA
PREGOEIRO

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL Nº 14/2019

Aos 10 do mês de Junho de 2019 (10/06/2019), às 08:30 no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná na Rua Dr. José Cândido Muricy, 216, reuniram-se a pregoeiro Municipal **Joao dos Santos Costa** e equipe de apoio designados pela Portaria nº 08/2019 de 15 de janeiro de 2019.

Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 014/2019, quando que iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados

O Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação **DESERTA.** Encaminham-se os autos à apreciação do Srª. Prefeita Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, o Sr. Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada.

COMISSÃO:
JOÃO DOS SANTOS COSTA
JOÃO BOSCO ALENCAR
MARIA SOCORRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL
CNPJ: 76.970.334/0001-50
Rua Pedro Paulo Venério, 1022 | (44) 3463-8101 - (44) 3463-8100
87560-000 / Paranacity-PR | contato@paranacity.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 022/2019

MODALIDADE: Tomada de Preços, sob regime de empreitada global.
OBJETO: Contratação de empresa da área da construção civil visando à edificação do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, conforme memorial descritivo, localizada na Rua Dom Pedro II, quadra 102, Lote 08/09-REM, no Município de Paranacity-PR.
ENTREGA DOS ENVELOPES: Até 08h45m do dia 03/07/2019.
ABERTURA: Às 09h00m do dia 03/07/2019.
VALOR DE REFERÊNCIA: R$ 545.258,77
LOCAL: Divisão de Licitação - Prefeitura do Município de Paranacity – PR., Rua Pedro Paulo Venério, 1022 - Centro.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL E ANEXOS: www.paranacity.pr.gov.br – *link* – Portal transparência/processo licitatório ou na sede da Prefeitura/Divisão de Licitação, Rua Pedro Paulo Venerio, 1022 - Centro – Paranacity - PR
INFORMAÇÕES: Telefone (44) 3463-8101 – licitacao@paranacity.pr.gov.br

Paranacity/Pr, 11 de junho de 2019.

Sueli Terezinha Wanderbrook
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO

CNPJ 76.970.375/0001-46

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018-PMSI
Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada. Data : 11/12/2018
Abertura : 14:00 hs Informações complementares e aquisição do Edital Fone (044) 3352.1222 .
Sto Inácio Pr., 26 de Novembro de 2.018 .

Ciro Yuji Koga
Depto Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. 78.270.975/0001-62

PORTARIA Nº. 134/2019

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, do artigo 72, e, pela alínea "b", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

R E S O L V E

EXONERAR ad nutum o Servidor "**REGINALDO GALVÃO**", desde o dia 01 de junho de 2019, ocupante do cargo em Provimento em Comissão de Assessor Jurídico do Município.

A referida exoneração tem eficácia imediata e validade na data de sua publicação.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 11 (onze) dias do mês de 06 (junho) do ano de 2019 (dois mil e dezenove).....

ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 131/2019

O Senhor Alan Rogério Petenazzi, Prefeito Municipal de Uniflor, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e XVII, do artigo 72, e, pela alínea "c", do inciso II, do Artigo 92, ambos da Lei Orgânica deste Município.

R E S O L V E

CONCEDER ao Servidor **"RONIVALDO GONÇALVES ROCHA"**, portador da cédula de identidade RG. nº. 8.577.808-0/PR, matricula nº. 30141, lotado no Departamento de Meio Ambiente, no cargo efetivo de Gari, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, referente ao período aquisitivo de 19/02/2018 à 18/02/2019 a partir do dia 10/06/2019 até 09/07/2019, devendo retornar no dia **10/07/2019.**

DETERMINAR o empenho e pagamento da importância equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração a ser percebido no mês de junho de 2019, pelo servidor a título de gratificação de férias.

A Divisão de Recursos Humanos fará as anotações devidas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dada e passada na Prefeitura Municipal de Uniflor, aos 06 (seis) dias do mês de 06 (junho) do ano de 2019 (dois mil e dezenove).....

=ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL

Colorado PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 76.970.326/0001-03

www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2019 DA DISPENSA 045/2019.

A Prefeitura do Município de Colorado, através de seu Prefeito, torna público a retificação da publicação de extrato do contrato nº 164/2019, da Dispensa 045/2019, publicado no jornal o regional nº 3076 em 29/05/2019, página 15, da referida data.

Onde se lê:
R$ 37.120,00.
R$ 420.000,00.
TOTAL 457.120,00;
VALOR: R$ 457.120,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, CENTO E VINTE REAIS).

Leia-se:
R$ 165.405,00.
R$ 420.000,00.
TOTAL 585.405,00;
VALOR: R$ 585.405,00 (QUINHENTOS E OITENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E CINCO REAIS).

As demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas.

Colorado, 10 de Junho de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2019 DA DISPENSA 048/2019.

A Prefeitura do Município de Colorado, através de seu Prefeito, torna público a retificação da publicação do extrato do contrato da Dispensa 048/2019, publicado no jornal o regional nº 3081 em 09/06/2019, página 14, da referida data.

Onde se lê:
DISPENSA Nº 047/2019.

Leia-se:
DISPENSA Nº 048/2019.

As demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas.

Colorado, 10 de Junho de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná

CNPJ nº 76.970.391/0001-39

DECRETO 63/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Regulamenta o uso do correio eletrônico institucional da Prefeitura Municipal de Paranapoema e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

DO OBJETIVO
Art. 1° Esta regulamentação tem por objetivo definir uma política sobre a utilização do Correio Eletrônico na Prefeitura Municipal de Paranapoema - PR, estabelecendo as diretrizes básicas a serem seguidas pelos usuários e administradores dessa ferramenta, com o intuito de garantir a exclusividade de sua destinação às finalidades institucionais.

DO CAMPO DE APLICAÇÃO
Art. 2° As diretrizes estabelecidas no presente Decreto deverão ser aplicadas em todas as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Paranapoema - PR.

DAS CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO
Art. 3° São condições gerais de utilização do e-mail institucional:
I - Veiculação de mensagens de conteúdo exclusivamente institucional ou administrativo, não sendo permitido o uso para fins comerciais, políticos, religiosos, dentre outros que não estejam relacionados com a função do servidor ou agente político.
II - As mensagens emitidas através do e-mail institucional são elementos de formação da imagem institucional da Prefeitura Municipal de Paranapoema, portanto, devem merecer o mesmo tratamento da correspondência impressa;
III - É inadmissível o uso do e-mail institucional para transmissão e recebimento de mensagens pessoais do usuário individual, bem como para acesso a redes sociais, cadastros em sites de compras bem como qualquer outra utilização estranha às funções institucionais/funcionais.
IV- É vedada a cessão, a qualquer título, da lista de endereços dos usuários do e-mail institucional à pessoa estranha aos quadros da Prefeitura Municipal de Paranapoema, salvo para finalidade institucional;
V- A Administração Municipal não se obriga a garantir a inviolabilidade absoluta das mensagens eletrônicas que trafegarem no e-mail institucional.
Parágrafo único - O usuário é responsável por todo o conteúdo e informações enviadas pelo correio eletrônico.

Art. 4° É considerado uso indevido do Correio Eletrônico:
I - Forjar a identidade de outra pessoa (usando o endereço de e-mail dessa pessoa), fazer falsa declaração de sua identidade ou da fonte de qualquer e-mail;
II - Acesso ou tentativa de acesso não-autorizado às caixas postais de terceiros;
III - Envio de informações sensíveis, classificadas ou proprietárias, inclusive senhas, para pessoas ou organizações não-autorizadas;
IV - Envio de material obsceno, ilegal ou antiético, comercial, estritamente pessoal, de propaganda, mensagens do tipo corrente, entretenimento, spam, (envio de mensagem não solicitada), propaganda política e mensagens enganosas;
V- Envio de mensagens ofensivas que visem atingir a honra e/ou a dignidade das pessoas;
VI - Envio de mensagens contendo vírus ou qualquer forma de rotinas de programação prejudiciais ou danosas às estações de trabalho e ao sistema de e-mail de forma proposital;
VII - Transmitir ilegalmente propriedade intelectual de terceiros ou outros tipos de informações proprietárias sem a permissão do proprietário ou do licenciante;
VIII - Usar o e-mail institucional para violar direitos;
IX- Promover ou incentivar atividades ilícitas;
X - Modificar, adaptar, traduzir ou fazer engenharia reversa de qualquer parte do serviço de e-mail institucional;
XI- Reformatar qualquer página da web que faça parte do serviço de e-mail institucional;
XII - Usar o serviço de e-mail institucional em associação ao compartilhamento ilegal de arquivos ponto a ponto;
XIII - Outras atividades que possam afetar, negativamente, a Prefeitura Municipal, servidores ou terceiros, e que não tenham finalidade amparada pela legislação.

§1º. Caso ocorra constatação de má utilização do e-mail institucional, a Administração Municipal reserva-se o direito de investigar o acesso do usuário ao Correio Eletrônico.

§2º. O Departamento de Informática poderá suspender o acesso do usuário à rede e ao e-mail institucional em caso da comprovação de utilização inadequada.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES
Art. 5° São deveres do usuário:
I – Conferir diariamente a caixa de entrada do correio eletrônico do qual é titular, não podendo o mesmo se eximir da responsabilidade pelo recebimento e envio das informações e seu conteúdo.
II - Manter em sigilo sua senha de acesso ao correio eletrônico, visto que esta senha é de uso pessoal e intransferível, devendo o usuário realizar a substituição desta em caso de suspeita de violação;
III - Fechar a página de acesso do e-mail institucional toda vez que se ausentar, evitando o acesso indevido;
IV - Comunicar, imediatamente, ao administrador de contas de e-mail na Secretaria Municipal de Administração, do recebimento de mensagens com vírus, spam, ou qualquer outro tipo de conteúdo inadequado;
V - Efetuar a manutenção de sua Caixa Postal, evitando ultrapassar o limite de armazenamento e garantindo o seu funcionamento contínuo;
VI - Notificar o administrador de contas de e-mail quando ocorrerem alterações que venham a afetar o cadastro do usuário de e-mail;
VII - Deixar a senha da conta de e-mail com o responsável pelo departamento onde estiver lotado ou com a Secretaria Municipal de Administração, ao ser conduzido para outro departamento ou exonerado do cargo, para devida continuidade das atividades.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 6° Qualquer servidor da Prefeitura Municipal de Paranapoema poderá se utilizar de uma caixa de correio institucional, desde que a chefia imediata, em conformidade com a política de sua área de trabalho, assim requeira a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paranapoema, 11 de junho de 2019.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
PREFEITA MUNICIPAL

Colorado PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 76.970.326/0001-03

www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
EXTRATO DO CONTRATO DE REPASSE DE RECURSOS

CONTRATO: Nº 066/2019.

INEXIGIBILIDADE: Nº 009/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLORADO.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO VALE DO PARANAPANEMA. (FUNVAPAR).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o contrato 066/2019, firmado em 22 de Fevereiro de 2019, a partir do dia 10 de Junho de 2019, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
A presente alteração contratual representa um aumento de R$ 25.128,00 (Vinte e cinco mil cento e vinte e oito reais), e será custeado mediante os seguintes recursos orçamentários:

09.001.10.301.0007.2025	Desenvolver as ações dos blocos do fundo de saúde

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais. Este termo aditivo aderirá ao Contrato Primitivo e será devidamente publicado no Órgão de publicação oficial do Município, para todos os efeitos legais.

Colorado, 10 de Junho de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 033/2019

O MUNICÍPIO DE COLORADO torna público aos interessados em participar do referido certame a retificação do Edital do Pregão Presencial nº 033/2019 que tem por objeto a **Aquisição de equipamentos e materiais para o setor de fisioterapia para atender a secretaria municipal de saúde**, a data de realização do mesmo foi prorrogada para **08horas30 min do dia 27 de Junho de 2019**, novo edital e seus anexos poderá ser retirado no site www.colorado.pr.gov.br.

Colorado (PR), 11 de Junho de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 045/2019.

A Prefeitura do Município de Colorado, através de seu Prefeito, torna público a retificação da publicação de RATIFICAÇÃO da Dispensa 045/2019, publicado no jornal o regional nº 3076 em 29/05/2019, página 15, da referida data.

Onde se lê:
VALOR: R$ 457.120,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, CENTO E VINTE REAIS).

Leia-se:
VALOR: R$ 585.405,00 (QUINHENTOS E OITENTA E CINCO MIL QUATROCENTOS E CINCO REAIS).

As demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas.

Colorado, 10 de Junho de 2019.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

EXTRATO DE SALDO REMANESCENTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

CONTRATO:.....Nº 169/2019
PREGÃO PRESENCIAL:..Nº 45/2018
CONTRATANTE:.....**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO (PR);**
CONTRATADA:..... **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
CNPJ: ..... **00.656.468/0001-39.**

OBJETIVO:..... **Aquisição de materiais médicos hospitalares para atender a secretaria municipal de saúde de Colorado e Distrito Alto Alegre e o serviço atendimento móvel de urgência (SAMU) para o ano de 2018** pelo período de 12 (doze).

VALOR DO CONTRATO: R$ 31.500,00 **(TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS REAIS). ITENS DA ATA**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.
148	1.000	CX	TIRAS DE GLICEMIA ACCU-CHECK C/50	ROCHE	31,50

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Projeto/Atividade	Recurso	Descrição
2.024.3390.30	1303	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.024.3390.30	494	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.025.3390.30	1303	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.025.3390.30	494	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.024.3390.30	594	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE

Vigência: 12 (Doze) meses

Colorado (PR), 07 de Junho de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

EXTRATO DE SALDO REMANESCENTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

CONTRATO:.....Nº 172/2019
PREGÃO PRESENCIAL:..Nº 45/2018
CONTRATANTE:.....**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO (PR);**
CONTRATADA:..... **PRO – SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES.**
CNPJ: **07.344.756/0001-05**

OBJETIVO:..... **Aquisição de materiais médicos hospitalares para atender a secretaria municipal de saúde de Colorado e Distrito Alto Alegre e o serviço atendimento móvel de urgência (SAMU) para o ano de 2018** pelo período de 12 (doze).

VALOR DO CONTRATO: R$ 239.443,66 **(duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos)**

. ITENS DA ATA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.
1	250,00	PCT	ABAIXADOR DE LÍNGUA (MADEIRA) PACOTE COM 100 UNIDADES.	TALGE	2,32
5	1440,00	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 4,5 -CAIXA COM 100 UNIDADES (MARCA : INJEX)	SOLIDOR	4,43
8	1480,00	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7 CAIXA COM 100 UNIDADES (MARCA : INJEX)	SR	4,42
9	1485,00	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 25X8 CAIXA C/100 UNIDADES (COMPATIVEL COM A MARCA :INJEX)	SOLIDOR	4,40
10	560,00	CX	AGULGA DESCARTÁVEL 40x12 CAIXA C/100 UNIDADES (COMPATIVEL COM A MARCA: INJEX)	SOLIDOR	4,66
21	2.000,00	DZ	ATADURA DE CREEP 10CMX4,5MTS (13F)	ORTHOCREM	3,19
22	2.000,00	DZ	ATADURA CREPE 12CMX3MTS 9F	ORTHOCREM	3,50
23	2.000,00	DZ	ATADURA CREPE 15CMX3MTS 9F	ORTHOCREM	4,45
24	1.500,00	DZ	ATADURA DE CREEP 15CMX4,5MTS (13F)	ORTHOCREM	5,89
25	1.400,00	DZ	Atadura Crepe 20cmx3mts 9F (13F)	ORTHOCREM	5,90
35	50,00	litro	DETERGENTE ENZIMÁTICO - INDICADO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTO MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATÓRIOS - POSSUI EFICÁCIA NA REMOÇÃO E LIMPEZA DE MATÉRIA ORGÂNICA EM ENDOSCÓPIOS E FIBROSCÓPIOS.	KELLDRIN	17,23
36	400,00	RL	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO AUTO SELANTE COM INDICADOR QUÍMICO (12CMX100M)	ESTERILCARE	29,20
37	170,00	RL	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO AUTO SELANTE COM INDICADOR QUÍMICO 300MMX100M	ESTERILCARE	73,00
39	5.000,00	UNI	EQUIPO MACROGOTAS FLEXÍVEL C/ INJETOS LATERAL	CIRUSET	0,54
41	50,00	UNI	ESFIGMOMANÔMETRO (ADULTO)	PREMIUM	46,99
42	50,00	UNI	ESFIGMOMANÔMETRO (INFANTIL)	PREMIUM	46,99
45	6.160,00	UNI	ESPÉCULO DESCARTÁVEL LUBRIFICADO TAMANHO M	ADLIN	0,82
46	3.000,00	UNI	ESPÉCULO DESCARTÁVEL LUBRIFICDO TAMANHO P	ADLIN	0,78
48	50,00	UINID	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR ADULTO	ADVANTIVE	7,65
49	40,00	UINID	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR INFANTIL	ADVANTIVE	7,65
52	50,00	UNI	FITA ADESIVA AUTO CLAVE 19X30	CIEX	2,20
53	500,00	UNI	FITA ADESIVA BRANCA 16X50	CIEX	1,72
67	70,00	KIT	KIT PARA INALAÇÃO COMPLETO (COPO,MASCARA,INTERMEDIARIO)	DARU	4,37
71	3500,00	AMP	LIDOCAÍNA 2% INJETÁVEL , AMPOLA 10 ML	HYPOFARMA	2,22
79	500,00	UNI	MASCARA N95 (BICO DE PATO)	KSN	1,72
80	2.000,00	Rolo	MICROPORE 25 MMX10M	CIEX	1,40
86	2.000,00	PCT	PAPEL TOALHA 20X27 COM 100 UNIDADES - FOLHA BRANCA	IMPEL	6,69
104	165,00	GL	SABONETE LIQUIDO - GALÃO 5 LITROS	PREMISSE	10,55
114	300,00	CX	SERINGA COM AGULHA 08MMX0,3 MM PARA INSULINA ULTRA-FINE II - CAIXA COM 100 UNIDADES	SR	39,10
115	11.000,00	UNI	Seringa Desc. 03ML SEM AG	SR	0,09
120	10.000,00	AMP	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA + CLORETO DE SÓDIO 0,9 % - (SORO FISIOLÓGICO AMPOLA 10 ML)	EQUIPLEX	0,14
121	3.500,00	FRAS	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO ESTÉRIL 125 ML (SORO FISIÓLOGICO)	HALEX ISTAR	1,53
122	5.680,00	FRAS	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO ESTÉRIL 500 ML (SORO FISIÓLOGICO)	HALEX ISTAR	2,20
123	5.950,00	FRAS	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO ESTÉRIL 250 ML (SORO FISIÓLOGICO)	HALEX ISTAR	1,85
124	2.570,00	FRAS	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO ESTÉRIL 1000 ML (SORO FISIÓLOGICO)	HALEX ISTAR	3,72
125	100,00	UNI	SONDA FOLEY Nº 14	SOLIDOR	1,67
126	100,00	UNI	SONDA FOLEY Nº 16	SOLIDOR	1,67
127	100,00	UNI	SONDA FOLEY Nº 18	SOLIDOR	1,67
128	100,00	UNI	SONDA FOLEY Nº 20	ADVANTIVE	2,36
129	100,00	UNI	SONDA FOLEY Nº22	ADVANTIVE	2,37
130	1.050,00	UNI	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL POR GASTRONOMIA	SOLUMED	8,78
131	7000,00	UNI	SONDA URETRAL Nº06	MARK MED	0,37
132	1.500,00	UNI	SONDA URETRAL Nº 08	MARK MED	0,40
135	1.000,00	UIND	SONDA URETRAL Nº 14	MARK MED	0,50
136	1.000,00	UIND	SONDA URETRAL Nº 16	MARK MED	0,57
137	1.000,00	UIND	SONDA URETRAL Nº 18	MARK MED	0,65
141	40,00	UNI	SUPORTE PARA SABONETE LÍQUIDO DE PAREDE COM RESERVATÓRIO PARA ABASTECIMENTO DO SABONETE 440X330	PREMISSE	20,39
142	100,00	UNI	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	G-TECH	5,72
144	40,00	UNI	TERMÔMETRO DIGITAL COM TEMPERATURA MÁXIMA E MÍNIMA - COM CABO EXTENSOR SENSOR DE ALARME	INCOTERM	36,00
154	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 00 - NEONATAL 40 MM - A CÂNULA DE GUENDEL É UM DISPOSITIVO UTILIZADO PARA O MANEJO DAS VIAS AÉREAS DE PACIENTES - EVITA QUE A BASE DA LINGUA DE PACIENTES COM DEPRESSÃO DO SENSÓRIO OBSTRUA A OROFARINGE - CONSEQUENTE , PERMITE UMA MELHOR OXIGENAÇÃO - PLASTICO RÍGIDO QUE PERMITA A ESTERILIZAÇÃO.	ADVANTIVE	1,63
155	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 0 - BEBÊ 50 MM	ADVANTIVE	1,63
156	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 1 - CRIANÇA 60 MM	ADVANTIVE	1,63
157	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 2 - ADULTO PEQUENO 70 CM	ADVANTIVE	1,63
158	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 3 ADULTO 80 MM	ADVANTIVE	1,63
159	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 4 - ADULTO GRANDE 90MM	ADVANTIVE	1,63
160	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 5 - ADULTO XL 100 MM	ADVANTIVE	1,63
161	5,00	UNI	CANULAS DE GUENDEL Nº 6 - ADULTO XXL 110 MM	ADVANTIVE	1,63
164	45,00	CX	CATETER 22 G - CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE POLIURETANO - CAIXA COM 50 UNIDADES.	SOLIDOR	26,40
165	25,00	CX	CATETER 24 G - CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE POLIURETANO - CAIXA COM 50 UNIDADES.	SOLIDOR	27,99
175	200,00	UIND	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA PARA HIPOTERMIA TAMANHO 2,10 X 1,40 METROS - FINALIDADE É MANTER A VÍTIMA AQUECIDA NA HORA DO RESGATE - CONFECCIONADA EM POLIETILENO AKUMINIZADO - NÃO DEFORMA - PROVA D'ÁGUA - REFLETE O CALOR EXTERNO MANTENDO O CALOR INTERNO.	SS RESGATE	3,89
176	5,00	UIND	MÁSCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO 02 INFANTIL - COM RESERVATÓRIO DE CAPACIDADE DE 750 ML - EXTENSÃO E RESERVATÓRIO EM PVC - MASCARA EM PVC COM PRESILHA EM AÇO E EXTENSÃO.	GOODCOME	7,99
177	5,00	UIND	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO 02 ADULTO - COM RESERVATÓRIO DE CAPACIDADE DE 1000ML - EXTENSÃO E RESERVATÓRIO EM PVC - MÁSCARA EM PVC COM PRESILHA EM AÇO E EXTENSÃO.	GOODCOME	7,99
178	5,00	UIND	MÁSCARA DE VENTURE INFANTIL - A MASCARA DE VENTURE FORNECE UMA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO DE 24% a 50% , ACOMPANHADA DE DILUIDORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE FRAÇÃO INSPIRADA DE OXIGÊNI(FIO2) - MASCARA FLEXIVEL, ATÓXICA COM ELÁSTICO PARA AJUSTE FACIAL E ORIFÍCIOS LATERAIS.	GOODCOME	8,99
179	5,00	UIND	MASCARA DE VENTURE ADULTO - A MASCARA DE VENTURE FORNECE UMA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO DE 24% a 50% , ACOMPANHADA DE DILUIDORES PARA DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE FRAÇÃO INSPIRADA DE OXIGÊNI(FIO2) - MASCARA FLEXIVEL, ATÓXICA COM ELÁSTICO PARA AJUSTE FACIAL E ORIFÍCIOS LATERAIS.	GOODCOME	8,99
188	5,00	UINID	PRANCHA DE POLIETILENO DE RESGATE - PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS - PROJETADA PARA TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES.DIMENSIONADA PARA SUORTAR ATÉ 180 KG - RIGIDA, COM ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZAÇÃO DA VÍTIMA.	SS RESGATE	269,00
190	10,00	UINID	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO MÃE/FILHO - EM PLASTICO MACIO E RESISTENTE NA COR BRANCA, ANTIALÉRGICO, QUE PERMITA O USO DE CANETA ESFEROGRÁFICA, LACRE INVIOLÁVEL EM PLÁSTICO MACIO E RESISTENTE, COM 11 PONTOS DE REGULAGEM.	VITAL ID	0,77
195	20,00	UNI	TALA ARAMADA EVA M 63X9 LARANJA - Confeccionada em EVA (4 mm); Colorida para identificar o seu tamanho, nas cores padrão para resgate; Pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze, para a imobilização completa; É usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados; Não requer água quente ou vapor para sua aplicação; Pode ser lavada e reutilizada.	RESGATE SP	8,59
196	20,00	UNI	TALA ARAMADA EVA G 86X10 VERDE - Confeccionada em EVA (4 mm); Colorida para identificar o seu tamanho, nas cores padrão para resgate; Pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze, para a imobilização completa; É usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados; Não requer água quente ou vapor para sua aplicação; Pode ser lavada e reutilizada.	RESGATE SP	10,95
198	30,00	UINID	TALA DE PAPELÃO - TAMANHO P 30 X 20 CM - TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORS.	RESGATE SP	0,69
199	30,00	UINID	TALA DE PAPELÃO - TAMANHO M 50 X 20 CM - TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES.	RESGATE SP	1,19
200	50,00	UINID	TALA DE PAPELÃO - TAMANHO G 70 X 20 CM - TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	RESGATE SP	1,49
202	350,00	CX	TIRAS DE TESTE DE GLICOSE NO SANGUE - G-TECH - A CADA 200 TIRAS DEVE-SE SER ENTREGUE UM APARELHO, CAIXAS COM 50 UNIDADES.	G-TECH	24,20
203	10,00	PCT	-TUBO DE SILICONE N.º 204 PARA ASPIRAÇÃO C/ 15 METROS.	KINNER	107,05
209	14,00	UNI	LANTERNA CLÍNICA DE BOLSO - Lanterna de iluminação LED de 2,2V; Alimentação através de duas pilhas AAA (palito); na cor preta, confeccionada de plástico de alta resistência, acionamento por botão liga/desliga, garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação. Dimensões aproximadas: 16x22x9cm (AxLxP) Peso aproximado: 0,10 gramas	MISSOURI	19,14
215	750,00	DZ	ATADURA DE CREEP 15CMX4,5MTS (13F)	ORTHOCREM	4,45
216	550,00	DZ	Atadura Crepe 20cmx3mts 9F (13F)	ORTHOCREM	5,90
219	75,00	RL	EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO AUTO SELANTE COM INDICADOR QUÍMICO 300MMX100M	ESTERILCARE	73,00
225	1.200,00	PCT	PAPEL TOALHA 20X27 COM 100 UNIDADES - FOLHA BRANCA	IMPEL	6,69
228	100,00	CX	SERINGA COM AGULHA 08MMX0,3 MM PARA INSULINA ULTRA-FINE II - CAIXA COM 100 UNIDADES	SR	39,10
229	810,00	UNI	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL POR GASTRONOMIA	SOLUMED	8,78

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Projeto/Atividade	Recurso	Descrição
2.024.3390.30	1303	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.024.3390.30	494	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE
2.025.3390.30	1303	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.025.3390.30	494	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
2.024.3390.30	594	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A SAÚDE

Vigência: 12 (Doze) meses

Colorado (PR), 07 de Junho de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

Colorado PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 76.970.326/0001-03

www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

EXTRATO DE SALDO REMANESCENTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

CONTRATO:.....Nº 173/2019
PREGÃO PRESENCIAL:..Nº 45/2018
CONTRATANTE:.....**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO (PR);**
CONTRATADA:..... **HOSPITAL EXPRESS COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES**
CNPJ: ..... **21.507.97/0001-14.**

OBJETIVO:..... **Aquisição de materiais médicos hospitalares para atender a secretaria municipal de saúde de Colorado e Distrito Alto Alegre e o serviço atendimento móvel de urgência (SAMU) para o ano de 2018** pelo período de 12 (doze).

VALOR DO CONTRATO: R$ 870.663,00 **(oitocentos e setenta mil, seiscentos e sessenta e três reais).**

ITENS DA ATA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.
6	1040,00	CX	AGULHA DESCARTAVEL 25X5,5 CAIXA COM 100 UNIDADES (COMPATIVEL COM A MARCA:INJEX).	INJEX	4,96
7	1.195,00	CX	AGULHA DESCARTÁVEL 25x6 CAIXA COM 100 UNIDADES (MARCA : INJEX)	INJEX	4,95
13	28,00	UNID	AGULHA QUE PERMITA A INFUSÃO DE MEDICAMENTO POR VIA INTRAÓSSEA - ADULTO - QUE PERMITA ACESSOS INTRAVENOSOS EM SITUAÇÃO DE EMERGENCIA, PERMITINDO A INFUSÃO DE MEDICAMENTOS E FLUIDOS DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, ATÓXICA, SILICONADA, MEDINDO 14X3 CM, CANHÃO QUE PERMITA ENCAIXE PERFEITO COM SERINGAS COM BICO LUERSLIP OU LUERLOCK (CONEÇÃO UNIVERSAL), CONFECCIONADO EM PLÁSTICO, ATÓXICO